



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ -
UNOPAR



Viviane Paula Viana

TV ESCOLA E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL INTERATIVO:
UM ESTUDO DE CASO

***MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO EM EAD***

LONDRINA - PARANÁ

2008



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ - UNOPAR



Viviane Paula Viana

TV ESCOLA E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL INTERATIVO:
UM ESTUDO DE CASO

***MESTRADO PROFISSIONAL EM TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO EM EAD***

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Ceará – UFC e Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE PROFISSIONAL em Tecnologia da Informação e Comunicação em EAD, sob a orientação do Professor Doutor José Manuel Moran.

LONDRINA

2008

Viviane Paula Viana

TV ESCOLA E PRODUÇÃO DE CONTEÚDO DIGITAL INTERATIVO:
UM ESTUDO DE CASO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Ceará – UFC e Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE PROFISSIONAL em Tecnologia da Informação e Comunicação em EAD, conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

José Manuel Moran

Doutor em Ciências da Comunicação

Mauro Cavalcante Pequeno

Doutor em Engenharia Elétrica

Rubens de Oliveira Martins

Doutor em Sociologia

LONDRINA, 12 DE FEVEREIRO DE 2008.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização desta dissertação, em especial:

Ao meu orientador, **Prof. Dr. José Manuel Moran**, cujo trabalho tem qualificado as discussões a cerca das tecnologias educacionais e é fundamental para o desenvolvimento da educação a distância no País;

À minha co-orientadora, **Prof. Nina Cláudia de Assunção Mello**, que, além de contribuir, significativamente, para a realização deste trabalho, me incentivou nas horas mais difíceis, reanimando minha vontade em contribuir para a melhoria da Educação;

Aos **colegas do Ministério da Educação** que me apoiaram na decisão de cursar o mestrado, apesar de todas as dificuldades de conciliar trabalho e estudo;

À minha mãe **Sandra Candez**, que nunca poupou esforços para me proporcionar as melhores condições de estudo e a quem devo o que sou.

RESUMO

A presente pesquisa consiste em um estudo de caso sobre a produção de conteúdo digital interativo para a TV Escola, Canal da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação. A dissertação objetiva analisar o programa-piloto Geração Saúde, que apresenta um novo modelo de produção pedagógica, elaborado especialmente para a TV digital. Investiga-se também o Programa Mídias na Educação, um curso modular para formação continuada de professores, de modo a checar se o piloto pode servir de modelo às novas produções televisivas digitais para fins educacionais.

ABSTRACT

The present research consists of a case study of interactive digital content production to *TV Escola*, a channel which is run by the Distance Education Secretariat at the Ministry of Education. The thesis aims at analyzing a pilot program called *Geração Saúde*, which introduces a new model of pedagogic production, especially elaborated to digital TV. Additionally, a modular course aimed at teachers' continued formation called *Mídias na Educação* is investigated so as to check whether its pilot may be used as a model to new digital TV productions for educational ends.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO 1 – DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA, JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS	
1.1) Delimitação do problema de pesquisa	10
1.2) Justificativa	12
1.3) Objetivos	14
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS	
2.1) A inserção das TICs no contexto educacional	15
2.2) A TV Escola	
2.2.1) Histórico	17
2.2.2) Capacitação para uso do programa	20
2.2.3) Tentativa de implantação da TV Escola Digital	22
2.2.4) A TV Escola hoje	27
2.3) TV Digital	31
2.4) Programas-piloto do MEC para TV Digital	
2.4.1) Geração Saúde	37
2.4.2) Programa de Formação Continuada Mídias na Educação	41
CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS	
3.1) Estudo de caso	50
3.2) Local de pesquisa	52
3.3) Métodos de coleta	54
3.3.1) Observações da pesquisadora	55
3.3.2) Apresentação dos entrevistados	58
3.3.3) Enquete	59
3.4) Análise dos dados	60
CONCLUSÕES	62
BIBLIOGRAFIA	64
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

O trabalho de pesquisa desta dissertação está intimamente relacionado à minha experiência profissional como coordenadora-geral de Produção de Programas em Radiodifusão da Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação e, posteriormente, diretora do Departamento de Produção e Capacitação em Educação a Distância, da mesma secretaria. Esses cargos me proporcionaram conhecer mais intimamente a TV Escola, bem como sua história, missão, objetivos e as políticas públicas que a norteiam, como também acompanhar as discussões e projetos para preparar o canal para entrar na era digital interativa.

Esta pesquisa consiste, portanto, em um estudo de caso sobre as ações do Ministério para transformar a TV Escola em um canal digital interativo que siga cumprindo seus propósitos na escola, entre eles, o de aprimorar o processo de ensino e aprendizagem e subsidiar a prática pedagógica. Nesse sentido, foram realizadas duas ações concretas: a produção de uma série-piloto intitulada Geração Saúde e um curso para preparação e formação dos professores, o Programa de Formação Continuada Mídias na Educação.

Este estudo está dividido da seguinte forma. No capítulo 1 são apresentados a delimitação do problema, a justificativa e os objetivos. O capítulo 2 reúne toda a fundamentação teórica que subsidiou o trabalho, como a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e, principalmente, a inserção do audiovisual na Educação, a história da TV Escola, o que é a TV Digital, no que ela se distingue da televisão analógica e quais as mudanças que ela impõe, e também os programas em análise do Ministério da Educação, ou seja, a série-piloto e o curso de formação.

No capítulo 3 foram reunidos os aspectos metodológicos, como a dinâmica da pesquisa e as análises das entrevistas realizadas. No quarto e último capítulo, são retomadas as questões formuladas inicialmente, relacionando-as aos resultados obtidos com as análises e apresentando uma avaliação sobre os primeiros passos para transformar a TV Escola em um canal digital interativo em termos de conteúdo e usabilidade pelos professores. Por fim, é apresentada a autocrítica sobre os procedimentos e resultados para esta pesquisa.

Espero que as informações, as verificações, as análises e as conclusões reunidas aqui sejam úteis a vocês, seja na elucidação do assunto, seja como

subsídio para elaboração de novas pesquisas na área que contribuam para a qualificação da Educação em todo o País.

CAPÍTULO 1 – DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA, JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

1.1) Delimitação do problema de pesquisa

O progresso tecnológico permitiu a comunicação quase simultânea entre países e continentes. Em 1865, a notícia do assassinato do presidente norte-americano Abraham Lincoln demorou 13 dias para cruzar o oceano Atlântico e chegar à Europa. Em 2001, as imagens do ato terrorista nos Estados Unidos foram exibidas em diversas partes do mundo em minutos. A tecnologia da informação, portanto, possibilitou a aceleração na transmissão das notícias.

Após o surgimento da Internet, dos telefones celulares, dos DVDs e do cinema digital, discute-se, hoje, e há mais de 10 anos, a digitalização da transmissão pelas emissoras de televisão aberta, tecnicamente chamada de transmissão terrestre digital. No segundo semestre de 2006, o Governo Luiz Inácio Lula da Silva estabeleceu o padrão de referência do Sistema Brasileiro de Televisão Digital – SBTVD, o japonês.

No vídeo de divulgação da primeira fase de estudos do SBTVD, o atual Ministro das Comunicações, Hélio Costa, disse que “a TV Digital é uma revolução, não só tecnológica, mas também de inclusão digital e social”. Ele acredita que os telespectadores, com a TV Digital, serão ouvidos e terão a oportunidade de expressar suas opiniões.

Considerando essa possibilidade, uma das propostas do Governo voltadas para a inclusão social é a digitalização da TV Escola, programa criado em 1996 pelo Ministério da Educação (MEC), que se destina ao aperfeiçoamento e à valorização dos professores da rede pública, ao enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem e à melhoria da qualidade da educação¹.

Dentre as soluções desenvolvidas por pesquisadores nacionais, existe um software que permitirá ao MEC manter um banco de imagens em um servidor, que estará acessível aos professores de todas as regiões do Brasil, por meio da televisão digital. Para acessar essas informações, bastará ao educador solicitar a liberação do sinal e o conteúdo em determinado horário. Além disso, os professores poderão acessar, pela televisão, conteúdos complementares dos vídeos exibidos,

¹ Site do Ministério da Educação que reúne informações sobre a TV Escola:
<http://www.mec.gov.br/seed/tvescola/>

como sugestões de atividades, roteiros dos programas, jogos eletrônicos e testes, hoje disponíveis apenas no sítio do Canal².

No momento, o MEC, que faz parte do Comitê de Desenvolvimento do SBTVD, está empenhado em garantir que o sinal da TV Escola chegue em todo o Brasil.

A implantação efetiva da Televisão Digital e Interativa no País depende da substituição de toda a infra-estrutura de transmissão e também da troca dos 54 milhões de aparelhos de TV³ – ou da compra de adaptadores (set-top boxes) que convertam o sinal digital em analógico. O desenvolvimento comercial da TV Digital tem relação direta com o preço dos microprocessadores, fundamentais para a codificação e decodificação dos sinais audiovisuais.

É preciso observar também que 55% da população brasileira nunca utilizou um computador e que apenas 16,6% da população possui um computador em casa. Quando se trata da utilização da internet, a exclusão é ainda maior: 68% da população nunca acessou a rede mundial de computadores e apenas 9,6% da população faz uso da internet diariamente⁴.

Com relação à telefonia, dos 5.563 municípios brasileiros, 2.427 não têm acesso a celulares, banda larga ou TV a cabo (exceto por satélite), tornando as ações de inclusão digital ainda distantes de grande parte da população brasileira. Além disso, o número de linhas fixas por 100 habitantes, a chamada teledensidade, caiu de 29,7, em 2004, para 28,72 ao final de 2005, o que denota uma estagnação na instalação de novos acessos⁵.

Essas discrepâncias, verificadas quando se trata do alcance das tecnologias, acarretam sérios problemas sociais, já que uma parcela (menor) da população se vale dos seus benefícios e a maioria é alijada do processo. O quadro se agrava devido à importância que a informação adquiriu no mundo atual. Para Brunner (2004, p. 23), educação e informação estão intimamente ligadas. Segundo o autor, o conhecimento sempre implica informação, embora seja mais que ela. Por outro lado,

² De acordo com apresentação da diretora da TV Escola, Carmen Moreira de Castro Neves, em palestra realizada no dia 15 de agosto de 2005, na Secretaria de Educação a Distância (SEED), no Ministério da Educação.

³ Segundo dados da Laboris Consultoria, o Brasil tem 37 milhões de lares com televisão, totalizando 54 milhões de aparelhos, uma média de 1,4 por residência.

⁴ Pesquisa realizada nos meses de agosto e setembro de 2005 pelo Instituto Ipsos-Opinion, em parceria com o Comitê Gestor da Internet no Brasil, com o IBGE e o Ibope/Net Ratings.

⁵ Levantamento da sexta edição do Atlas Brasileiro de Telecomunicações 2006, que cruza informações da Anatel, das operadoras e dados sócio-econômicos para traçar um panorama da cobertura dos serviços de telecomunicações no País.

o manejo da informação sobre o conhecimento é uma espécie de conhecimento especializado, que vem ganhando importância crescente.

Este trabalho não se propõe a analisar as características técnicas e as decisões políticas que implicam na escolha do padrão da TV Digital no Brasil, mas a produção de conteúdo educacional para essa “nova televisão”, que, para Hoineff (2001), em nada se parece com a que existe hoje, e também o curso que tem como objetivo preparar os professores para explorar, pedagogicamente, as novas linguagens.

Sendo assim, o foco desta pesquisa é verificar se o programa-piloto Geração Saúde, que inaugurou novo modelo pedagógico e de produção, suportado por um curso de apoio, o Mídias na Educação, serve de modelo às próximas produções para a TV Escola Digital Interativa.

1.2) Justificativa

O decreto 5.820, de 29 de junho de 2006 (BRASIL, 2006), estabeleceu que a União poderá explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens em tecnologia digital para transmissão de quatro canais: um do Poder Executivo, para transmissão de atos, trabalhos, projetos sessões e eventos do Poder Executivo; um canal de Cultura, para transmissão destinada a produções culturais e programas regionais; um da Cidadania, para transmissão de programações das comunidades locais, bem como para divulgação de atos, trabalhos, projetos, sessões e eventos dos poderes públicos federal, estadual e municipal; e um canal da Educação, para transmissão destinada ao desenvolvimento e aprimoramento, entre outros, da educação a distância de alunos e também para capacitação de professores.

A produção e a programação do Canal da Educação estão a cargo do Ministério da Educação, que planeja migrar, de acordo com o atual Secretário de Educação a Distância, Carlos Eduardo Bielschowsky, a TV Escola para o sistema digital e, assim, subsidiar uma Educação de qualidade no País.

Esse estudo se justifica na medida em que deverá contribuir para o aprofundamento e a ampliação desse debate tão importante para a escola e para a sociedade e poderá subsidiar iniciativas de produção de conteúdo digital educacional nas diversas regiões brasileiras, já que, no futuro, o uso dessa tecnologia tende a modificar os paradigmas de comunicação estabelecidos até então, criando uma nova forma de interação com a televisão:

A revolução digital traz em seu bojo a ampliação radical da idéia de uma televisão que em nada se pareça com a que conhecemos até agora. [...] A televisão não mais organizará o tempo do telespectador. O seu tempo é que irá organizar a programação que ele quer ver. (HOINEFF, 2001, p. 23)

Esses questionamentos tornam-se ainda mais relevantes a partir da afirmação de Carnoy (2004). Segundo o autor, o Estado ganhou importância em todas as sociedades e em todas as áreas (política, econômica, social) e parece deter a chave para o desenvolvimento econômico, para a segurança social e para a liberdade individual.

Na ponderação de Castells (2000), o que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, promovendo ou liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e em uma época determinados.

Carnoy (2004) relaciona três teorias do Estado e identifica uma semelhança entre elas: todas questionam a idéia de uma teoria universal sobre o Estado e tendem a substituir esta noção pela exigência de análises histórico-específicas dentro de um conjunto de “regras” universais acerca da relação entre o Estado e a sociedade. Ou seja, existe algo que pode ser chamado de um Estado capitalista, mas as funções desse Estado variam de acordo com as condições históricas nas quais ele está situado, especificamente a natureza de sua luta de classes ou estrutura de produção ou as intervenções anteriores para resolver crises prévias.

É necessário garantir que as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) estejam presentes na educação das novas gerações. Caso contrário, segundo Silva (2005), estaremos na “contramão da história, alheios ao espírito do tempo e, criminosamente, produzindo exclusão social ou exclusão da cibercultura”.

Portanto, este trabalho perscrutará o encaminhamento dado ao assunto TV Escola Digital Interativa, de modo que essa nova plataforma, efetivamente, possa contribuir para o aprimoramento das práticas pedagógicas.

1.3) Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa é verificar se o projeto-piloto Geração Saúde, que inaugurou novo modelo pedagógico e de produção, suportado por um curso de apoio, o Mídias na Educação, serve de modelo às próximas produções para a TV Escola Digital Interativa.

Objetiva-se também investigar essa nova linguagem da TV Escola, sua constituição, princípios e estruturação, uma vez que, ao lado de outras iniciativas públicas, como as TVs educativas e não-governamentais, a TV Escola se insere num amplo processo de renovação do ensino, no qual a televisão, como veículo, tem um papel destacado (NAPOLITANO, 2003).

Paralelamente, como objetivos específicos, esta dissertação tem a intenção de revelar a política pública norteadora das ações, esclarecer o que é a TV Digital e, a partir dos erros e acertos do programa-piloto para televisão, propor novos formatos.

CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1) A inserção das TICs no contexto educacional

As transformações tecnológicas em curso inserem o homem em um novo paradigma, alterando valores, comportamentos e percepções. Instituições e máquinas informacionais estão atreladas ao íntimo do sujeito e o pensamento é profundamente moldado por dispositivos materiais e coletivos sociotécnicos (LÉVY, 2002). O surgimento de uma nova tecnologia altera, de modo mais enfático em determinadas áreas do saber, o respectivo campo de forças e exige mudanças:

Basta que alguns grupos sociais disseminem um novo dispositivo de comunicação, e todo o equilíbrio das representações e das imagens será transformado, como vimos no caso da escrita, do alfabeto, da impressão, ou dos meios de comunicação e transportes modernos. Quando uma circunstância como uma mudança técnica desestabiliza o antigo equilíbrio das forças e das representações, estratégias inéditas e alianças inusitadas tornam-se possíveis. Uma infinidade heterogênea de agentes sociais exploram as novas possibilidades em proveito próprio (ou em detrimento de outros agentes), até que uma nova situação se estabilize provisoriamente, com seus valores, morais e sua cultura locais. (LÉVY, 2002, p. 16)

Nesse sentido, também são necessárias mudanças na escola. É imprescindível rever a maneira convencional de educar, que não mais significa a simples transmissão de conteúdos, e os instrumentos utilizados. Pensar a Educação, nos dias atuais, não é adequar metodologias, mas repensar as estratégias e reinventar a sala de aula para superar os desafios emergentes.

Não há mais tempo para a tecnofobia. Se, no passado, os jornalistas tinham como instrumento de trabalho a máquina de escrever e os professores reproduziam os trabalhos em mimeógrafos, hoje essa situação é remota. A tecnofobia – menos uma visão crítica sobre a inserção das tecnologias que a demonstração de apego aos ditames do passado – tende a produzir, no campo educacional, exclusão digital e corroborar a exclusão social.

Montez e Becker (2005) apontam como característica social da exclusão digital a inaptidão de operar uma tecnologia quando se é exigido. A inclusão digital seria o ponto de partida para permitir à sociedade o acesso à informação. Mas os autores ressaltam, porém, que seria ilusão acreditar que o acesso às tecnologias,

principalmente a internet, resolverá todos os problemas sociais do Brasil. A inclusão digital, portanto, aparece como um meio de propiciar conhecimento e não um fim.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, no artigo 27, prevê o direito de todo homem a participar do progresso científico e fruir de seus benefícios. Para Bobbio (2004), os direitos, de uma forma em geral, constituem uma classe variável, que se modifica em função das condições históricas, ou seja, dos interesses, dos meios disponíveis e das transformações técnicas. Assim sendo, defende, é preciso que se esteja convencido de que a realização dos direitos do homem é uma meta desejável, mas não basta essa convicção para que elas se efetivem. O problema grave dos tempos atuais, conclui, com relação aos direitos do homem, não é mais fundamentá-los e, sim, o de protegê-los.

A revolução tecnológica, para Castells (2000), está centrada na aplicação de conhecimentos e informações para a geração de novos conhecimentos e de dispositivos de processamento da informação, em um ciclo de realimentação cumulativo entre a inovação e seu uso. Segundo o autor, as novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos.

De acordo com Martín-Barbero e Rey (2001), a dificuldade de a escola incorporar a tecnologia está diretamente vinculada ao desafio imposto por um ecossistema comunicativo do qual emerge outra cultura, outro modo de ver e ler, de pensar e aprender. Moraes (1998) explica que essas mudanças todas provocam alterações no modo como se percebe a escola e ressalta a necessidade de a escola se renovar, sob pena de produzir indivíduos incapazes de um pensar criativo. Para evitar que isso ocorra, segundo a autora, é fundamental observar que:

[...] a missão da escola mudou, ou seja, em vez de atender a uma massa amorfa de alunos despersonalizados, é preciso focalizar o indivíduo, aquele sujeito original, singular, diferente e único, específico em seu capital humano. Um indivíduo dotado de inteligências múltiplas, possuidor de diferentes estilos de aprendizagem e, conseqüentemente, de diferentes habilidades de resolver problemas. (MORAES, 1998)

Brunner (2004) relaciona algumas justificativas para o uso das tecnologias nas escolas. Segundo o autor, busca-se habilitar os estudantes para o aproveitamento de instrumentos que, em parte, já estão operando na sociedade e

que permearão a vida do trabalho e as comunicações; potencializar a aprendizagem dos alunos, de forma a desenvolver suas faculdades de aprendizagem autônoma e de criatividade; oferecer a docentes e alunos um meio que poderá conectá-los com uma fonte quase inesgotável de informações; tornar as escolas mais efetivas e produtivas; e evitar ou diminuir a brecha digital existente entre os alunos de famílias de maior poder aquisitivo e os alunos de lares de renda baixa que freqüentam escolas subvencionadas.

É imprescindível, portanto, citar Oliveira (2003), para quem a produção do conhecimento exige a criação de novas formas de educar e reeducar o indivíduo para lidar não apenas com as tecnologias como simples consumidor, mas entendê-las como fruto da produção humana:

[...] o acelerado desenvolvimento de tecnologias acaba atingindo dimensões do viver e da existência, trazendo importantes mudanças que alteram, inevitavelmente, o próprio estar do homem no mundo. [...] o desafio que se apresenta é compreender as formas como os conhecimentos são tecidos nas redes e teias virtuais, promovendo a interação dos sujeitos, saberes e práticas, e sua utilização do processo de formação das pessoas, levando em conta as proposições dos paradigmas emergentes. (OLIVEIRA, 2003, p.32)

2.2) A TV Escola

2.2.1) Histórico

A origem do programa TV Escola remonta ao Planejamento Estratégico do Ministério da Educação para o período de 1995-98. O documento enfatiza, entre outros, os seguintes aspectos: (a) a prioridade do Governo Federal para o ensino obrigatório de primeiro grau; (b) a valorização da escola e de sua autonomia, bem como de sua responsabilidade para com o aluno, a comunidade e a sociedade; (c) a utilização e a disseminação de modernas tecnologias educacionais (BRASIL, 1994, p.3).

O Planejamento Estratégico estabelecia que os incentivos à inovação teriam como alvo “a busca permanente de novas idéias e de novas formas de gestão escolar que incorporem o uso eficiente de tecnologias e maneiras diferentes de organizar a escola” (BRASIL, 1994, p. 8).

A implantação de um canal de tevê, via satélite, voltado exclusivamente para o atendimento à escola, com toda a programação dedicada à melhoria da qualidade

do ensino, foi considerada uma tarefa de longo prazo e parte fundamental do esforço de “incentivar novas formas de gestão escolar e induzir novos parâmetros de eficiência e de controle de qualidade” (BRASIL, 1994, p. 8).

Formalmente, a TV Escola foi autorizada pelo Protocolo de Cooperação Técnica nº 1, de 2 de junho de 1995, celebrado entre os ministérios da Educação e das Comunicações e a Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

O Programa TV Escola foi lançado em caráter experimental em 4 de setembro de 1995, pelo então Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, nas escolas públicas estaduais Joca Vieira e João Amaro, em Teresina, Piauí. Em 4 de março de 1996, foi ao ar para todo o País, em caráter definitivo.

Ao ser lançada, em 1995, a TV Escola era uma atribuição da então Secretaria de Desenvolvimento, Inovação e Avaliação Educacional – SEDIAE. O Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996, ao alterar a estrutura do MEC, extinguiu a SEDIAE e criou a Secretaria de Educação a Distância – SEED, que se tornou, então, responsável pelo programa.

Nos primeiros anos, o financiamento da TV Escola provinha exclusivamente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, razão pela qual a programação destinava-se exclusivamente ao Ensino Fundamental. A partir do segundo semestre de 1999, a Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Semtec, reconhecendo o papel estratégico da TV Escola na disseminação da reforma do Ensino Médio, fez uma parceria com a SEED, financiando a produção destinada a esse nível de ensino.

Com base no documento do Planejamento Estratégico do MEC, pode-se afirmar que a TV Escola foi criada com o propósito de enriquecer o “acervo de recursos e tecnologias de apoio à escola e aos professores e dirigentes”.

Os princípios de trabalho da SEED estendem-se à TV Escola. Assim, o projeto político- pedagógico da TV Escola está embasado nos seguintes aspectos:

- Tecnologia a serviço da educação, o que significa que os investimentos não se esgotam na aquisição dos equipamentos, mas estendem-se à capacitação, produção de materiais de apoio e a outras atividades que auxiliem o domínio crítico e criativo de novas linguagens e tecnologias;
- Autonomia dos parceiros, ofertando programas que, embora transmitidos de um ponto central, permitem liberdade na forma de

apropriação, de maneira a harmonizar parâmetros e diretrizes nacionais com a diversidade e o pluralismo de idéias, políticas, estratégias e projetos pedagógicos dos sistemas e das escolas;

- Integração entre parceiros, princípio que busca a otimização dos recursos públicos e o exercício de um regime de colaboração, partindo do respeito à gestão democrática e à descentralização administrativa;
- Convergência entre diferentes tecnologias e linguagens, para que o uso harmônico e articulado dos múltiplos recursos disponíveis facilite a interdisciplinaridade e a contextualização, torne mais dinâmica a sala-de-aula e contribua para a riqueza do processo educativo;
- Formação de um leitor crítico e criativo dos meios, capaz de evitar a manipulação da mídia, de transformar informação em conhecimento e de ter autonomia para aprender ao longo da vida.

Inicialmente, a proposta do programa era alcançar escolas de Ensino Fundamental com mais de 250 alunos (Resolução FNDE nº 15, de 6 de junho de 1995). Verificou-se, no entanto, que haveria maior impacto na rede pública se o universo da TV Escola fosse representado por escolas públicas com mais de 100 alunos, o que foi regulamentado com a Resolução FNDE nº 21, de 7 de agosto de 1995.

A infra-estrutura repassada às escolas foi um kit tecnológico, composto por uma televisão, um videocassete, uma antena parabólica com receptor de satélite e 10 fitas de vídeo VHS. Em algumas regiões, autorizou-se a compra de um estabilizador de voltagem.

É relevante notar que dados da pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas – NEPP, da Unicamp, em 2001, mostraram que, embora o MEC tenha doado um conjunto de equipamentos, algumas escolas encontraram meios próprios para ampliação do número desses equipamentos. Houve, também, ações dos governos estaduais e municipais de ampliação do programa, relativas à compra de equipamentos. Assim, cerca de 50% das escolas, em 2001, segundo dados do NEPP/Unicamp, tinham mais de um vídeo e TV.

O infográfico constante no relatório 1996-2002 da TV Escola apresenta o número acumulado de escolas que, no período 1995-98, habilitaram-se junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE para receber os recursos destinados à compra do equipamento. O quadro incorpora, ainda, 625 instituições

que receberam equipamentos em 1999-2000, no marco do projeto de ampliação seletiva da TV Escola. São universidades e outras instituições públicas de Ensino Médio e Superior de formação de professores bem como de Agências Formadoras do Proformação, Núcleos de Tecnologia Educacional – NTEs/ProInfo, Colégios de Aplicação, Escolas Técnicas, CEFETs, Núcleos Rurais e escolas da rede pública de ensino fundamental, com mais de 100 alunos, até então não beneficiadas pelo Programa. Ao todo, foi computada a distribuição de 57.395 kits (Anexo F).

2.2.2) Capacitação para uso do programa

De 1996 a 1999, a capacitação para utilização pedagógica da TV Escola tinha como objetivo, de acordo com relatório assinado pela então diretora do Departamento de Política em Educação a Distância, Carmen Moreira de Castro Neves, familiarizar os professores com o manuseio do equipamento. Isso foi realizado com recursos do Projeto de Gestão Compartilhada e Acordo MEC-Unesco, repassados pela Secretaria de Educação a Distância os estados e com recursos próprios destes. O foco era, principalmente, a capacitação de multiplicadores.

Em 2000, sem prejuízo das iniciativas dos estados e municípios, a SEED decidiu capacitar professores e dirigentes a partir do próprio canal. Foi, então, lançado o curso de extensão a distância intitulado “TV na Escola e os Desafios de Hoje”. O curso foi concebido para professores, coordenadores e diretores de escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio.

A proposta do curso era trabalhar a perspectiva da educação com tecnologias, enfatizando o audiovisual, mas sem descartar o material impresso e as outras mídias, a fim de integrar as Tecnologias da Informação e da Comunicação no processo de ensino e de aprendizagem.

O curso foi criado para atender a solicitações de educadores entrevistados na pesquisa desenvolvida pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Unicamp, em 1999. A pesquisa indicou que 86% dos professores entrevistados não tinham sido capacitados para utilizar a TV Escola.

O “TV na Escola e os Desafios de Hoje” foi resultado de uma parceria entre a Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação, as secretarias estaduais de Educação e a Universidade Virtual Pública do Brasil - UniRede, que congregava, à época, 68 Instituições Públicas de Ensino Superior, o que possibilitou

o atendimento de professores e gestores no País. De acordo com relatório de Carmen Neves, as vantagens da parceria foram a promoção da integração dos profissionais da rede pública de Ensino Superior com os profissionais das secretarias de educação e da rede pública de Educação Básica e a possibilidade de certificação, que resulta na oportunidade de progressão funcional, dependendo do estatuto do magistério de cada município ou estado.

O curso tinha como principais objetivos: (1) desenvolver a capacidade de análise crítica dos conteúdos apresentados, motivando o educador-aluno à transformação da realidade; (2) identificar aspectos teóricos e práticos sobre os meios de comunicação no contexto das novas tecnologias de comunicação, informação e multimídia, destacando aqueles mais úteis aos processos de ensino-aprendizagem; (3) explorar o potencial dos recursos da TV Escola no projeto político-pedagógico da escola, sua gestão no cotidiano escolar e sua oferta à comunidade; (4) elaborar propostas concretas de utilização do acervo da TV Escola no desenvolvimento das atividades curriculares das várias áreas do conhecimento, bem como de outras tecnologias da comunicação e informação.

O curso foi organizado de modo a preparar e aperfeiçoar profissionalmente professores, coordenadores, supervisores e diretores. O objetivo da capacitação dos professores, coordenadores e supervisores era fazer com que eles explorassem as tecnologias no fazer pedagógico, qualificando seu desempenho. Já a capacitação dos diretores visava ao fomento da busca de formas de gerenciamento que facilitassem a inserção da tecnologia no cotidiano da escola.

O grande número de inscrições recebidas - 254.318 - superou as expectativas e a meta inicial e levou o curso a ser repetido em 2001 e 2002 (Anexo G). Financiado com recursos da SEED, o curso foi elaborado a partir de um trabalho cooperativo de especialistas de várias universidades da UniRede, especialistas convidados e técnicos da Secretaria de Educação a Distância, que se associaram para produzir os materiais de estudo de cada módulo, composto por vídeos e impressos.

Os vídeos foram produzidos pelo Centro de Produção Cultural Educativa (CPCE) da Universidade de Brasília, com a colaboração do Departamento de Produção da SEED/MEC. Os vídeos de apoio, citados nos textos de cada módulo, fazem parte do acervo da programação da TV Escola.

O curso foi estruturado em três módulos equivalentes a 60 horas de estudos cada um (Anexo H) e utilizou como recursos tecnológicos televisão, vídeo-cassete e material impresso. Cada módulo propunha atividades diversas, algumas para reforçar a aprendizagem do educador sobre a temática e outras para avaliar seu desempenho. Além dessas, de caráter mais tópicos, o cursista tinha que elaborar, ao longo do processo, um memorial e o trabalho final, ambos submetidos à apreciação dos tutores e objeto de comentários úteis à orientação da aprendizagem.

O acompanhamento dos professores-cursistas e as estratégias de implementação foram descentralizados em 28 pólos da UniRede, que atuam em parceria com as secretarias estaduais e municipais de Educação.

O cursista que cumpriu a carga horária total do curso (equivalente a 180h) e teve aprovado seu trabalho final recebeu certificado de extensão do Curso “TV na Escola e os Desafios de Hoje”. O certificado foi expedido pela universidade em que o cursista estava matriculado.

Não há pesquisa formal no Ministério da Educação, ou mesmo nas secretarias estaduais, que comprove a eficácia do curso. O relatório assinado pela então diretora Carmen Neves analisa positivamente a ação e diz que o curso cumpriu seus objetivos e logrou sucesso porque os cursistas, em seus memoriais e no trabalho de conclusão, revelaram a construção de uma atitude crítica quanto à televisão e ao vídeo e também disposição didática de utilizar essa tecnologia para educar. No entanto, não foram apresentados números nem percentuais.

2.2.3) Tentativa de implantação da TV Escola Digital

Em 2003, antes de pensar na produção de conteúdo digital interativo, a Secretaria de Educação a Distância do MEC concentrou esforços no desenvolvimento de um set-top-box para transformar a TV Escola em digital e interativa.

De acordo com pesquisa realizada em 2001 pela Unicamp, apesar de, àquela época, haver 55 mil escolas atendidas pela TV Escola, os índices de uso demonstravam que o Governo deveria tomar providências para o fortalecimento do programa. O documento apontou, por exemplo, que:

- 86% das escolas com mais de 100 alunos possuíam o kit tecnológico completo;
- 50% gravavam os programas e séries veiculados pela TV Escola;

- 32% das escolas contavam mais de 100 títulos nas videotecas;
- 10% possuíam videotecas com mais de 500 títulos.

A pesquisa também demonstrou falhas tecnológicas que inviabilizavam o pleno uso do programa pelos professores e alunos das escolas públicas. Essas falhas eram, principalmente, decorrentes da dificuldade em gravar os programas em fita, devido à falta de pessoal, falta de capacitação, custo das fitas e deterioração dos aparelhos. Além disso, a má qualidade do sinal recebido pelas escolas prejudicava as gravações.

Esses dados, segundo relatório⁶ de 2004 assinado pelo então diretor do Departamento de Produção e Divulgação de Programas Educativos da SEED/MEC, Jean-Claude Frajmund, impulsionaram a implantação do Plano de Expansão do Programa da TV Escola. Esse plano continha três premissas: revitalização do uso do programa nas escolas; orientação do foco em formação de professores e digitalização da infra-estrutura (transmissão e recepção) do programa. Para isso, algumas ações seriam necessárias, como: a reestruturação do respectivo departamento; a utilização da TV Digital Interativa como ferramenta de educação a distância e a revisão dos métodos de produção e de aquisição de programas.

Tais premissas e ações, segundo o relatório, foram apresentadas aos dirigentes e servidores da SEED em reunião geral promovida pelo Gabinete do Secretário em 18 de março de 2003. Uma vez aprovadas, formou-se um grupo de desenvolvimento tecnológico, que deveria pensar em uma solução com tecnologia de baixo custo, que utilizasse os equipamentos já instalados nas escolas e com capilaridade nacional visando à inclusão de todas as escolas públicas brasileiras.

Decidiu-se, então, pesquisar um set-top-box com recursos de hardware e software e utilização da base tecnológica Mpeg 2. O primeiro resultado dos estudos e discussões apontou um modelo que satisfazia as necessidades de funcionalidade, mas era inviável devido aos altos custos, conforme trecho do relatório:

[...] Chegamos a um resultado bastante interessante no que tange às funcionalidades que o novo set-top-box possibilitaria, tais como o armazenamento de vários dias de programação através do PVR (Personal Vídeo Recorder), conexão com impressora, canal de retorno via modem etc. Porém, esbarramos em dois fatores que inviabilizariam esta tecnologia: o primeiro era o alto custo do set-top-

⁶ O relatório, de 13 de abril de 2004, consta no processo número 23000.003502/2004-20 do Ministério da Educação.

box, impossibilitando a inclusão das 180 mil escolas da rede pública de ensino básico. O segundo fator era a necessidade de adquirir software proprietário (middleware) a custos inviáveis para um país em desenvolvimento. Alguns softwares que possibilitam um alto grau de interatividade têm custo de U\$ 1,00/mês/unidade, o que representaria custo anual de R\$ 6.480.000,00, somente com o pagamento de royalties, se as 180 mil escolas fossem beneficiadas. (BRASIL, 2004a, p.16)

Após essa constatação, foi proposto um novo enfoque tecnológico, o IP (Internet Protocol) encapsulado. Com este novo enfoque, todas as funções concebidas em Mpeg 2 seriam atendidas com a vantagem da redução de custo. A partir de então foi iniciado o desenvolvimento de um protótipo operacional que testasse a viabilidade dos modelos de transmissão e recepção propostos pela pesquisa.

Com o apoio “informal”, diz o relatório, da Universidade Mackenzie e de outros consultores especialistas, chegou-se ao primeiro protótipo de um receptor digital da TV Escola Digital Interativa e de um esquema de transmissão baseado em IP encapsulado, que apresentava as seguintes funcionalidades:

- Carrossel de televisões públicas e educativas: por meio do canal digital da TV Escola, era possível assistir às programações de TVs públicas e educativas.
- Guia eletrônico de programação: o professor poderia acessar, pelo controle remoto, todos os títulos da grade de programação da TV Escola, com a sinopse e os horários de exibição.
- Armazenamento temporário de programas da TV Escola no set-top-box: dessa forma o professor assistiria aos programas no horário que lhe conviesse.
- Gravação dos programas em Vídeo CD-ROM (VCD): o professor poderia gravar os programas em VCD e assisti-los na televisão, no computador ou em casa. A biblioteca da escola teria, portanto, os programas armazenados em VCD e não em fitas VHC, que são mais perecíveis.
- Conteúdos complementares: o professor teria acesso, por meio da própria televisão, a conteúdos em texto que complementassem e aprofundassem os conceitos abordados no vídeo.

- Canal de retorno: a rede de telefonia fixa seria utilizada para receber os dados enviados pelas escolas, possibilitando a interação.
- Impressão do conteúdo: seria possível imprimir os textos selecionados na televisão.
- Convergência dos meios: o conteúdo pedagógico seria entregue, via satélite, nas televisões, computadores e rádio.
- Segmentação de conteúdo: possibilidade de entrega de conteúdos diferenciados de acordo com o perfil de cada escola, ou seja, poderiam ser entregues conteúdos pedagógicos específicos somente para escolas rurais ou somente para escolas de periferia das grandes cidades.

Após aprovação do então Ministro da Educação, Cristovam Buarque, foi firmado um convênio⁷ com a Universidade Mackenzie, responsável pela aquisição dos equipamentos para a digitalização e compressão do sinal da TV Escola, pela construção das caixas receptoras e pela subida do sinal até o satélite Brasilsat B1, em um link operado pela própria instituição de ensino.

Consultores contratados foram responsáveis pelo desenvolvimento final do software, pela interface de usuário do receptor digital e também pela definição da estratégia de implantação do piloto nas escolas de sete estados: Acre, Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul. A escolha foi determinada pela presença de Núcleos de Tecnologia Educacional (NTEs), coordenados pelo Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo)⁸, que pudessem dar apoio logístico ao piloto. Foram selecionados sete NTEs que gerenciaram a instalação da TVEDI em 18 escolas participantes.

Para a implantação do piloto, foram feitas duas reuniões de capacitação, uma em Brasília, com a participação dos coordenadores da TV Escola e do Proinfo nos respectivos estados e outra em São Paulo, na Universidade Mackenzie, em que estiveram reunidos os técnicos responsáveis pelos NTEs.

Em 15 de dezembro de 2003, o então Ministro da Educação, Cristovam Buarque, lançou o projeto no auditório do MEC, com a presença do então Ministro

⁷ Processo número 23000.013868/2003-26, que pode ser encontrado no protocolo da Secretaria de Educação a Distância do MEC.

⁸ O Proinfo é um programa educacional criado pela Portaria 522 do MEC, de 9 de abril de 1997, para promover o uso pedagógico da informática na rede pública de ensino fundamental e médio. Desenvolvido pela SEED, por meio do Departamento de Infra-estrutura Tecnológica (DITEC), funciona de forma descentralizada. Sua coordenação é de responsabilidade federal e a operacionalização é conduzida pelos estados e municípios.

da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica Luiz Gushiken e do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (Unesco) George Werthein, além de outras autoridades do Governo Federal na platéia.

Surgia, então, a TV Escola Digital Interativa, com o desafio de melhorar a qualidade da Educação Básica no País e promover a valorização, a formação continuada e a atualização do professor, conforme afirmava a SEED/MEC e repercutiam os veículos de comunicação.

Passados três meses, e segundo relatório⁹ do Núcleo de Produção da TV Escola para a direção do Departamento de Produção e Divulgação de Programas Educativos, a TVEDI não era utilizada efetivamente, ou seja, como recurso pedagógico para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem. Possíveis causas são apontadas no citado relatório:

[...] De um modo geral, os estados ainda não estão levando o projeto a sua plena efetivação. As razões disso vão desde o não funcionamento dos equipamentos, principalmente problemas de sintonia da TV Escola, até a aparente falta de entendimento do projeto-piloto, como é o caso do Acre, onde todos os decodificadores funcionam, mas não foi iniciada nenhuma atividade, sensibilização, nem capacitação. Em outros casos, a efetivação do projeto depende de capacitação dos técnicos dos NTEs, caso de Goiás, que quer, por exemplo, gravar os programas da TV Escola e não sabe como ligar o decodificador no vídeo-cassete.

Problemas tecnológicos aliados à ausência de um projeto de preparação e capacitação para utilização pedagógica da TV Escola Digital Interativa, com definição de objetivos educacionais claros, conforme demonstra o relatório, representaram entraves ao desenvolvimento profícuo do piloto.

Em janeiro de 2004, o então Ministro da Educação, Cristovam Buarque, transfere o cargo para Tarso Genro, o que implica em mudanças na Secretaria de Educação a Distância. Em fevereiro, Marcos Dantas Loureiro assume a SEED e inicia o processo de reestruturação da Secretaria, promovendo mudanças de pessoal nos cargos de direção e coordenação-geral. A troca de algumas equipes e o entendimento de que o novo Departamento de Produção e Capacitação em EaD (DPCEAD), que abriga a TV Escola, deveria se preocupar, fundamentalmente, com

⁹ O relatório não foi formalizado, ou seja, não consta nos autos dos processos sobre o assunto. Ele faz parte dos registros do Núcleo de Produção de 2004.

a produção de conteúdos pedagógicos, em vez de investir recursos na idealização de um set-top-box e todo um aparato tecnológico, inviabilizou o projeto TVEDI.

2.2.4) A TV Escola hoje

A TV Escola mantém como objetivos o aperfeiçoamento e a valorização dos professores da rede pública e o enriquecimento do processo de ensino e aprendizagem. O público da TV Escola são alunos, professores e gestores das escolas públicas do País. Programas de graduação e de pós-graduação voltados para a formação de professores são incentivados a utilizar a TV Escola, na perspectiva de elevar a qualidade do curso e de contribuir para formar um professor com domínio da tecnologia e capaz de uso consciente e criativo da TV e do vídeo.

Atualmente, a TV Escola está 24 horas no ar (Anexo I) e sua programação é transmitida para todo o Brasil por antena parabólica e pelos canais digitais Direct TV (237) e Sky (27). A grade está dividida em cinco faixas de programação: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Salto para o Futuro e Escola Aberta.

A faixa de Educação Infantil oferece programação voltada aos professores que lidam com crianças de zero a seis anos. Os programas, de acordo com relatório de 2006 do Departamento de Produção e Capacitação em Educação a Distância da SEED/MEC, apresentados nessa faixa têm como objetivo subsidiar o professor na perspectiva de qualificar suas aulas para o desenvolvimento integral do ser humano, já que os estímulos que a criança recebe nos primeiros anos de vida ajudam a definir seu sucesso escolar e seu desenvolvimento.

A faixa de Educação Infantil foi criada em agosto de 2005 e, um ano depois, passou de 30 minutos para uma hora de duração. Ela é veiculada sempre às segundas-feiras, às 7h, com reprise às 9h, 13h, 17h, 22h e 1h.

A faixa de Ensino Fundamental exhibe programas por área temática específica do currículo: Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História, Geografia, Educação Física, Artes, Ética, Pluralidade Cultural, Saúde, Meio Ambiente e Orientação Sexual (Anexo J). Há, ainda, a área Escola/Educação, que analisa assuntos diretamente relacionados à gestão e à prática pedagógica.

A faixa de Ensino Fundamental possui duas horas de duração e é veiculada, de terça a sexta-feira, nos seguintes horários: às 7h, 9h, 13h, 17h e 22h. Às segundas-feiras, a programação de Ensino Fundamental tem apenas uma hora e trinta minutos de duração e vai ao ar às 7h30, 9h30, 13h30, 17h30 e 22h30.

Os programas dirigidos à faixa do Ensino Médio buscam capacitar e atualizar o professor da rede pública, enriquecer as aulas, além de disseminar as novas orientações do Ensino Médio. Essa faixa possui uma hora de duração e é exibida de segunda a sexta-feira, às 12h, 16h, 20h, 1h e 4h.

Ao longo da semana, a faixa é dividida em quatro programas seriados: Sala de Professor, Com Ciência, Fazendo Escola e Acervo (Anexo L).

Sala de Professor apresenta um documentário seguido de um projeto interdisciplinar elaborado e apresentado por três professores do Ensino Médio. Os programas reúnem conteúdos para a atualização dos professores e orientações para um trabalho contextualizado e interdisciplinar.

Os programas da série Com Ciência pretendem mostrar o papel que a escola deve exercer como ponte entre os conhecimentos científicos acadêmicos e cotidianos, desmistificando a ciência como algo distante da realidade dos alunos do Ensino Médio.

A série Fazendo Escola, por sua vez, discute idéias e apresenta propostas de trabalho sobre questões referentes à gestão democrática, a partir de experiências bem sucedidas em escolas brasileiras.

Em Acervo, os professores assistem a documentários de longa metragem – em torno de 50 minutos – que podem ter seus trechos usados em sala de aula. Os vídeos são precedidos de breves explicações e comentários de professores de diferentes disciplinas, que apresentam sugestões de atividades preparadas para explorar interdisciplinarmente os temas abordados.

O Salto para o Futuro é o primeiro programa ao vivo e interativo e o único nesses moldes destinado à capacitação e à atualização de professores. Ele existe desde 1991, portanto, antes da criação da TV Escola. Nasceu sob o patrocínio do Ministério da Educação, com produção da Fundação Roquette Pinto.

A partir de 1996, o Salto para o Futuro passou a integrar a programação da TV Escola, sob a responsabilidade da SEED/MEC e produção da Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, que o faz por meio de um contrato de prestação de serviços. O objetivo do programa é promover a formação continuada de docentes e gestores educacionais, discutir temas da Educação que desafiam o Brasil e o mundo e permitir aos educadores, às escolas, aos cursos de formação de professores e aos sistemas estaduais e municipais ações autônomas de capacitação e certificação de docentes.

A abrangência do Salto para o Futuro é nacional. Em alguns estados e municípios, é usado como apoio aos cursos de formação de professores para as séries iniciais e a participação em um determinado número de séries permite contagem de pontos para a progressão funcional. Cursos superiores de formação de professores, como o da Universidade Federal de Mato Grosso, por exemplo, usam as séries como material pedagógico, segundo dados do MEC.

O programa utiliza televisão, fax, telefone, email e material impresso, o boletim do Salto¹⁰, e tem momentos interativos que permitem aos professores, reunidos em telepostos¹¹, um contato ao vivo com especialistas nos temas em debate. São contabilizados pelo MEC cerca de 600 telepostos em todo o País.

A definição dos temas a serem abordados nas séries do Salto para o Futuro é feita a partir de sugestões das secretarias do Ministério e dos telepostos, de acordo com as necessidades de capacitação e atualização.

Está em estudo no Departamento de Produção e Capacitação em Educação a Distância da SEED/MEC projeto para definir, com antecedência, os temas de todas as séries inéditas do ano. Paralelamente, serão realizadas reuniões com os secretários estaduais de Educação para instituir a certificação do Salto para o Futuro como curso de extensão e aprimoramento, de modo a estimular a abertura de novos telepostos e o trabalho naqueles já existentes.

Em 2006, o Salto para o Futuro produziu 25 séries temáticas e cinco programas especiais, num total de 130 horas de programação inédita. No ano anterior, foram produzidas 22 séries temáticas, com total de 112 horas. Em 2007, serão, de acordo com a SEED/MEC, 25 séries temáticas e seis programas especiais, totalizando 129 horas de programação inédita.

A faixa Escola Aberta é veiculada aos sábados, domingos e feriados com uma programação mais abrangente sobre cultura, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, além da reprodução de palestras e oficinas promovidas pelos ministérios que sejam importantes para a comunidade escolar em geral, já que nesses dias as escolas abrem suas portas para receber os pais e a comunidade do entorno. Com isso, pretende-se facilitar o estabelecimento de laços entre a escola e as comunidades, envolver a comunidade nos processos de incorporação da

¹⁰ Site do Salto para o Futuro, onde constam informações sobre o programa: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/>

¹¹ Os telepostos são salas equipadas com computador, televisão, vídeo-cassete ou tocador de DVD, fax, telefone. Essa estrutura varia em cada pólo. Cada teleposto reúne, em média, 15 professores.

tecnologia no projeto político-pedagógico da escola e tornar a comunidade beneficiária de programas educativos que podem ajudar na melhoria da qualidade de vida do cidadão.

Para compor as cinco faixas de programação, a TV Escola produz séries e programas, adquire direitos de exibição de produções nacionais e internacionais e recebe, por meio de cessão, sem ônus, programação de parceiros, que podem ser canais educativos, universidades e produtores de televisão. Em 2006, para se ter idéia da composição da grade, a proporção foi de 51% para produções; 43% para compras; e 6% para cessões (Anexo M).

A produção própria da TV Escola é imprescindível, de acordo com a Coordenação-geral do programa, porque atende diretamente aos interesses e demandas das escolas e órgãos do Ministério da Educação, além de cobrir áreas do currículo cujos conteúdos não são encontrados nos mercados nacional e estrangeiro. Ademais, o fato de ser detentora dos direitos de exibição dos programas permite ações de permuta e cessão que consolidam, segundo a Coordenação-geral, o uso pedagógico da TV em sala de aula e em outros espaços educacionais.

Com a produção própria, segundo relatório da TV Escola de 2006, busca-se assegurar o equilíbrio e a intencionalidade na composição da grade de programas, contemplando todas as áreas do currículo; definir uma pedagogia de produção que promova a autoria e a integração de mídias e linguagens; fomentar programas em novos formatos e estimular a produção audiovisual educativa no País.

Além do que produz com recursos próprios, a TV Escola adquire direitos de exibição de programas educativos de empresas produtoras de reconhecido nome em todo o mundo, como: NHK (Japão); CBC e National Film Board (Canadá); WGBH e Discovery Channel (EUA); M5, La Sept/Arte, Eva, Marathon, La 5ème, France 2, France 3, Canal + e CNDP (França); HIT, London TV, C4 Learning, C4, BBC, BBC Open University e R&M Associates (Grã-Bretanha); NIS e NPB (Holanda); DRTV, TV2 (Dinamarca); e as brasileiras Doc TV, Tatu Filmes, Vaca Louca e Urca Filmes.

Há, também, os títulos cedidos por organismos públicos e privados, como: Instituto Itaú Cultural, TV Senac, Ministério da Cultura, Ministério da Saúde, Ministério dos Esportes, TV Cultura e TVE.

Em 2006, de acordo com o Núcleo de Programação da TV Escola, foram gastos aproximadamente R\$ 1.424.000,00 para licenciamento de direitos de

exibição de mais de 400 horas de programas nacionais e estrangeiros. A aquisição de programas saltou de 38 horas, em 2003, para 400 horas, em 2006 (Anexo N).

Essa ação é importante, segundo relatório de 2006 da TV Escola, para renovar a grade; oferecer elenco de programas com padrão de qualidade, a partir de rigorosa seleção que leva em conta o currículo da escola brasileira e os valores éticos e morais que embasam a formação do cidadão; e estimular a produção nacional de programas educativos.

Na análise e seleção dos programas disponíveis no mercado, o Núcleo de Programação da TV Escola leva em consideração algumas questões antes de recomendar a aquisição dos direitos, tais como se o vídeo constituirá ferramenta para o professor em sala de aula, se serve para a capacitação dos professores ou contribui para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, se interessa aos alunos pelo formato e conteúdo, se tem ritmo e utiliza, competentemente, a linguagem audiovisual, se passa as informações de modo criativo, se o roteiro foi bem estruturado, se esteticamente é refinado, se apresenta conteúdos em conformidade com as políticas de Educação vigentes, se tem potencial para melhorar socialmente o ambiente escolar, se potencializa o uso da televisão em sala de aula, enfim, se apresenta qualidades éticas, estéticas, técnicas e de conteúdo que justifiquem seu licenciamento.

2.3) A TV Digital

A televisão digital é um sistema tecnológico que permite transmitir e receber o sinal de televisão em formato digital. Ela transforma cada elemento da cena e do som em um número binário formado por 0 e 1. É a mesma linguagem utilizada pelos computadores.

As tecnologias digitais já são empregadas em diversas etapas de produção de tevê, mas os aparelhos receptores nos lares brasileiros e a transmissão são analógicos. A TV analógica forma a imagem e o som de modo contínuo. Por isso, hoje as imagens apresentam chuviscos provocados por interferências, fantasmas, ruídos e distorções de luz e cor.

Michael Silbergleid, no artigo “Understanding Digital: The Basics”, afirma que é preciso entender, em primeiro lugar, que tudo na natureza é originalmente analógico e que a primeira versão da gravação analógica oferece uma representação superior da imagem, em termos qualitativos, a uma gravação de

primeira geração no formato digital. Segundo o autor, o digital seria uma aproximação codificada do analógico. No entanto, quando comprimido, o sinal digital chega às casas dos telespectadores com qualidade superior. A nitidez na televisão digital é equivalente à obtida hoje com aparelhos de DVD ou TVs a cabo.

A questão está relacionada, portanto, à largura de banda. O sinal analógico não apresenta compressão suficiente, necessitando de mais espaço de banda. Por outro lado, o digital é um sistema binário – som e imagem são representados por uma seqüência de bits e não mais por ondas eletromagnéticas análogas ao sinal televisivo – que ocupa menos espaço e que, em baixa potência, está menos vulnerável a interferências e ruídos.

A nitidez oferecida pelo sistema digital poderá ser até 12,6 vezes superior à do modelo atual. Há quatro gradações possíveis na resolução das transmissões, de acordo com o número de pixels¹² em cada linha horizontal e vertical da tela. O nível máximo é de 1920 (linha horizontal) x 1080 (linha vertical) pixels, obtido nos televisores mais avançados. O nível mínimo é de 854 x 480 pixels, adequado para reprodução de imagens em celulares. No sistema analógico, o máximo de resolução obtida é de 640 x 480, mas isso em tese, uma vez que, na prática, por causa de problemas de transmissão, a qualidade real pode não chegar à metade desse valor.

A transmissão da TV Digital tem o mesmo formato panorâmico da tela do cinema, em proporção de 16:9, chamada widescreen. A vantagem dessa disposição é a abrangência maior da cena. No modelo analógico, mais para o quadrado, a relação é de 4:3.

O sistema digital tem som do tipo surround, com 5.1 canais de áudio (cinco canais principais e um canal subwoofer¹³). É o mesmo sistema dos home theaters. Dependendo da disposição das caixas, o espectador tem a sensação de estar cercado pelos barulhos das cenas. O modelo analógico é, no máximo, estéreo, com duas saídas.

A transmissão e a recepção da TV Digital podem ser feitas por satélite (TVD-S), por cabo ótico e coaxial (TVD-C) ou pelas freqüências hertzianas atmosféricas (TVD-T). A França foi o primeiro país a conhecer a TVD-S, em 1996. Nos dois anos

¹² A unidade de medida de comprimento pixel é relativa à resolução do dispositivo de exibição, por exemplo, a tela de um monitor ou televisor. Pixel é o menor elemento em um dispositivo de exibição ao qual é possível atribuir uma cor.

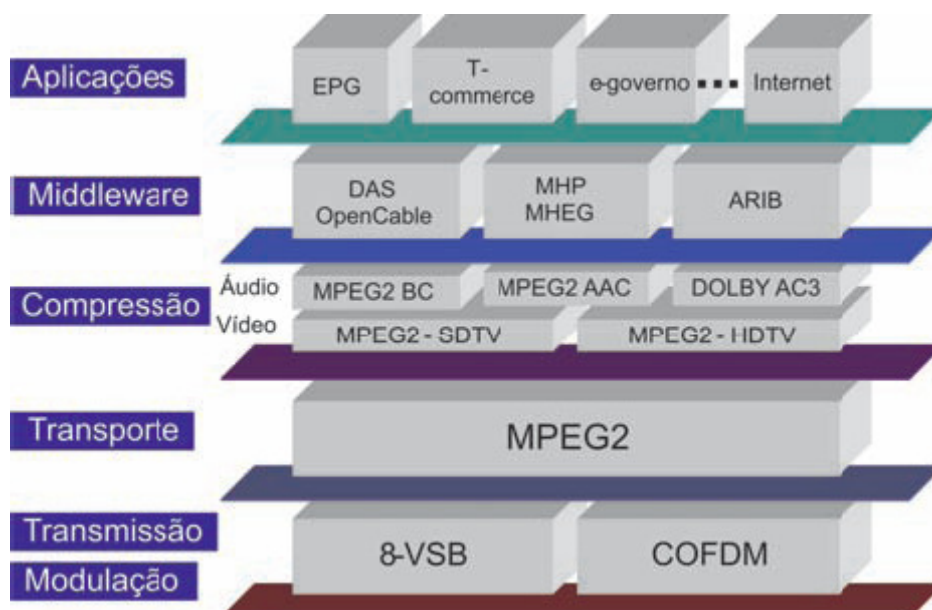
¹³ O canal subwoofer carrega sons de baixa freqüência para aumentar os sons graves, potencializando certos efeitos especiais, como explosões e trens.

seguintes, tiveram início as transmissões digitais, por satélite ou cabo, nos Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, entre outros países. As transmissões de TVD-T começaram, em 1998, nos Estados Unidos, seguidos pelo Reino Unido e Espanha.

Nos Estados Unidos, acordo firmado entre o governo, os fabricantes de equipamentos e os radiodifusores estabeleceu a adoção do sistema de transmissão ATSC (American Television Standard Commission). Nesse padrão, a imagem tem qualidade superior e o sistema permite interatividade, mas as transmissões para meios de transporte e celulares são precárias. No Reino Unido e em todos os demais países europeus foi adotada uma tecnologia denominada DVB (Digital Vídeo Broadcasting). Essa tecnologia proporciona qualidade de imagem um pouco inferior a dos outros sistemas, mas permite interatividade, além de transmissão para veículos e celulares com qualidade mediana de imagem. O sistema privilegia a programação múltipla, o que é visto como oportunidade para organizações não-governamentais e teles, interessadas em novos canais de conteúdo.

Por sua vez, o Japão adotou o ISDB (Integrated System Digital Broadcasting), que permite interatividade e oferece imagem com qualidade superior, mesmo nas transmissões para veículos e celulares. O sistema privilegia a alta definição. Nesse caso, a transmissão demandaria a utilização de toda a banda de espectro (6 MHz). Mas, em definição standard, esse mesmo espectro poderia ser dividido em até quatro canais.

O sistema de televisão digital é constituído por cinco camadas de software: modulação, transmissão, compressão de áudio e vídeo, middleware e aplicativos, conforme figura abaixo, reproduzida da cartilha editada pelo Sindicato dos Engenheiros de Minas Gerais:



O ATSC utiliza o padrão 8-VSB de modulação e os dois outros, o padrão COFDM. Segundo Drury (2002), o 8-VSB é uma modulação digital por amplitude, com dados conduzidos por oito níveis de onda de rádio-freqüência; e o COFDM é uma combinação de modulação por amplitude e fase, transportada por múltiplas ondas portadoras.

Os três sistemas adotam o mesmo padrão de transmissão: MPEG-2 TS, voltado para a difusão de dados multimídia em enlaces de comunicação. Já no que diz respeito ao padrão de compressão, as tecnologias são divergentes: o sistema americano optou pelo Dolby e os sistemas japonês e europeu escolheram diferentes combinações de MPEG. O Dolby é muito utilizado na codificação de áudio em filmes para cinema e DVD e especificado por uma única companhia, a Dolby Laboratories. Trata-se, portanto, de um padrão proprietário.

Os padrões MPEG são usados para codificação e compressão de dados multimídia. Os três mais conhecidos são MPEG-1, MPEG-2 e MPEG-4. O primeiro atende a vídeos codificados até 1,5 Mbps com qualidade VHS e áudio com qualidade de CD estéreo. O MPEG-2, mais sofisticado, é capaz de codificar vídeos com qualidade HDTV, entre 15 e 100 Mbps. Já o MPEG-4 possibilita, em uma transmissão de vídeo, a manipulação de dados pelo emissor e pelo receptor, que podem remover ou inserir novos objetos (MONTEZ; BECKER, 2005).

Cada sistema possui seu próprio middleware. De acordo com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP)¹⁴, a palavra designa camadas de software que não são aplicações, mas que facilitam o uso de ambientes de tecnologia da informação. A camada de middleware reúne serviços, tais como identificação, autenticação e autorização e outras ferramentas destinadas à segurança. Com relação aos aplicativos, podem ser desenvolvidas inúmeras soluções, de acordo com a demanda dos mercados.

O Brasil optou no ano passado por um sistema. Em 29 de junho de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o Decreto 5.820, que adota a tecnologia japonesa como base para o Sistema Brasileiro de TV Digital. O Japão iniciou suas transmissões digitais terrestres em dezembro de 2003. Atualmente, de acordo com a agência de notícias Reuters, seis em cada 10 residências do país têm aparelhos de TV capazes de receber o serviço. A previsão é que em 2011 o Japão cesse as transmissões de sinais analógicos.

De acordo com o Decreto 5.820, o período de transição do sistema de transmissão analógico para digital será de 10 anos, contados a partir da publicação do documento. A partir de 1º de julho de 2013, o Ministério das Comunicações outorgará somente a exploração do serviço de radiodifusão para a transmissão em tecnologia digital. Para não interromper as transmissões analógicas atuais, cada um dos canais manterá sua frequência e terá acesso a outra faixa para o sistema digital.

Marsden e Verhulst (1999) avaliaram a questão da conversão tecnológica e da regulamentação sob duas perspectivas: maximalista e minimalista. Segundo a primeira, com a convergência dos meios, todas as plataformas poderão transmitir qualquer serviço. Com relação à legislação, o caráter nacional tende a se tornar, pouco a pouco, inapropriado, um exemplo disso é a dificuldade de se controlar conteúdos na Internet.

Já na visão minimalista, a convergência não ocasionará mudanças na natureza dos diferentes serviços. Seus defensores acreditam que as políticas de comunicação devem incentivar valores culturais, sociais e éticos, independentemente da tecnologia utilizada.

As transmissões digitais no Brasil devem ter início em 2 de dezembro, na cidade de São Paulo. Os telespectadores que quiserem usufruir dos ganhos de

¹⁴ O site da RNP reúne uma série de informações sobre tecnologias e suas aplicações: www.rnp.br

imagem e áudio que a mudança para o sistema digital trará deverão adquirir um set-top-box, já que ainda não há no mercado nacional aparelhos de televisão com o conversor embutido e compatível com o padrão brasileiro. O set-top-box é o meio mais simples e econômico para iniciar o processo de digitalização da TV porque ele permite usar a infra-estrutura da TV analógica atual.

Como o próprio nome diz, o set-top-box é uma caixa conversora que deve ser conectada à televisão. Trata-se de um aparelho eletrônico constituído por componentes de hardware e de software. Pode ser também descrito como um computador que traduz sinais digitais para um formato que pode ser entendido pela televisão analógica.

O sintonizador no set-top-box recebe o sinal digital. Em seguida, o sinal é enviado para o demodulador, que o converte em fluxo de bits e verifica se existem erros de transmissão. Se houver, por meio de procedimentos pré-estabelecidos, faz as devidas correções. O fluxo de bits é, então, enviado para o demultiplexador, que irá extrair os sinais de áudio, vídeo e dados, encaminhando-os para o decodificador. O decodificador, por sua vez, finaliza o tratamento do sinal, transformando os bits em formato analógico.

Deverão ser postos à venda, no futuro, diversos tipos de set-top-box, com funcionalidades variadas e níveis de interatividade. Mas os primeiros a saírem das indústrias sediadas no Brasil têm tão somente a função de converter o sinal digital em analógico.

Quais seriam, então, os benefícios da TV Digital para a audiência? Em parte, a resposta a essa questão já foi dada no decorrer deste subcapítulo. O telespectador assistirá a programas com qualidade muito superior de áudio e vídeo e, no futuro, poderá interagir, comercialmente e institucionalmente, com os canais. Além disso, a compactação do sinal permite que mais conteúdo seja veiculado nos mesmos canais, ampliando o rol de possibilidades do telespectador. Outra característica da TV Digital é a oferta de programas sob demanda. O transmissor veicula determinado programa e o telespectador que tiver interesse decide quando assistir. Características como mobilidade e portabilidade possibilitarão ao cidadão assistir a seu programa predileto em ônibus, carros, barcos, aviões, notebooks e celulares. Um programa, por exemplo, uma partida de futebol, poderá ser vista de vários ângulos e posições diferentes, retirando as dúvidas do telespectador sobre uma falta do time adversário.

2.4) Programas-piloto do MEC para TV Digital

2.4.1) Geração Saúde

Enquanto o País discutia o modelo de TV Digital a ser implantado – se americano, europeu ou japonês, a Secretaria de Educação a Distância do MEC, por meio do Departamento de Produção e Capacitação em EaD, resolveu envidar esforços na realização de uma série educativa que servisse como referência para essa televisão, que possibilitará a interatividade e que, portanto, deverá alterar a lógica de produção.

Assim sendo, é imprescindível perscrutar o que vem a ser o conceito de interatividade, muito utilizado nos dias atuais pelas diversas áreas do saber. Dias e Filho (2003) observam que a idéia de interatividade, entendida como participação ativa de interlocutores, não nasceu com as novas tecnologias da informação e da comunicação. Eles citam Arlindo Machado (1979), para quem a idéia de interatividade já se fazia presente em Bertolt Brecht, que imaginava o rádio como um meio de comunicação que possibilitaria ao povo intervir nos debates do Congresso Alemão, em 1932. Os autores sustentam:

[...] O princípio da interatividade, vinculada à gênese da física quântica, problematiza os aspectos da comunicação linear e determinista – modelo marcado pela rigidez, falta de espaço para a autonomia e criação –, propondo uma nova configuração do processo comunicacional: a) um processo de troca, ação partilhada, e não apenas um processo de transmissão de mensagens; b) um espaço que permite a participação de interlocutores e a intervenção de sujeitos envolvidos em processos de produção e interpretação de sentidos; c) um espaço aberto à discussão e à negociação; d) um espaço aberto à leitura e produção crítica e analítica. (DIAS; CHAVES, 2003, p.47)

Já Vilches (2003) chama a atenção para a mudança de paradigma propiciada pela efetiva interatividade:

A interface não é um complemento de ver, como o controle remoto: é o centro da interação, a verdadeira zona de produção das novas relações sociais que regerão o uso da comunicação digital. Desse modo, a interatividade permite aos usuários usarem as mídias para organizar seu espaço e seu tempo, e não o inverso, como acontecia com os meios tradicionais baseados na manipulação das imagens e dos sons, a partir de um centro emissor. (VILCHES, 2003, p. 24)

Em abril de 2005, foi lançada, então, a série Geração Saúde, uma parceria da SEED/MEC, USP e PUC-RJ, veiculada na TV Escola um ano depois. Na série, um grupo de adolescentes discute saúde da pele a partir de depoimentos de dermatologistas e conteúdos científicos apresentados por animações tridimensionais criadas pelo grupo de telemedicina da Faculdade de Medicina da USP.

A série, que implantou o novo modelo de produção e didático-pedagógico para a TV Escola Digital Interativa, se difere das outras ao apresentar a pré e a pós-exibição, além da veiculação do vídeo em si, oferecendo conteúdos expandidos. O formato não foi consequência de um estudo mais aprofundado sobre o assunto ou de pesquisa realizada com o público em potencial da TV Escola (professores, alunos, gestores educacionais). Ele nasceu a partir de uma confluência de fatores, tais como: oferta dos conteúdos tridimensionais pela USP, que desenvolvia ação com o Ministério da Saúde, aproximação com o VisonLab¹⁵, da PUC-RJ, a partir de conversas iniciadas com o então Secretário Marcos Dantas, professor daquela universidade, e a preocupação da SEED/MEC sobre a utilização pedagógica – e não comercial – da interatividade.

Composta por sete vídeos de 14 minutos e sete vídeos de três minutos, mais os conteúdos complementares disponibilizados em um site¹⁶, a série recorre à dramatização e a animações para incentivar os jovens a adotar medidas de promoção da saúde. As animações facilitam a visualização e a compreensão da anatomia e da fisiologia do corpo humano, enquanto a dramatização é o fio condutor da trama, que pretende criar identificação com o público.

Os programas foram elaborados, segundo a Coordenação-geral da TV Escola, de forma a estimular a reflexão e a construção de conhecimentos, com uso de linguagem simples e direta. Do mesmo modo, a abordagem de conteúdos foi estruturada para ser compreendida por jovens com pouca instrução e informações sobre saúde da pele. Para isso, a produção recorreu a exemplificações e analogias para explicar os temas mais complexos, fazendo alusão ao universo dos espectadores e a seu cotidiano.

¹⁵ O VisonLab é um laboratório interdepartamental (Informática, Engenharia Mecânica e Artes & Design) da PUC do Rio de Janeiro, que tem como missão investigar e desenvolver novas tecnologias, arquiteturas, animação por computador, efeitos especiais, jogos e entretenimento digital. Em cooperação com outras universidades, o laboratório trabalha no desenvolvimento de estratégias para o País relacionadas às tecnologias da TV Digital e Interativa. Quem coordena o laboratório é o Professor Doutor Bruno Feijó (feijó@inf.puc-rio.br). Informações específicas podem ser encontradas em <http://www.icad.puc-rio.br>

¹⁶ Site de apoio à série Geração Saúde: <http://www.icad.puc-rio.br/tvescola>

O novo conceito pretende ascender o espectador à co-autor dos programas, permitindo que ele, por exemplo, encadeie uma narrativa própria, por meio dos roteiros ilustrados e indexados. Nesse sentido, o modelo vai ao encontro do que Demo (2003) acredita ser um vídeo educativo. Segundo o autor:

Um vídeo didático, por exemplo, destinado a favorecer a aprendizagem, não pode apresentar-se apenas como imagem, mas precisa construir um ambiente de estudo, pesquisa, elaboração, com uso expressivo de manejo da palavra, textos, discursos, debates, argumentações, etc. [...] Enquanto o comunicador espera que o espectador, tendo visto uma animadamente o filme, absorva a mensagem sem resistência maior, o educador espera que ocorra o fenômeno da aprendizagem, que implica necessariamente esforço reconstrutivo, pessoal e coletivo, marcado pela consciência crítica. (DEMO, 2003, p.26)

Assim, além da exibição, veiculação do programa na íntegra, sem cortes ou comentários, há a pré-exibição, que, na prática, é um vídeo curto, com três minutos de duração, que prepara o educador para análise do vídeo e sua utilização, dentro e fora de sala de aula, subsidiando-o com informações para a organização de um plano de aula mais completo. Isso é importante na medida em que, de acordo com Napolitano (2003), o trabalho com novas linguagens requer preparação.

Um professor de história, geografia ou português, por mais que se interesse por cinema, televisão ou música, não é um especialista. Obviamente, a incorporação deste tipo de fonte não pressupõe que o professor se torne um crítico de cinema, TV ou música. Mas, se ele desejar otimizar seu trabalho, é importante pensar num plano básico de formação, que pode ser expandido. (NAPOLITANO, 2003, p. 43)

A pré-exibição, no entanto, não tem caráter formador, mas, sim, o de contextualizar o conteúdo explorado de acordo com aquela respectiva mídia. O objetivo formador estaria a cargo do Programa de Formação Continuada Mídias na Educação, também da SEED/MEC, explicado neste capítulo.

A pós-exibição oferece um conjunto de atividades multimídia, disponibilizadas no site, que complementa a aprendizagem proporcionada pelo vídeo. Também aqui vale citar Napolitano (2003), que chama a atenção que o audiovisual não é substitutivo das fontes tradicionais. É necessário, portanto, integrar os conteúdos disponibilizados em diversas plataformas.

Como a TV Escola Digital Interativa ainda não está nos lares brasileiros, os conteúdos expandidos são oferecidos na internet. No caso específico do Geração Saúde, o site oferece: a) episódios indexados para que professores e alunos possam reeditá-los; b) roteiros da série, de forma a motivar a recriação das histórias ou criação de outras; c) textos de especialistas, que subsidiaram a produção da série e podem subsidiar estudo mais aprofundado a respeito dos temas tratados; d) animações do Homem Virtual, que facilitam a compreensão dos processos químicos e biológicos; e) fichas com sugestões de atividades interdisciplinares, para que os professores possam planejar uma ação integrada, de acordo com o projeto político-pedagógico da escola; f) quiz (jogo de perguntas e respostas que facilita a assimilação do conteúdo); g) uma seção intitulada “Tá Ligado?”, com receitas culinárias saudáveis e manual sobre como fazer objetos a partir de garrafas de plástico; h) Pele Praieira, jogo educativo em que o jogador precisa, por exemplo, salvar turistas desavisados da insolação, encontrar líquidos refrescantes para crianças, ajudar vendedores ambulantes a se proteger contra o sol; e i) links de sites que agreguem informações aos assuntos abordados.

A logomarca da série (Anexo O) remete a um computador que, de acordo com a Coordenação-geral da TV Escola, tem duplo significado: em primeiro lugar, porque os alunos protagonistas da série usam o computador do grêmio estudantil como fonte de informações. É por meio do computador, por exemplo, que eles têm acesso às animações do Homem Virtual. Em segundo, porque, uma vez transposta a série para a TV Digital Interativa, o computador reforça a idéia da convergência das mídias.

Segundo a equipe técnica do VisionLab, os conteúdos dispostos no site poderão ser disponibilizados na TV Digital Interativa, mas alguns ajustes serão necessários. Esses ajustes estão relacionados, principalmente, ao tipo de set-top-box utilizado pelas escolas e o nível de interatividade permitido.

Uma pesquisa formal, realizada pela Universidade de Brasília e encomendada pela SEED/MEC, está em curso para avaliar a TV Escola e seus aspectos qualitativos e quantitativos (alcance). Deverão responder aos questionários diretores (Anexo P), professores (Anexo Q) e alunos (Anexo R) da capital e do interior de cada Estado, por amostragem. O único dado estatístico sobre a utilização do programa-piloto de que o Ministério dispõe é o contador do site, que marcava, no dia 4 de novembro de 2007, 17.265 acessos.

2.4.2) Programa de Formação Continuada Mídias na Educação

As inovações tecnológicas são incorporadas nas escolas, de acordo com Neves (2005), somente se os professores acreditarem nelas, perceberem seu potencial pedagógico e estiverem aptos a utilizá-las e explorá-las adequadamente. Nesse sentido, surge o Mídias na Educação, programa modular de formação continuada, instituído pela Secretaria de Educação a Distância do MEC (Anexo S), para profissionais de educação, dedicado ao uso das mídias no processo de ensino e de aprendizagem.

O curso tem como principais características a integração das diferentes mídias ao contexto escolar, o estímulo à autoria nas mídias, permitindo novas e instigantes formas de aprender e de construir conhecimento a partir da apropriação de linguagens e tecnologias aplicáveis à educação, possibilidade de certificação em diferentes níveis e construção cooperativa de uma cultura de produção e oferta de programas a distância.

O programa é estruturado em três ciclos, com certificações específicas: Ciclo Básico, com duração total de 120 horas e certificação de extensão; Ciclo Intermediário, com 180 horas de duração e certificação de aperfeiçoamento; e Ciclo Avançado, com certificação de 360 horas e certificação de especialização. Cada um desses ciclos está estruturado em módulos, que são, neste caso, um conjunto de conhecimentos e atividades dedicados a uma mídia ou à aplicação das mídias.

De acordo com a Coordenação-geral de Capacitação em EaD da SEED/MEC, buscou-se estabelecer uma correspondência entre a estrutura modular proposta e a oferta usualmente verificada de disciplinas nos cursos de graduação e pós-graduação, no que diz respeito à duração. Nesse sentido, cada módulo deve ter duração de 15 ou 30 horas, correspondendo a um crédito (para cada 15 horas) ou a dois créditos (para cada 30 horas). Isso permite que os módulos possam ser inseridos também nos cursos de graduação e pós-graduação das universidades como disciplinas.

O Ciclo Básico constitui o núcleo em torno do qual se estruturam os demais ciclos. Engloba a discussão sobre a utilização das mídias em diferentes concepções pedagógicas, os fundamentos e a aplicabilidade das principais mídias no ensino e na aprendizagem, tanto do ponto de vista do espectador quanto do autor. Tem carga horária de 120 horas e pode ser certificado como extensão, desde que apresentado e avaliado como suficiente o trabalho final para o nível. Os módulos inicialmente

dedicados às mídias são: Televisão e Vídeo, Rádio, Informática e Material Impresso. Já o módulo dedicado às aplicações das mídias é o de Gestão das Mídias.

O Ciclo Intermediário é formado por módulos temáticos de nível intermediário, oferecendo desdobramentos e acréscimos aos módulos de nível básico. Para obter a certificação de aperfeiçoamento, o participante deverá ter cursado o equivalente a 120 horas do nível básico mais o equivalente a 60 horas do Ciclo Intermediário, além de apresentar o trabalho final exigido para conclusão deste nível.

O Ciclo Avançado é constituído dos ciclos Básico e Intermediário mais 180 horas de estudo de módulos deste nível, perfazendo um total de 360 horas. A certificação de especialização exige a apresentação de uma monografia a partir do projeto desenvolvido, referente ao uso das mídias no processo de ensino e aprendizagem.

A concepção pedagógica que sustenta o Programa de Formação Continuada Mídias na Educação pressupõe a autoria como característica essencial a uma aprendizagem autônoma e significativa. Pois, segundo Demo (2003, p.118), “de apenas escutar, tomar nota e fazer prova, ninguém fica competente. Ao contrário, é a rota clássica da subalternidade. É ser resto do outro mundo que sabe reconstruir conhecimento”.

A concepção do programa pressupõe também que uma aprendizagem efetiva exige, por parte do professor, um esforço no sentido de diversificar as formas de disponibilizar a informação, bem como de apresentação da produção dos estudantes. Napolitano (2003) observa que o professor deve ser capaz de organizar sua aula, inserindo novas atividades, sem depender de uma única fonte.

Além do material impresso, suporte tradicional de informação utilizado pela escola, novos suportes e tecnologias vão se incorporando ao processo pedagógico. Algumas mídias já fazem parte da realidade de um número significativo de escolas. A presença, no entanto, não é suficiente para garantir que essas mídias se integrem ao processo pedagógico. Para Demo (2003), essas propostas só são eficientes e eficazes se os professores tiverem sido preparados adequadamente para o uso, “porque são essencialmente eles que transformam televisores e computadores em material didático e educativo” (DEMO, 2003, p.30). Portanto, os programas de capacitação e formação são estratégicos e decisivos ao sucesso da proposta.

O objetivo geral do programa é contribuir para a formação de profissionais em educação, em especial, professores da Educação Básica, capazes de produzir e

estimular a produção dos alunos nas diferentes mídias, de forma articulada à proposta pedagógica e a uma concepção interacionista de aprendizagem.

Já os objetivos específicos são identificar aspectos teóricos e práticos referentes aos meios de comunicação no contexto das diferentes mídias e no uso integrado das linguagens de comunicação: sonora, visual, impressa, audiovisual, informática e telemática, destacando as mais adequadas aos processos de ensino e aprendizagem; explorar os programas da SEED/MEC (TV Escola, Rived, Rádio Escola e Proinfo) e os desenvolvidos por IES ou secretarias estaduais e municipais de Educação, no projeto político-pedagógico da escola, sua gestão no cotidiano escolar e sua disponibilidade à comunidade; elaborar propostas concretas para utilização dos acervos tecnológicos disponibilizados à escola no desenvolvimento de atividades curriculares nas diferentes áreas do conhecimento; desenvolver estratégias de autoria e de formação do leitor crítico nas diferentes mídias; e elaborar projeto de uso integrado das mídias disponíveis.

A proposta do programa, fundamentada em uma concepção de educação como processo construtivo e permanente, implica no reconhecimento da especificidade do trabalho docente, que conduz à articulação necessária entre a teoria e a prática e à exigência de que se leve em conta a realidade da escola, da sala de aula e da profissão docente, ou seja, das condições materiais e institucionais em que atua o educador; na metodologia de resolução de problemas, permitindo que a aprendizagem se desenvolva no contexto da prática profissional do cursista; na integração e na interdisciplinaridade curriculares, conferindo significado e relevância aos conteúdos; no favorecimento à construção do conhecimento pelo cursista, valorizando sua vivência investigativa e o aperfeiçoamento da prática; na inclusão, considerando a oferta de percursos compatíveis com a formação prévia, as necessidades e a expectativa dos participantes.

O currículo do programa, conforme dito, está organizado em módulos temáticos e inclui um módulo conceitual introdutório, o projeto Galeria de Mídias e o trabalho final de curso, de acordo com as exigências da certificação. O módulo conceitual introdutório proporciona uma visão geral do curso e fundamenta práticas pedagógicas de utilização das mídias. Discute conceitos, potenciais e implicações do uso das mídias na Educação. Provoca reflexões sobre as diferentes linguagens e prepara o cursista para a compreensão do atual contexto e do seu papel no processo de ensino e aprendizagem. O acesso ao curso se dá por meio desse

módulo para que, conforme afirma Neves (2005, p.23), “os educadores tenham clareza quanto ao potencial e à irreversibilidade do uso de mídias na educação”.

A seção Galeria de Mídias é um projeto multimídia. Tem como suporte a internet, por meio de site específico, no qual a produção dos cursistas é publicada, as comunidades virtuais realizam suas discussões via chats e fóruns temáticos. Trata-se de um projeto no qual os participantes de diversos módulos em curso desenvolvem atividades relativas às mídias a que se destinam. O objetivo é congrega a produção e as interações dos envolvidos no processo.

Para conclusão das etapas de formação, os cursistas elaboram um trabalho final: trabalho final em extensão; relato de projeto no nível aperfeiçoamento e monografia na especialização.

Os módulos foram estruturados em três dimensões, considerando: a mídia como objeto de estudo e de reflexão; a utilização da mídia no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, a mídia como recurso pedagógico, vantagens e desvantagens; e a autoria na mídia em articulação com as demais ferramentas (mídia como suporte à produção de conhecimento e de informação).

Para isso, todos os módulos apresentam, sob a forma de vídeo, animação, foto com animação, simulação, texto com animação ou outro recurso midiático, uma situação-problema, uma proposta desafiadora relacionada ao tema tratado. A partir da situação inicial, explorada hipertextualmente, são propostos temas para discussão nos fóruns – pelo menos um por assunto tratado no módulo – e chats – pelo menos um por módulo, oferecido em, no mínimo, dois horários e de participação opcional aos cursistas. Toda discussão é subsidiada por, pelo menos dois textos especialmente produzidos para o módulo e indicação de, pelo menos, cinco textos disponíveis.

Cada situação inicial é trabalhada de modo a provocar debates, leituras, reflexões sobre a própria prática e propostas de solução. Os debates são direcionados a situações de sala de aula embora, preferencialmente, os exemplos transcendam esse espaço e possam enriquecê-lo.

Ao final do estudo, de forma individual ou em grupo, o cursista deve apresentar sua proposta de solução para a situação inicial, após testagem ou simulação com seus alunos, sempre que possível, estimulando iniciativas dos cursistas de adaptação à própria realidade. Ao término de cada módulo, há uma

discussão on-line sobre a produção realizada, com seleção, feita pelo próprio grupo, de trabalhos para a publicação.

Com relação à tecnologia empregada nos módulos, para garantir acessibilidade e para compensar a eventual impossibilidade de recepção de som, o material audiovisual é acompanhado de pequenas legendas explicativas. Todo material visual (vídeos, fotos, animações, esquemas) deve ter versão explicativa em texto para impressão em braile ou outro tipo de decodificação¹⁷.

A utilização de recursos de vídeo, som e movimento deve ser otimizada a fim de não comprometer a navegação por parte de cursistas que tenham acesso à internet por meio de conexão discada.

Cada módulo de 15 horas conta com, pelo menos, oito minutos de vídeo, animações e outros recursos multimídia, em blocos de, no máximo, dois minutos cada. Dispõe de, pelo menos, uma animação ou simulação e um objeto interativo de aprendizagem, além de um arquivo de áudio. O acervo de textos, vídeos e áudio dos programas do Ministério, como o acervo da TV Escola, do Rádio Escola e do Rived, é utilizado sempre que possível, constituindo hipermídia significativa. Conforme a mídia em foco, são priorizados os recursos da respectiva mídia, sem, no entanto, deixar de utilizar as demais.

Atualmente, está sendo ofertado o Ciclo Básico. Os cursistas são, preferencialmente, professores atuantes na Educação Básica. O principal pré-requisito é o acesso à internet de, pelo menos, duas horas diárias. Os participantes se comprometem a participar das atividades presenciais referentes aos módulos cursados.

Em versões posteriores, poderão ser incluídos educadores e gestores da rede pública de ensino em exercício em suas funções. Para a nova oferta do Ciclo Básico, no entanto, a SEED/MEC orientará que seja dada preferência aos professores que estão em sala de aula, dos ensinamentos Fundamental e Médio, daqueles municípios que figuram entre os primeiros da lista de menor Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

A responsabilidade do desenho do programa, dos percursos de aprendizagem e respectivos módulos é da coordenação do programa, formada pelos

¹⁷ No site www.acessobrasil.org.br/index.php estão descritos os princípios de acessibilidade para a web. Do ponto de vista da apresentação da informação, recomenda-se garantir a “associação de um texto a cada elemento não textual, como imagens, representações gráficas de texto, regiões de mapa de imagem, animações, botões gráficos etc”.

representantes da SEED/MEC, das secretarias de educação e universidades parceiras. O desenvolvimento dos módulos é realizado por especialistas com comprovada experiência em programas a distância e por instituições de ensino superior, a partir de diálogo com as secretarias de educação. A implementação do programa é feita por meio de parceria entre instituições de ensino superior e secretarias de educação, cabendo àquelas a gestão do processo e a certificação dos participantes.

Ao final do curso e tendo-se como premissa que a inserção das novas linguagens por si só não é garantia de qualidade no processo de ensino e aprendizagem, pois, “mais importante são o esforço reconstrutivo do aluno e o papel maiêutico do professor” (DEMO, 2003), espera-se que o participante do Programa de Formação Continuada Mídias na Educação tenha autonomia para criar e produzir, nas diferentes mídias, programas, projetos e conteúdos educacionais; capacidade de refletir criticamente a respeito da própria prática e do papel desempenhado pela tecnologia na criação de um novo ambiente educacional; de avaliar, crítica e criativamente, as diferentes linguagens, considerando as mídias como: objeto de estudo e reflexão, ferramenta de apoio aos processos de ensino e aprendizagem e meio de comunicação e expressão; capacidade de utilizar as diferentes mídias, inclusive as mais novas, como televisão digital e rádio web, em conformidade com a proposta pedagógica que orienta a sua prática.

Na primeira oferta do Ciclo Básico, iniciada em março de 2007, foram oferecidas 15 mil vagas. Mas, segundo a Coordenação-geral de Capacitação da SEED/MEC, em função da solicitação de mais vagas por parte de alguns estados, o programa inscreveu 15.899 (Anexo T). Já concluíram o ciclo, de acordo com dados da SEED/MEC, 6.597. Há estados em que o ciclo ainda está em curso e, portanto, não é possível determinar à época desta apuração, realizada em 14 de novembro, a taxa de evasão.

Estão previstas, também segundo a coordenação responsável pelo programa na SEED/MEC, duas avaliações, ambas encomendadas à Universidade de Brasília: uma para aferir o impacto no meio acadêmico e outra com os egressos do programa, para verificação da eficácia e da eficiência da proposta. Elas deverão ficar prontas no final do primeiro semestre de 2008.

A única informação disponível no MEC sobre a avaliação do curso até 12 de novembro de 2007 faz parte do relatório final de desempenho da primeira turma do

Ciclo Básico formada pela Universidade de Brasília, a Turma Brasil, coordenada pela professora Cláudia Montenegro.

A implementação do Ciclo Básico nesta turma teve início em 5 de fevereiro de 2007, com 262 alunos matriculados. No que diz respeito à interação tutor-cursista, a coordenação conduziu as diretrizes didático-pedagógicas no sentido de orientar os tutores para realizarem acompanhamento tutorial, com a finalidade de atender os alunos não apenas no que se refere ao conteúdo de cada módulo, mas também servir de espelho em relação à postura pedagógica, por meio das seguintes diretrizes: responder a todas as participações nos fóruns no prazo máximo de 24 a 48 horas; comentar as respostas postadas nos fóruns privilegiando à temática do fórum, mas sem desconsiderar os conteúdos e elos trazidos pelo aluno; propor novas questões, levando o aluno a refletir a partir de suas observações; comentar todas as produções da Biblioteca – Material do Aluno, analisando o objetivo da atividade, as exigências formais e relevância pedagógica; comentar todas as anotações postadas no Diário de Bordo; responder, também no prazo de 48 horas, os emails recebidos dos cursistas. De um modo geral, de acordo com o relatório, “esta turma teve como marca uma excelente interatividade e ótima relação tutor-cursista” e, para confirmar a afirmação, apresenta relatos de dois alunos:

Olá, Renato. Percebo seu empenho para que possamos participar do curso. Você é um tutor e tanto e uma pessoa muito especial. No entanto, para mim está muito difícil acompanhar tudo. Como você deve ter conhecimento, estamos finalizando as últimas disciplinas do curso Tecnologias na Educação, pela PUC-RJ, além do dia-a-dia no trabalho ser muito carregado de atribuições. Além disso, tenho dois filhos muito pequenos, com apenas 3 anos, o que ocupa todo o meu tempo quando estou em casa. Entendo que o conteúdo do curso é de grande relevância para minha formação profissional, mas confesso que estou sem fôlego e quase comprometendo minha saúde para dar conta de tudo. Soraya – SP. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2007, p.6)

Olá, Aurília. Gostaria de agradecer muito a sua atenção. Já tive a oportunidade de realizar alguns cursos a distância e sua dedicação como tutora é notória. Tenho passado por um momento muito difícil na minha vida particular e confesso que já havia desistido do curso. Porém, ao ler sua mensagem, penso que não devo deixar de realizar as atividades do módulo e tentarei colocar tudo em dia o mais breve possível, uma que não sei por que nenhuma página do domínio “mec.gov.br” quer carregar aqui no NRTE e estive impossibilitado de realizar as atividades em casa... Se não me engano, o prazo é até amanhã, não? Tentarei realizar tudo em “tempo record” então. Mais

uma vez, obrigado pela dedicação e carinho. Um grande abraço, Rodrigo César. Jacareí – SP. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2007, p.6)

Apesar disso, a coordenação acadêmica acredita ser preciso ampliar a interatividade entre os cursistas e também a comunicação dos cursistas com os tutores, “onde o primeiro assumira uma postura mais ativa, com iniciativa, e não apenas respondente as demandas do tutor”.

Com relação ao ambiente virtual de aprendizagem, foram enumeradas algumas dificuldades e sugestões. A coordenação acadêmica solicita, por exemplo, que haja um critério de exclusão na plataforma utilizada, o E-Proinfo, para não matricular dois cursistas com o mesmo email; que o webmail disponibilize avisos de mensagem recebidas, de modo que o tutor tome conhecimento quando um cursista não recebe ou lê uma mensagem; que providências sejam tomadas para reduzir a lentidão e a instabilidade do sistema e também a queda constante da plataforma; que seja criado um FAQ e um tutorial no ambiente do curso; que a ferramenta estatística apresente dados quantitativos corretos e que os vídeos possam ser baixados sem problemas de som e imagem.

O relatório ressalta também que “uma quantidade significativa de cursistas demora muito a responder aos contatos de seus tutores, embora recebam os emails”. Um dos tutores, não identificado no documento, afirmou que “não há interesse com a qualidade do ensino nem preocupação em se capacitar para tal, apesar do bom nível das discussões e qualidade dos trabalhos de roteiro”. A equipe da Turma Brasil apresenta três hipóteses para essa situação: pouca ou quase nenhuma familiaridade com a cultura de EaD; baixo nível de leitura dos educadores e reprodução da situação da Educação Básica.

Durante o curso, não houve uma reunião presencial, o que, de acordo com a coordenação, pode ter corroborado a desistência e abandono. Já o conteúdo dos módulos foi classificado como “rico e adequado”, porém, sugere-se a revisão do tempo previsto para o desenvolvimento de cada módulo, considerando que o público-alvo, por exemplo, trabalha em duas escolas e outras obrigações.

A aprovação por módulo oscila de 84% a 96%, de acordo com a seguinte tabela:

Módulos	Data de início	Data de término	Número de inscritos	Número de concluintes	Percentual de concluintes
TV e vídeo	05/02/2007	20/04/2007	262	230	88%
Rádio	23/04/2007	12/06/2007	230	193	84%
Material Impresso	19/06/2007	30/07/2007	193	166	86%
Informática	09/08/2007	05/09/2007	166	159	96%
Gestão em Mídias	12/09/2007	14/10/2007	159	153	96%

Do ponto de vista qualitativo, o relatório sinaliza que houve produções de níveis diferenciados no que se refere à riqueza de conteúdo, à articulação da teoria-prática e à autoria. Este último, segundo o documento, foi o mais crítico. Alguns alunos copiaram textos da Internet e enviaram aos tutores como se fossem de autoria própria, sendo orientados a refazer os trabalhos.

Uma avaliação completa de todo o programa é imperativa, de acordo com o então Secretário de Educação a Distância, Carlos Eduardo Bielschowsky. Em reunião sobre os rumos do Mídias na Educação, realizada em 30 de outubro no Ministério, ele disse fazer questão da avaliação dos egressos do programa. Para ele, o curso só se justifica se, de fato, contribuir, significativamente, para uma mudança nas salas de aula.

O Secretário ressaltou, também durante a reunião, que a continuidade do Mídias deve estar atrelada ao atendimento àqueles municípios onde foram registrados os menores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica, o que precisará ser acertado com as secretarias de Educação dos estados e do Distrito Federal e também com as seccionais estaduais da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), já que são eles, na portaria número 171, de 16 de outubro de 2007, criada para instituir o programa, que deverão indicar os participantes para o preenchimento das vagas.

CAPÍTULO 3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1) Estudo de caso

Em ciências sociais, de acordo com Thiollent (1986), não existe padrão de cientificidade universal: “Podemos optar por instrumentos de pesquisa não aceitos pela maioria dos pesquisadores de rígida formação à moda antiga, sem por isso abandonar a preocupação científica”.

Esta dissertação foi empreendida por meio de uma metodologia conhecida como estudo de caso. Segundo Yin (2001), o estudo de caso é um dos métodos possíveis para realização de uma pesquisa na área de ciência social. Em geral, um estudo de caso é utilizado quando o investigador tem um pequeno controle sobre os eventos e quando o foco é no fenômeno contemporâneo. O autor observa que um estudo de caso requer um plano ou projeto de pesquisa, que deve obter o daqui para lá, onde ‘aqui’ seria o conjunto inicial de questões a serem respondidas e ‘lá’ as respostas a essas questões.

Estudar um caso, para Santos (2004), é selecionar um objeto de pesquisa restrito, com o objetivo de aprofundar-lhe os aspectos característicos. Assim, o objeto do estudo pode ser um fato, um fenômeno, um processo individual ou um de seus aspectos. Santos ressalta que o estudo de caso exige do pesquisador equilíbrio intelectual e capacidade de observação, além de cautela com relação à generalização dos resultados.

Lüdke e André (1986) destacam algumas características associadas ao estudo de caso. Essa metodologia, por exemplo, visa à descoberta e “mesmo que o investigador parta de alguns pressupostos teóricos iniciais, ele procurará se manter constantemente atento a novos elementos” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 18).

Outra característica é a ênfase na interpretação do contexto. Para a real compreensão do objeto, seria, portanto, imprescindível analisar o ambiente em que ele se situa, no caso desta pesquisa, o Ministério da Educação e, mais especificamente, a Secretaria de Educação a Distância.

É comum também o estudo de caso utilizar fontes de informação variadas. O pesquisador utiliza dados coletados em situações diversas, em recortes temporais distintos e de formas específicas, de acordo com o caso. Isso, segundo Lüdke e André (1986), permitirá ao pesquisador “cruzar informações, confirmar ou rejeitar

hipóteses, descobrir novos dados, afastar suposições ou levantar hipóteses alternativas” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 19).

Hartley (1994) destaca que o pesquisador pode empregar métodos qualitativos, quantitativos ou ambos, apesar de a ênfase recair sobre os qualitativos, em função da natureza do problema e do objeto a ser estudado. Segundo ele, os métodos mais utilizados são: observação, observação participante, entrevistas (semi-estruturadas ou não) e questionários, esses últimos para completar os dados obtidos por meio dos outros métodos.

A observação participante é uma forma de observação em que o pesquisador é um observador ativo. Ou seja, o investigador pode desempenhar funções em determinadas situações em um estudo de caso e pode também participar dos eventos que estão em análise (YIN, 2001).

O estudo de caso permite, então, que o pesquisador relate as suas experiências durante o desenvolvimento do trabalho. Evidencia-se, portanto, a importância do subcapítulo posto nesta dissertação com as observações da pesquisadora, escrito em primeira pessoa.

Nesta metodologia, também de acordo com Lüdke e André (1986), deve-se representar os pontos de vista contraditórios numa situação social, se houver.

Quando o objeto ou situação estudados podem suscitar opiniões divergentes, o pesquisador vai procurar trazer para o estudo essa divergência de opiniões, revelando ainda o seu próprio ponto de vista sobre a questão. Desse modo, é deixado aos usuários do estudo tirarem conclusões sobre esses aspectos contraditórios. [...] O pressuposto que fundamenta essa orientação é o de que a realidade pode ser vista sob diferentes perspectivas, não havendo uma única que seja a mais verdadeira. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 20).

Os relatos em um estudo de caso utilizam linguagem informal e podem aparecer sob formas variadas. O importante, afirmam Lüdke e André (1986), é que o caso seja exposto de forma inteligível e que o leitor compreenda do que se trata, sem dar margem a ruídos.

Assim sendo, o estudo de caso é recomendável quando a compreensão do processo social em seu ambiente é importante para a pesquisa; na análise de novos comportamentos; quando o caso objeto do estudo é atípico e na retratação de aspectos recentes (HARTLEY, 1994).

O presente estudo de caso foi empreendido, em parte, por meio de observações da pesquisadora, uma das protagonistas do respectivo projeto e, atualmente, diretora de Produção de Conteúdos e Capacitação em Educação a Distância, além de entrevistas com representantes dos grupos de atores envolvidos, análise de documentos disponíveis (formais ou não-formais) no Ministério da Educação e de bibliografia sobre os temas que permeiam o objeto em foco.

Na prática, depois de delimitado o problema de pesquisa, justificada a importância do trabalho e enumerados os objetivos, a pesquisadora partiu para a fundamentação teórica, elaborada a partir de bibliografia, documentos disponíveis no ambiente da pesquisa e relatos de reuniões realizadas com os atores. Foi necessário, para contextualização do estudo de caso, discorrer não somente sobre os programas-piloto lançados pelo Ministério da Educação, mas também fundamentar a importância da inserção das tecnologias na práxis pedagógica, já que os programas partem dessa certeza, e também explicar o que é a TV Escola e o que será a TV Digital.

A seguir serão apresentados o ambiente de pesquisa, as observações da pesquisadora, a apresentação dos atores que participaram da entrevista e a enquete realizada com as coordenações estaduais da TV Escola. Por fim, será feita a análise de todos os dados reunidos durante o trabalho.

3.2) Local de pesquisa

Este trabalho foi realizado no Ministério da Educação que, de acordo com o Decreto 5.159, de 28 de julho de 2004, tem sob sua área de competência o estabelecimento da política nacional de Educação, compreendendo a educação infantil, os ensinos fundamental e médio, a educação superior, a educação profissional, o ensino de jovens e adultos, a educação especial e a educação a distância. Além disso, o Ministério deve atuar na avaliação, informação e pesquisa educacional, no magistério e na assistência a famílias carentes para a escolarização de seus filhos e dependentes.

O Ministério, para dar conta de suas competências, é dividido em secretarias e autarquias. Com relação às primeiras, atualmente são: Secretaria de Educação Superior (SESU), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação a Distância (SEED),

Secretaria de Educação Especial (SEESP) e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD).

As autarquias que compõem a estrutura do Ministério são: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Conselho Nacional de Educação (CNE), Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), Instituto Benjamin Constant, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e Fundação Joaquim Nabuco.

O edifício sede do Ministério da Educação está localizado em Brasília, na Esplanada dos Ministérios, complexo construído pelo arquiteto Oscar Niemeyer. Neste prédio, onde despacham os secretários e o Ministro de Estado, funcionam os principais departamentos de todas as secretarias.

Esta pesquisa foi realizada, especificamente, na Secretaria de Educação a Distância, localizada no primeiro piso do edifício sede. A SEED atua¹⁸ como agente de inovação tecnológica nos processos de ensino e aprendizagem, fomentando a incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) e das técnicas de educação a distância aos métodos didático-pedagógicos. Além disso, promove a pesquisa e o desenvolvimento voltados para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras.

De acordo com o artigo 25 do Decreto 5.159, de 28 de julho de 2004, a SEED tem como competências formular, propor, planejar, avaliar e supervisionar políticas e programas de educação a distância, visando à universalização e à democratização do acesso à informação, ao conhecimento e à educação; criar, desenvolver e fomentar a produção de conteúdos, programas e ferramentas para a formação inicial e continuada a distância; prospectar e desenvolver tecnologias de informação e comunicação que possam aprimorar o processo de ensino e aprendizagem; prover as escolas e instituições públicas de ensino com infra-estrutura tecnológica; promover cooperação técnica e financeira entre e com as associações de classe para o aperfeiçoamento do processo de educação a distância; promover e disseminar estudos na área; incentivar a melhoria do padrão de qualidade da educação a distância em todos os níveis e modalidades; planejar, coordenar e

¹⁸ Esta apresentação da SEED está disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seed/index.php?option=content&task=view&id=153&Itemid=290>

supervisionar a execução de programas de capacitação, orientação e apoio a professores nas áreas da União, estados, Distrito Federal e municípios e organismos nacionais e internacionais para o desenvolvimento de programas em educação a distância; e assessorar o Ministério da Educação na definição e implementação de políticas, objetivando a democratização do acesso e o desenvolvimento da educação a distância.

A estrutura organizacional da SEED está dividida em três departamentos e uma coordenação-geral, de gestão em EaD, ligada diretamente ao Gabinete. Esta coordenação-geral trata de todos os contratos, convênios, termos de parceria e licitações, além da gerência de pessoal. Os departamentos são: de Políticas em EaD (DPEAD), de Produção e Capacitação em EaD (DPCEAD) e de Infra-Estrutura Tecnológica (DITEC).

Os programas TV Escola e Mídias na Educação estão, essencialmente, no Departamento de Produção e Capacitação em EaD, responsável pela produção de conteúdos para multiplataformas e cursos de atualização, capacitação e formação em educação a distância. Apenas a parte referente a equipamentos e suportes está no Departamento de Infra-estrutura Tecnológica, como, por exemplo, no caso da TV Escola, a distribuição das antenas, e no caso do Mídias na Educação, o ambiente de aprendizagem E-proinfo.

O DPCEAD é dividido em três coordenações-gerais: de Produção de Programas em Radiodifusão, de Capacitação em EaD e de Telemática. A primeira congrega a TV Escola e o programa de rádio Escola Brasil. A coordenação-geral de Capacitação em EaD, como o próprio nome diz, trata de todos os cursos de formação. Já a coordenação-geral de Telemática é responsável pela produção de animações e simulações educacionais de informática.

Este departamento conta com cerca de 40 profissionais. A maioria deles trabalha na sala 103, uma sala aberta, sem divisórias, em que as coordenações têm a oportunidade de se comunicar. Neste espaço, as únicas salas reservadas são as destinadas à diretora, à avaliação dos programas audiovisuais e a reuniões.

3.3) Métodos de coleta

Foram três os métodos de coleta utilizados nesta pesquisa e que, conforme visto no subcapítulo anterior, estão em consonância com um estudo de caso: observações diretas da pesquisadora, apresentação dos entrevistados, que direta ou

indiretamente estão envolvidos com o processo analisado e enquete sobre o programa-piloto Geração Saúde, em que foram ouvidas as coordenações estaduais da TV Escola.

3.3.1) Observações da pesquisadora

Comecei a trabalhar no Ministério da Educação, na Secretaria de Educação a Distância, em agosto de 2004. Fui convidada a assumir o cargo de Coordenadora-geral de Radiodifusão, após processo seletivo composto por análise de currículo e entrevista, pelo então Secretário de Educação a Distância Marcos Dantas. Minha diretora à época era Carmen Moreira de Castro Neves.

Nas primeiras reuniões que fiz com os núcleos de Produção e de Programação da TV Escola, que compunham a coordenação, ouvi diversas críticas à tentativa de implantação da TV Escola Digital Interativa. De acordo, principalmente, com os programadores, todos com mais de cinco anos de casa, o projeto do então diretor Jean-Claude Frajmund, aliado aos problemas de infraestrutura tecnológica nas escolas, desmobilizou a TV Escola como um programa e afugentou parte da audiência.

Segundo a equipe, uma das providências do diretor foi suspender o envio das grades de programação impressas, em formatos cartaz e encarte, para as escolas que tinham acesso ao Canal. A suspensão teve como justificativa a implementação da TV Escola Digital, que permitiria acesso à grade com a programação mensal pela própria televisão. Fato é que quando assumi a coordenação, a grade não era enviada às escolas havia oito meses e o Fale Conosco ainda recebia reclamações de escolas inconformadas com a extinção do material de apoio.

O Guia da TV Escola, que reúne todos os programas e séries veiculados pelo Canal, com ficha técnica e sinopse, para que as escolas possam organizar suas videotecas, não era editado há dois anos.

Após constatação desse cenário e da importância da produção desses materiais, conversei com a diretora Carmen Neves, que concordou de imediato com a retomada dos respectivos impressos.

A produção própria da TV Escola estava parada. Não houve o mínimo de propostas válidas para licitação em andamento de quatro séries e o único projeto em realização era uma série de apoio para um curso de prevenção ao uso indevido de

drogas, produzido pela Universidade de Brasília, por meio de uma parceria com a SEED/MEC.

A aquisição de programas era lenta porque o então Secretário não concordava com a compra de conteúdos internacionais. Ele acreditava que o Ministério deveria priorizar a produção nacional. Os pacotes de compras só eram liberados após explicações detalhadas sobre o ônus da não aquisição.

Por essas e outras razões, ouviam-se rumores nas escolas e nos canais de televisão educativos de que a TV Escola ia acabar. Apenas o programa Salto para o Futuro, produzido no Rio de Janeiro pela TVE, por meio de contrato com a SEED/MEC, era renovado semanalmente.

Com a minha chegada, completou-se a equipe do DPCEAD e a direção pôde, então, planejar as ações e os novos projetos. Assim começaram a ser retomados os trabalhos na coordenação-geral de Radiodifusão.

Ninguém falava mais em TV Escola Digital. Do projeto, sobraram apenas críticas, que vez ou outra vinham à tona.

Como o Secretário Marcos Dantas é professor da PUC do Rio de Janeiro, houve uma aproximação com o VisionLab, principalmente com o Professor Bruno Feijó e o técnico Paulo Badaró. Este último, egresso do núcleo de engenharia da Rede Globo, conheceu a então diretora Carmen Neves em um evento. E, a partir de então, os dois começaram a pensar projetos em conjunto.

No início, a idéia era que Paulo Badaró reestruturasse a TV Escola. Essa reestruturação deveria compreender recursos humanos e logísticos do Canal. Ele ministrou algumas palestras sobre televisão; muito criticadas por toda a equipe que compunha a coordenação de Radiodifusão devido à ausência de informações consistentes, à falta de preparo do palestrante e ao desconhecimento dele sobre a realidade da TV Escola. Presenciei duas palestras em que os programadores discutiram com ele.

Apesar de, na época, eu ser coordenadora-geral da área, não participava de todas as conversas que ele mantinha com a direção. Portanto, não sei explicar ao certo como surgiu a idéia da série Geração Saúde. Sei que a USP, que mantinha projetos com outras secretarias do Ministério, ofereceu os conteúdos do Homem Virtual e que, como a PUC, representada pelo técnico Paulo Badaró estava presente, resolveu-se num dado momento unir as duas universidades no projeto.

No início, o Geração Saúde, que não tinha este nome – foi batizado por mim na etapa final de produção –, surgiu como uma série em dramatização, como outras no mesmo formato, para tratar do tema saúde da pele. Até então, a série não tinha a pretensão de ser um programa-piloto para a TV Digital Interativa. No decorrer do processo, isso foi criado. De um lado, o conhecimento técnico específico do VisionLab, do outro, a capacidade de teorizar sobre o assunto da direção. O certo é que ele não nasceu em uma reunião em que todos os atores tinham em mente a produção de um programa-piloto educacional para a televisão digital.

Não houve, em nenhum momento, uma consulta às escolas sobre a eficácia do modelo ou a necessidade daquele tema. Professores de Biologia, por exemplo, não foram consultados a respeito. Também não havia consenso na equipe sobre o significado de pré-exibição, exibição e pós-exibição. Programadores e produtores não entendiam como os conceitos seriam aplicados na prática. Até porque não havia aparelhos de televisão digitais com recursos de interatividade ou set-to-box para que a teoria fosse colocada em prática.

A série demorou quase dois anos para ser produzida. Houve entraves burocráticos e problemas de produção (além daqueles inerentes à produção, a dificuldade de conciliar os interesses dos três parceiros). A pós-exibição, disponibilizada integralmente em um site de apoio, demorou a ficar pronta porque a PUC-RJ cobrava definição sobre a tecnologia a ser empregada e a SEED/MEC não tinha resposta, como não teve até o final do processo. Por essa razão, o site é hospedado pela respectiva universidade. No portal do MEC há um link para o site da série.

As escolas, da mesma forma que não foram consultadas, também não foram preparadas para receber o novo conteúdo. Não houve uma campanha de sensibilização, um curso de atualização ou ação que explicasse que a série Geração Saúde era um programa-piloto para a TV Digital e que os próximos programas seriam desenvolvidos naquele formato.

O Programa de Formação Continuada Mídias na Educação, ainda em implementação, não serviu para subsidiar a série Geração Saúde – e tão pouco foi pensado com essa finalidade. Para se ter idéia, o último módulo, de especialização, que deverá abordar o tema TV Digital Interativa, tem previsão de ser ministrado no segundo semestre de 2008.

As duas ações, portanto, não foram pensadas de forma complementar e muito menos realizadas dessa forma. Na verdade, se a idéia era testar um modelo para a TV Digital Interativa, faltou planejamento.

Todas as escolas que visitei desde a veiculação da série e todos os professores com quem tive a oportunidade de conversar, nos estados, desconhecem a série Geração Saúde. No máximo, ouviram falar. Apesar disso, será realizada nova edição da série, nos mesmos moldes.

Outros programas, sobre assuntos distintos, foram realizados ou estão em produção sem o compromisso de seguir o modelo do Geração Saúde. A iniciativa, assim como o projeto da TV Escola Digital Interativa, pode se perder com a troca de cargos de livre nomeação e livre exoneração no Ministério.

Acredito, no entanto, que algumas idéias do programa-piloto são, do ponto de vista televisivo, factíveis. Ou seja, muito do que foi feito pode ser transposto para a TV Digital, necessitando, é claro, de adequações, como a oferta de textos complementares, links, quis, roteiros indexados. Do ponto de vista educacional, para que o recurso possa contribuir, significativamente, para aprimorar a escola, será preciso capacitar os professores por meio de um curso específico – e não o Programa de Formação Continuada Mídias na Educação, que tem, inclusive, um público-alvo que pode não ser o mesmo que hoje está nas escolas utilizando a TV Escola. Penso que os cursistas-professores que chegarem à especialização no Mídias na Educação, poderão, sim, propor em suas monografias outros modelos educacionais para a TV Escola Digital Interativa.

3.3.2) Apresentação dos entrevistados

Foram realizadas cinco entrevistas com atores focados e de relevância para esta pesquisa. Dependendo da preferência do entrevistado, a coleta de dados foi feita por meio de entrevista pessoal ou envio de perguntas por email, em datas variadas, conforme especificado a seguir.

Carlos Eduardo Bielschowsky tomou posse na Secretaria de Educação a Distância em solenidade realizada no Ministério da Educação no dia 30 de maio de 2007. Doutor em Física pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, ele é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o grupo de espectroscopia teórica. A entrevista (Anexo A) foi realizada em 16 de outubro de 2007, no MEC.

Leila Lopes de Medeiros foi diretora do Departamento de Produção de Conteúdos e Capacitação em Educação a Distância da SEED/MEC de julho de 2006 a setembro de 2007. Ela é Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). A entrevista (Anexo B) foi respondida, por email, no dia 9 de julho.

Carmen Moreira de Castro Neves foi diretora do Departamento de Políticas em Educação a Distância da SEED/MEC de julho de 2000 a junho de 2004. A partir desta data até junho de 2006 ela foi diretora do Departamento de Produção de Conteúdos e Capacitação em Educação a Distância da SEED/MEC. Ela é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). A entrevista (Anexo C) foi realizada em 17 de julho.

Rodrigo Otávio Prado é jornalista e trabalha no Núcleo de Programação da TV Escola desde março de 2000. Ele é responsável pela elaboração da grade de programas e pelos processos de aquisição de direitos dos vídeos nacionais e internacionais veiculados no Canal. A entrevista (Anexo D) foi respondida, por email, em 12 de julho.

Ana Laura Naves é publicitária e foi produtora da TV Escola de outubro de 2002 a setembro de 2006. Ela era responsável pela produção executiva das séries e programas realizados pelo Canal do MEC. A entrevista (Anexo E) foi respondida, por email, em 10 de junho.

3.3.3) Enquete

Há 27 coordenações estaduais da TV Escola, criadas para subsidiar o trabalho realizado nas escolas a partir dos programas veiculados no canal. No geral, elas recebem as informações das unidades do respectivo estado por meio das Secretarias de Educação municipais e, entre outras atribuições, gravam todos os programas que vão ao ar, formam um acervo e fazem cópias desses programas para atender a demandas específicas de escolas.

Assim sendo, e como a Secretaria de Educação a Distância não detinha dados que corroborassem ou não a eficácia da série Geração Saúde, foi realizada uma pesquisa nos dias 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21 e 22 de junho de 2007. As coordenações eram contatadas, primeiramente, por telefone e, algumas delas,

impossibilitadas de falar com o técnico do Ministério da Educação, no momento da ligação, recebiam três perguntas por meio do correio eletrônico. São elas:

- Você conhece a série Geração Saúde?
- O que achou do novo formato pedagógico e de produção?
- Tem alguma crítica ou sugestão à série?

Das 27 coordenações estaduais, apenas duas não deram respostas: São Paulo e Pernambuco. Das 25 que responderam as perguntas, 17 afirmaram conhecer a série. Na região Sul: Rio Grande do Sul e Paraná. Na região Sudeste: Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Na região Centro-Oeste: Mato Grosso do Sul. Na região Nordeste: Ceará, Maranhão, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte e Alagoas. Na região Norte: Roraima, Tocantins, Amapá, Rondônia e Amazonas.

Apesar de 17 coordenações estaduais terem dito que conheciam o Geração Saúde, nenhuma delas soube identificar o que havia de diferente no programa-piloto com relação às outras séries já produzidas pela TV Escola e tão pouco discorrer sobre o novo formato pedagógico e de produção. Da mesma forma, não fizeram críticas nem sugestões. Uma das coordenações, a do Amazonas, disse que a série tratava do tema orientação sexual, que não é abordado na série.

3.4) Análise dos dados

Por meio da análise das entrevistas e do resultado da enquete realizada com as coordenações estaduais da TV Escola, verificou-se que, com relação ao Geração Saúde, o programa-piloto não pode ser considerado modelo às novas produções educacionais para a televisão digital interativa.

A série representa, na visão da entrevistada Leila Lopes de Medeiros, “um exercício de antecipação da TV Digital”. Para Carmen Moreira da Castro Neves, “o Geração Saúde sinaliza o que pode ser a televisão digital” e que se trata, portanto, de “uma primeira tentativa”.

Ana Laura Naves foi mais enfática. Ela não acredita que a série seja modelo porque não se sabe, ao certo, como a TV Digital irá funcionar e quais funcionalidades oferecerá. “A série tem sido produzida como um produto de TV comum”, disse na entrevista.

Para Rodrigo Otávio Prado, o programa-piloto sequer cumpriu todas as “promessas” propostas inicialmente. No entanto, ele acredita que a série aponta caminhos mais interessantes do que os sugeridos pela radiodifusão comercial.

Outro fato, comprovado por meio da enquete, é que não houve preparação e divulgação adequadas da série nas escolas. Tanto é que as coordenações-estaduais, que têm contato estreito e freqüente com a SEED/MEC, e são, via de regra, as primeiras a serem informadas sobre uma determinada ação ou projeto, demonstraram desconhecimento da série Geração Saúde.

Com relação ao Programa de Formação Continuada Mídias na Educação, pode-se inferir que o curso não foi pensado como uma estratégia de formação para subsidiar o uso pedagógico do Geração Saúde. A TV Digital constitui um dos temas do programa, mas não é o foco, conforme explicação de Leila Medeiros. Carmen Neves acredita que o Mídias na Educação é estratégico para a apropriação, pelos professores, da TV Digital, mas não associa o curso ao programa-piloto de tevê.

De uma forma em geral, as entrevistas acreditam que a experimentação, com o Geração Saúde, é válida no sentido de apontar possíveis horizontes, mas todos concordam que há muito o que aprimorar.

CONCLUSÕES

Após toda a trajetória de estudos, pesquisas e análises, é possível concluir que o programa-piloto Geração Saúde aponta o que podem ser os novos programas da TV Escola na era digital e interativa, mas não serve de modelo às próximas produções porque não foi constatada sua eficiência e eficácia no processo de ensino e aprendizagem. Há, na verdade, um desconhecimento, verificado por meio das enquetes com as coordenações estaduais da TV Escola, sobre a série. Além disso, o programa-piloto não foi testado com a infra-estrutura digital.

O modelo deveria ter sido elaborado levando-se em conta as necessidades dos professores. As coordenações estaduais poderiam, por exemplo, ter realizado uma pesquisa junto às escolas mais atuantes, as que melhor utilizam a TV Escola, de modo a ouvir suas críticas, sugestões e necessidades. Além disso, depois de produzida, a série deveria ter sido amplamente divulgada ao público-alvo, ou seja, as escolas – e não em uma solenidade restrita no auditório do Ministério da Educação com servidores públicos, especialistas, políticos e alguns poucos representantes de entidades educacionais ou ligadas a tecnologias.

Também deveria ter sido realizado um acompanhamento de uso contínuo e sistemático desde o lançamento ou a veiculação da série no canal. E, caso isso não fosse possível, uma pesquisa formal para aferir a aceitação e a utilização do programa.

Com relação ao novo formato de produção, a série disponibiliza conteúdos complementares, listados no referencial teórico, mas não oferece, de fato, a possibilidade de interatividade, com canal de retorno. A pós-exibição apenas permite que professor e aluno, por exemplo, produzam trabalhos a partir dos roteiros indexados ou respondam a perguntas no quiz.

Para as próximas produções, a partir do que foi pesquisado aqui, é importante, portanto, que seja feito um plano de ação, que envolva os técnicos e gestores da SEED/MEC, os parceiros e também os professores, destinatários do produto. Além disso, deve-se repensar o conceito de interatividade, de modo que docentes e discentes, de fato, a partir da nova tecnologia, possam ser ouvidos e, eventualmente, se tornem transmissores das mensagens televisivas, rompendo com o formato de broadcast: um para todos.

É preciso preparar os professores, capacitá-los e aprimorar suas técnicas e metodologias para as tecnologias emergentes que instauram novos paradigmas. A SEED/MEC não traçou um planejamento de formação que subsidiasse os docentes para o trabalho pedagógico a partir do Geração Saúde. O Programa de Formação Continuada Mídias na Educação não foi elaborado em conjunto com a série. Houve, sim, a tentativa posterior de que ele respondesse ao despreparo das escolas. Tentativa, porém, que cabe apenas na teoria. Isso porque o módulo que trata de TV Digital sequer foi ministrado para as primeiras turmas. Ele faz parte do último semestre de formação do curso modular.

Por meio dessa pesquisa, foi possível investigar a nova linguagem da TV Escola, sua constituição, princípios e estruturação, além de esclarecer de que forma foram constituídos os dois programas públicos. Além disso, o trabalho esclarece o que é a TV Digital e quais as suas potencialidades.

Portanto, para o sucesso de políticas públicas que visam ao lançamento de programas inovadores é preciso que as propostas estejam em consonância com as reais necessidades do público-alvo, que elas sejam pensadas a partir desses anseios e com os usuários finais. Ademais, devem ser acessíveis a eles e, sobretudo, prepará-los para o uso. Caso contrário, o que se vê são programas bem-intencionados que não cumprem seus objetivos precípuos. As principais conseqüências são o não atendimento ao público-alvo e o desperdício de tempo e de recursos. A médio e longo prazos, o prejuízo maior, no caso da Educação, é produzir exclusão digital e, por vezes, exclusão social.

BIBLIOGRAFIA

AZULAY NETO, Messod; LIMA, Antonio Roberto Pires. **O Novo Cenário das Telecomunicações no Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Planejamento Estratégico do Ministério da Educação 1995-1998**. Brasília, 1994.

_____. **Decreto 5.159**, de 28 de julho de 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação. 2004a.

_____. **Relatório de atividades do Departamento de Produção e Divulgação de Programas Educativos**. Brasília, 2004b.

_____. **Decreto 5.820**, de 29 de junho de 2006. Dispõe sobre a implantação do SBTVD-T. 2006.

BRUNNER, José Joaquín. Educação no encontro com as novas tecnologias. In: TEDESCO, Juan Carlos (Org.). **Educação e novas tecnologias: esperança ou incerteza?** Brasília: UNESCO, 2004.

BOURDIER, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 10. ed. Campinas: Papyrus, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DANTAS, Marcos. **A lógica do capital informação: a fragmentação dos monopólios e a monopolização dos fragmentos num mundo de comunicações globais**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

DEMO, Pedro. **Questões para a Teleducação**. 3. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

DIAS, Ângela Álvares Correia; CHAVES FILHO, Hélio. A gênese sócio-histórica da idéia de interação e interatividade. In: SANTOS, Gilberto Lacerda (Org.). **Tecnologias na Educação e Formação de Professores**. Brasília: Plano Editora, 2003. p. 31-48.

DRURY, G. et al. **Coding and Modulation for Digital Television**. USA: Kluwer Academic Publishers, 2002.

FERREIRA, Aluizio. **Direito à Informação, Direito à Comunicação**: Direitos Fundamentais na Constituição Brasileira. São Paulo: Celso Bastos Editor, 1997.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GRUPO Gestor do Sistema Brasileiro de TV Digital. **SBTVD – 1ª Fase**: apoio à decisão. Resultados e oportunidades. Santa Catarina, 2005. 1 DVD

HARTLEY, Jean F. Case studies in organizational research. In: CASSELL, Catherine; SYMON, Gillian (Ed.). **Qualitative methods in organizational research: a practical guide**. London: Sage, 1994.

HERRERA, Alejandra. **Introdução ao Estudo da Lei Geral de Telecomunicações no Brasil**. São Paulo: Editora Singular, 2001.

HOINEFF, Nelson. **A nova televisão**: desmassificação e o impasse das grandes redes. Rio de Janeiro: Comunicação Alternativa: Relume Dumará, 2001.

LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência**: O futuro do pensamento na era da informática. 12. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

LOPES, Vera Maria de Oliveira Nusdeo. O Direito à Informação e as Concessões de Rádio e Televisão. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, 1997.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARSDEN, Chris; VERHULST, Stefaan. Convergence: A Framework for Discussion. In: **CONVERGENCE in European Digital TV Regulation**. London: Blackstone Press Limited, 1999.

MONTEZ, Carlos; BECKER, Valdecir. **TV Digital Interativa: conceitos, desafios e perspectivas para o Brasil**. 2. ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús; REY, Germán. **Os exercícios do ver: hegemonia audiovisual e ficção televisiva**. São Paulo: Senac, 2001.

MORAES, Geórgia. **A Televisão Digital no Brasil: impasses de uma política pública**. Dissertação apresentada à Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Comunicação. Brasília. 14 nov. 2003.

MORAES, Maria Cândida. Novas Tendências para o Uso da Tecnologia da Informação na Educação, Brasília, **EduTecNet**, 1998. Disponível em: <http://www.edutec.net/Textos/Alia/MISC/edmcand2.htm>. Acesso: jun. 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar a televisão na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Pedagogia da autoria. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 19-27, set./dez. 2005.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. **Educação a Distância na Transição Paradigmática**. Campinas: Papyrus, 2003.

RAMOS, Murilo César. **Às Margens da Estrada do Futuro: Comunicações, políticas e tecnologia**. Brasília: FAC/UnB, 2000. Livro-Eletrônico.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica: A construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILBERGLEID, Michael; PESCATORE, Mark J. (Ed.). **The Guide To Digital Television**. 3. Ed. United States of America: United Entertainment Media All, 2000. Livro Eletrônico. Disponível em: <http://www.digitaltelevision.com/publish/dTVbook/toc.shtml>. Acesso em: jun. 2007.

SILVA, Marco. Internet na escola e inclusão. In: ALMEIDA, M^a Elizabeth Bianconcini; MORAN, José Manuel (Org.). **Integração das Tecnologias na Educação**. Brasília: Seed/MEC, 2005.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1986.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Centro de Educação a Distância – CEAD. Programa de Formação Continuada Mídias na Educação. **Relatório final de desempenho da Turma Brasil**. Brasília: UnB, 2007.

VILCHES, Lourenço. **A migração digital**. São Paulo: Loyola, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A

Entrevista com Carlos Eduardo Bielschowsky

Carlos Eduardo Bielschowsky tomou posse na Secretaria de Educação a Distância em solenidade realizada no Ministério da Educação no dia 30 de maio de 2007. Doutor em Física pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, ele é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde coordena o grupo de espectroscopia teórica. A entrevista foi realizada em 16 de outubro de 2007, no MEC.

1) O que o Ministério planeja fazer com o canal a que terá direito à Educação?

Devemos dividir esse canal em quatro subcanais: um que será a TV Escola; outro que deverá ter o melhor da programação universitária e, para isso, temos conversado com a Associação Brasileira de Televisões Universitárias (ABTU); um subcanal reunirá programas compartilhados do Ministério da Saúde e Ministério da Ciência e Tecnologia e outro que deverá ser destinado à Universidade Aberta do Brasil.

2) Qual a importância de a TV Escola entrar na era digital?

Em primeiro lugar, a ampliação do alcance. Hoje, como sabemos, a TV Escola tem problemas de infra-estrutura que dificultam seu uso pelas escolas. Contratamos uma pesquisa que apontará melhor isso com dados quantitativos, mas, a partir de conversas e viagens aos estados, sabemos que essa é a realidade. Com a TV Digital, a TV Escola, portanto, se tornará mais acessível. Tem também a possibilidade de interatividade, no futuro. Neste início de desenvolvimento da TV Digital, o set-top-box não contemplará recursos interativos.

3) A série Geração Saúde e o curso Mídias na Educação apontam, respectivamente, nas áreas de produção e capacitação, o que deverá ser feito para a TV Digital Interativa?

A série aponta um caminho daquilo que pode ser conteúdo para a televisão digital, mas há muito o que ser estudado e testado. Já o Mídias tem sua importância na medida em que capacita o professor para utilizar as diversas mídias pedagogicamente, explorando o potencial de cada uma delas em sala de aula.

4) O senhor acredita que a TV Digital possibilitará um salto, quantitativo e qualitativo, nos programas de Educação a Distância?

Depende da especificidade do programa. Poderá ser, sim, um salto para programas de grande audiência, que envolvem um número alto de pessoas. Assim

ANEXO B

Entrevista com Leila Lopes de Medeiros

Leila Lopes de Medeiros foi diretora do Departamento de Produção de Conteúdos e Capacitação em Educação a Distância da SEED/MEC de julho de 2006 a setembro de 2007. Ela é Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). A entrevista foi respondida, por email, no dia 9 de julho.

1) Em que a TV Escola Digital se diferenciará da TV Escola de hoje?

Do ponto de vista pedagógico, o que pode fazer diferença é o nível de interatividade que se conseguirá alcançar com a TV Digital. Um nível médio de interatividade permitirá, por exemplo, conhecer mais rapidamente a opinião dos educadores quanto à programação, ajudando a definir temáticas e linguagens cada vez mais adequadas ao processo pedagógico. Com um nível de interatividade mais elevado, será possível oferecer programas de educação a distância com maior penetração do que os oferecidos hoje através da internet e com as mesmas possibilidades de interação entre cursistas e educadores que esta última permite.

2) Quais as perspectivas da TV Escola Digital para a educação?

Hoje, a TV Escola organiza sua programação atendendo a diferentes faixas de ensino e temáticas, ações de formação continuada de professores, além de temas de interesse geral da comunidade escolar em um único canal. O sistema digital permite o desdobramento dos canais, o que possibilitaria, por exemplo, dedicar um canal especificamente para cursos a distância, apoiando e complementando a educação presencial. Ampliar a oferta de programação implicará, a médio e longo prazo, em um forte estímulo à produção de audiovisual de caráter educativo. A criatividade para aproveitar as perspectivas que se abrem também impactará a concepção de programas de formação a distância. O potencial educativo dos audiovisuais poderá ser melhor explorado, com a convergência de mídias. Através da TV será possível também abrir canais de comunicação com a audiência sem a necessidade de utilização de outros veículos, como telefone ou computador pessoal, por exemplo. Do ponto de vista da

programação, as perspectivas que se abrem são muitas. A partir de um determinado programa poderá se ter acesso a uma infinidade de informações que aprofundem, complementem ou ampliem o tema, a programas correlatos, a atividades de pesquisa em páginas da internet, enfim, é inaugurada uma nova dinâmica para o uso do material audiovisual, utilizando a própria TV.

3) Qual a análise que a senhora faz do projeto-piloto Geração Saúde? As novas produções deverão seguir a mesma linha?

A série Geração Saúde representa um exercício de antecipação da TV Digital. Hoje, só é possível oferecer dinamicidade a programas de TV complementando-os com outras mídias. Considera-se a exibição de um programa com uma das fases de um processo mais amplo, constituído pela pré-exibição, ou seja, o fornecimento de informações prévias a respeito que ajudem o professor a planejar suas atividades; a exibição propriamente dita do programa e a pós-exibição, que estimula professores e estudantes a ampliar a exploração do que foi visto. Esse formato instiga a pesquisa e o aspecto lúdico, importante estímulo à aprendizagem.

4) Como foi a aceitação dos professores ao novo modelo? O projeto-piloto demonstrou ser eficaz?

Não houve ainda uma pesquisa formal para avaliar o impacto do projeto-piloto e identificar novas maneiras de colaborar para o trabalho na sala de aula, mas quando participo de eventos com professores, tenho ouvido comentários bastante favoráveis a essa proposta. No entanto, sempre que se pretende uma mudança na prática docente - no caso, um uso mais intenso e instigante do audiovisual como instrumento de aprendizagem -, sabe-se que é necessário um período para disseminação, reflexão e apropriação pelos professores, de modo que percebam a contribuição para a sua prática.

5) O Programa de Formação Continuada Mídias na Educação capacitará os professores para utilização da TV Escola Digital?

O curso Mídias na Educação é um programa de formação continuada que tem como objetivo levar aos educadores a discussão sobre a importância da utilização de diferentes tecnologias e linguagens midiáticas para dinamizar o trabalho escolar, ampliar as oportunidades de acesso à informação e de construção de

conhecimento. Além de desenvolver na comunidade escolar um olhar mais crítico face às mídias, procura-se estimular o trabalho cooperativo de criação nas diferentes mídias – a co-autoria de professores e estudantes – como estratégia de aprendizagem, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação. A TV Digital constitui um dos temas do programa. Ela amplia o acesso à informação, aspecto essencial ao trabalho autoral.

6) Qual a importância da utilização do audiovisual na Educação?

Pesquisas há muito demonstram que o acesso à informação em diferentes formatos facilita a aprendizagem, aumentando a probabilidade de compreensão e de confrontação de informações novas com aprendizagens anteriores. Além disso, o audiovisual permite melhor contextualização dos temas apresentados e um nível de envolvimento e imersão nas situações apresentadas, o que facilita os processos mentais envolvidos na aprendizagem. Quando se associa esse potencial à atividade autoral, por meio da qual os estudantes podem ressignificar as informações recebidas em produções que expressem o próprio trabalho intelectual e cuja discussão ultrapassa os limites da sala de aula, pode-se falar mais apropriadamente em construção de conhecimento e em cooperação entre professores e estudantes, em uma comunidade de aprendizagem. O audiovisual e os demais suportes midiáticos se transformam efetivamente em instrumentos pedagógicos e contribuem para a melhoria da qualidade do trabalho escolar.

ANEXO C

Entrevista com Carmen Moreira de Castro Neves

Carmen Moreira de Castro Neves foi diretora do Departamento de Políticas em Educação a Distância da SEED/MEC de julho de 2000 a junho de 2004. A partir desta data até junho de 2006 ela foi diretora do Departamento de Produção de Conteúdos e Capacitação em Educação a Distância da SEED/MEC. Ela é especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). A entrevista foi realizada em 17 de julho.

1) O projeto da TV Escola Digital Interativa envolveu, à época, o seu departamento?

Não. Nem o meu, nem os outros. Isso, inclusive, contribuiu para o fracasso do projeto. Eu dirigia o departamento de Políticas que, entre outras atribuições, tinha sob a responsabilidade a capacitação da TV Escola. Portanto, a ordem lógica seria pensar a tecnologia ao mesmo tempo em que são traçadas as diretrizes da capacitação. O processo foi sempre muito secreto até a apresentação à Secretaria, em dezembro de 2003.

2) Qual a sua opinião sobre o projeto após a apresentação?

Era nítido que a tecnologia apresentada não tinha sustentabilidade. A caixa receptora criada para a TV Escola era uma tentativa desnecessária de reinventar a roda, enquanto já havia alguns protótipos que poderiam ser utilizados. Tratava-se, portanto, de uma caixa artesanal com vários problemas. Os comandos dados, por exemplo, demoravam muito tempo para serem executados. Além disso, a tecnologia estava em discussão dentro da universidade, sem contar com a participação efetiva das empresas, do mercado. O Ministério da Educação compraria 200 mil caixas, suponhamos, e depois? Se a escola, com recursos próprios, quisesse adquirir uma caixa para cada sala de aula não poderia. Havia uma inconsistência de infraestrutura e de acesso a ela. O projeto estava muito aquém do que se espera de uma televisão digital interativa, principalmente, uma televisão digital interativa com foco educacional. Era mais um portal de conteúdos, que é válido, mas não suficiente.

3) Como deve ser a TV Escola Digital Interativa?

Essa televisão, além de disponibilizar conteúdos, deve dar vez e voz aos atores, ou seja, professores, gestores educacionais, coordenadores pedagógicos, alunos, comunidade escolar em geral. No projeto da TV Escola, apresentado em 2003, havia apenas uma interatividade parcial. O professor poderia, por exemplo, ter acesso à revista da TV Escola, ao site do Ministério da Educação e a outros canais educativos, mas o projeto não contemplava uma proposta criativa de estímulo à autonomia e de promoção da autoria.

4) Na sua gestão à frente do Departamento de Produção de Conteúdos e Capacitação em EaD, na SEED, foi desenvolvida a série Geração Saúde, projeto-piloto para a TV Digital Interativa. A senhora acha que esse projeto é referência para o que será produzido nos próximos anos?

Todo projeto-piloto é um projeto-piloto. O Geração Saúde sinaliza o que pode ser a televisão digital: uma televisão que se comunica com a internet, que disponibiliza textos, jogos eletrônicos, objetos de aprendizagem, entre outros, para que o indivíduo construa o seu próprio aprendizado. Foi, portanto, uma primeira tentativa. Uma segunda edição do programa, por exemplo, tende a ser melhor que a primeira. Isso é um processo, em que os profissionais estão sendo capacitados durante o percurso, mas é claro que o Geração Saúde não esgota o modelo.

5) Foi feita pesquisa prévia, junto à comunidade escolar, para elaboração e produção do projeto-piloto Geração Saúde?

Não foi realizada uma pesquisa, mas tínhamos alguns indicadores. Concluímos, por exemplo, que os alunos gostam de serem convidados a trabalhar, a colaborar, a participar. A Semana de Poesia da TV Escola comprova isso. Não há nenhum incentivo financeiro por parte do Ministério da Educação, nenhum sistema de premiação e, mesmo assim, professores e alunos enviam seus vídeos pelo simples prazer de fazer, de construir junto. Educação, de acordo com renomados especialistas, é um processo de construção de cada sujeito.

6) Depois de pronto e veiculado, foi encomendada uma pesquisa de opinião e utilização pedagógica?

Deixei o Ministério antes disso. Mas concordo que é preciso chamar a PUC do Rio de Janeiro e a USP, parceiras no projeto, para saber como foi a receptividade na ponta, ou seja, quem usou, se gostou, quais as críticas e sugestões.

7) Os professores precisam ser capacitados para a utilização da TV Escola Digital Interativa?

Com certeza. Nesse sentido, o Programa de Formação Continuada Mídias na Educação assume importância estratégica. Uma inovação provoca impacto na educação e é incorporada nas escolas somente se gestores e professores acreditarem nela, perceberem seu potencial pedagógico e souberem explorá-la adequadamente.

8) O papel do Ministério da Educação é investir em conteúdo e formação ou também em tecnologia?

Nos três eixos. Muitos estados e municípios não poderão se aparelhar sem a ajuda do MEC. E não adianta investir em produção de conteúdos e capacitação se não houver a tecnologia. Com a convergência – e não digo integração, repare – novos caminhos vão sendo abertos. O Ministério precisa entender que investir em tecnologia é investir permanentemente em tecnologia.

ANEXO D

Entrevista com Rodrigo Otávio Prado

Rodrigo Otávio Prado é jornalista e trabalha no Núcleo de Programação da TV Escola desde março de 2000. Ele é responsável pela elaboração da grade de programas e pelos processos de aquisição de direitos dos vídeos nacionais e internacionais veiculados no Canal. A entrevista foi respondida, por email, em 12 de julho.

1) O senhor participou da primeira tentativa de implantação da TV Escola Digital? De que forma?

Sim. No primeiro momento, passei as informações referentes à grade horária da TV Escola, além de discutir com alguns técnicos a melhor forma de visualização da grade na tela da TV. Posteriormente, testei com os outros colegas de programação as funcionalidades do set-top-box.

2) Como foi o processo?

O processo foi muito confuso. Sabíamos das coisas na medida em que ficavam prontas. Só nessa hora é que nos convidavam para analisar, do ponto de vista da programação, a forma com que as informações dos programas seriam disponibilizadas. As nossas sugestões só eram acatadas se não exigissem muito trabalho da equipe responsável pela elaboração do set-top-box.

3) Em sua opinião, por que a tentativa de implantação da TV Escola Digital não logrou sucesso?

Acredito que três questões foram responsáveis pelo abandono do projeto. O primeiro problema foi político. No momento em que o projeto tomava forma, tivemos uma mudança de ministro – saiu Cristovam Buarque e entrou Tarso Genro –, e o diretor da TV Escola foi substituído. Como a produção da TV Escola Digital Interativa foi conduzida por pesquisadores e técnicos de fora do Ministério, não sobrou ninguém que pudesse dar continuidade ao projeto. Além disso, com a mudança de

gestão, todas as críticas que à época não eram consideradas pela direção da TV Escola ganharam força e contribuíram para o descrédito do projeto.

A segunda razão foi a própria fragilidade do projeto, principalmente no que diz respeito à interatividade. Quando apresentaram o projeto, o set-top-box não passava de um receptor digital de satélite com possibilidade de gravar, por meio de um drive de CD-ROM, os programas exibidos pela TV Escola. A interatividade prevista no set-top-box não avançava em relação ao formato do “Sim” ou “Não”. Não foram desenvolvidos conteúdos pedagógicos que pudessem dar sustento a uma interatividade mais valiosa. Além disso, as funcionalidades que poderiam (e deveriam) resolver a questão do armazenamento e/ou gravação dos programas não foram desenvolvidas. O professor ainda teria que ficar na frente da TV e esperar o programa começar e acabar, da mesma forma que fazia com o VHS.

O terceiro ponto diz respeito ao material e ao hardware utilizado na produção do set-top-box. Não sou da área, mas não ouvi nenhum representante da indústria ser mencionado como parceiro no projeto. Acredito, por isso, que os custos de produção em larga escala –todas as escolas públicas receberiam a caixinha – não foram sequer considerados. Além disso, o “cérebro” do set-top-box, assim como tudo que envolve tecnologia, em pouco tempo estaria defasado. Não se pode pensar um produto tecnológico sem considerar a sua atualização. E isso, pelo que sei, não foi pensado pela equipe que coordenou o projeto da TV Escola Digital Interativa.

4) A série piloto Geração Saúde é o modelo ideal para a TV Digital? Por quê?

Trata-se de um piloto cuja execução não cumpriu todas as promessas do projeto inicial. Por exemplo, um ponto que sempre foi tratado como fundamental para utilização da série dentro das possibilidades interativas da TV Digital era a indexação dos conteúdos tratados nos vídeos. No entanto, o que existe hoje são pedaços de programas, editados a partir da duração do episódio ou da ordem em que aparecem no roteiro, e não de acordo com os conteúdos abordados. A questão da interatividade foi considerada, mas eu até hoje não consegui, por exemplo, participar de uma simulação proposta no site da série. No entanto, acredito que os conceitos por trás da série, mesmo que executados no ambiente web, servem muito bem às possibilidades educacionais da TV Digital. Não sei se seriam os ideais, mas

apontam caminhos mais interessantes do que os sugeridos pela radiodifusão comercial.

5) Qual seria o modelo mais apropriado para essa nova televisão, tendo em vista o foco da educação?

Acredito que a educação pode se beneficiar muito das possibilidades tecnológicas da TV Digital. Considerando a banda de transmissão de um canal digital, os canais educativos poderão transmitir, além de vídeos, toda a sorte de conteúdos interativos, como textos, jogos, experiências e testes. Para isso, no entanto, é importante que os conteúdos educativos sejam pensados e definidos no momento da criação dos projetos. Caso contrário, o conteúdo ficará, como acontece no mundo analógico, a reboque da forma.

6) O que muda, em termos práticos de programação, com a implantação efetiva da TV Digital?

Isso vai depender do tipo de programação de cada emissora. No caso das empresas que optarem pela transmissão em HDTV, acredito que a lógica será a mesma, uma vez que essa modalidade ocupa por inteiro a banda de transmissão do canal. No caso das empresas que optarem pela multiprogramação, dividindo o espaço da banda em vários canais, as mudanças serão mais significativas. No entanto, as duas opções estão ainda muito presas à noção de broadcasting, ou seja, um para todos e ao mesmo tempo. Acredito que o futuro da TV Digital é o fim dessa noção. Na medida em que a compressão tornar os vídeos cada vez menores, sem perda de qualidade, as emissoras investirão, como fazem hoje as empresas de telefonia e sites como o Youtube, na possibilidade de o usuário montar a própria grade de programação, escolhendo o que, como e quando assistir. Essa será a verdadeira revolução na programação de TV. Hoje, principalmente nas rádios pela internet, já é possível montar a programação, escolhendo artistas e músicas favoritas.

ANEXO E

Entrevista com Ana Laura Naves

Ana Laura Naves é publicitária e foi produtora da TV Escola de outubro de 2002 a setembro de 2006. Ela era responsável pela produção executiva das séries e programas realizados pelo Canal do MEC. A entrevista (Anexo E) foi respondida, por email, em 10 de junho.

1) Qual foi seu papel durante a primeira tentativa de implantação da TV Escola Digital?

Àquela época eu era coordenadora de produção e apoiei a logística de administração e contratação dos profissionais técnicos envolvidos. As contratações foram feitas por meio do Acordo Unesco 914 BRA 5002 – Capacitação pela TV Escola por meio da Tecnologia Digital. Foram contratados consultores que elaboraram as interfaces da TV Digital, selecionaram os vídeos para digitalização, desenvolveram e testaram os menus de navegação e de interatividade, o desenvolvimento e a produção do set-top-box.

2) Como se deu o processo de implantação da TV Escola Digital?

As caixinhas foram enviadas para 10 estados do País, como piloto do projeto. O equipamento seria testado e avaliado pela ponta, nas escolas selecionadas e Núcleos de Tecnologia na Educação, os NTEs. Por um tempo determinado pela proposta do projeto, os ajustes e as adequações seriam feitos até se chegar ao modelo ideal. Dentre os objetivos, estavam a apropriação da TV Escola por alguns setores da sociedade e da gestão pública. Exemplo: o recebimento, o uso e o controle do benefício Bolsa-Família poderia ser realizado pela TV. Por meio de pesquisa, os gestores das escolas teriam como inserir dados, enviar relatórios ou mesmo questionamentos e sugestões. Seria um canal rápido e direto entre as pontas, além da função principal de disponibilização da programação.

3) Por que razão o projeto não foi bem sucedido?

Em minha opinião, a questão tecnológica carecia de mais tempo para maturação. Além disso, questões políticas internas no Ministério da Educação – troca de Secretário e diretores –, orçamentárias e interesses comerciais de grupos interessados inviabilizaram a proposta da TV Escola Digital Interativa.

**4) A série piloto Geração Saúde é modelo de produção para a TV Digital?
Por quê?**

Não acredito que seja. Como a TV Digital ainda não foi implantada e não se pôde ver na prática como ela poderá funcionar, a série tem sido produzida como um produto de TV comum. Os elementos intitulados pré e pós-exibição têm sido divulgados como o diferencial dessas produções, mas ainda incipientes. São ferramentas que usamos na TV Escola há anos, mas sem esses títulos.

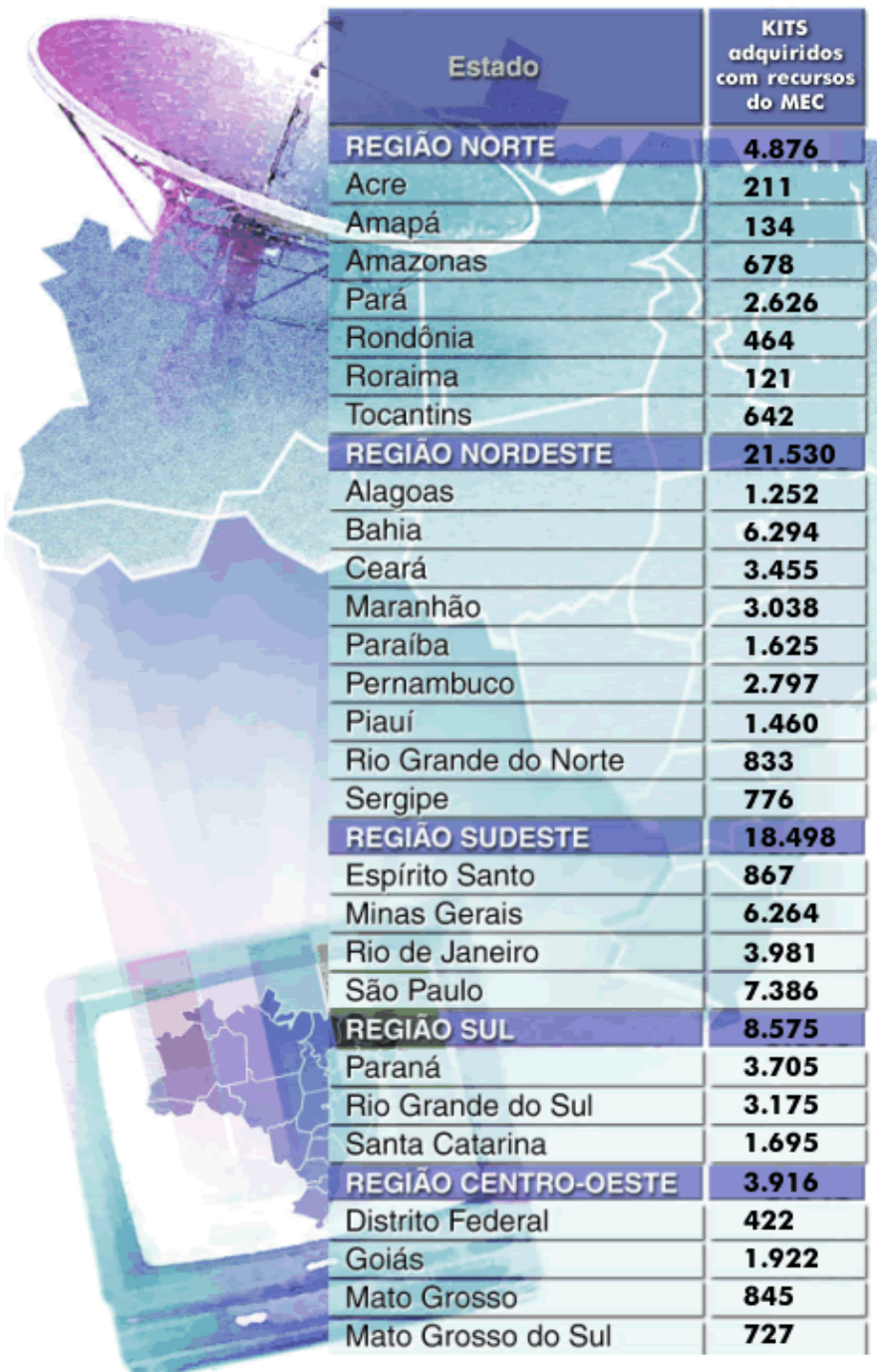
5) Qual seria o modelo mais apropriado para essa nova televisão, tendo em vista o foco da educação?

Conteúdos desmembrados em blocos, pequenos e adequados ao uso que o professor faz dos programas. Produzir e pensar um programa não-linear, que possa ser montado, recortado, selecionado, compilado ou editado pelo espectador. Isso ainda não está claro. Talvez uma pesquisa de opinião junto ao professor ajudasse nessa formatação.

6) O que muda, em termos práticos de produção, com a implantação efetiva da TV Digital?

O tempo. Devemos criar um modelo de produção mais ágil. As possibilidades serão inúmeras e acredito que, somente depois de sua implantação é que saberemos como atender às novas demandas de uso que irão surgir.

ANEXO F



Estado	KITS adquiridos com recursos do MEC
REGIÃO NORTE	4.876
Acre	211
Amapá	134
Amazonas	678
Pará	2.626
Rondônia	464
Roraima	121
Tocantins	642
REGIÃO NORDESTE	21.530
Alagoas	1.252
Bahia	6.294
Ceará	3.455
Maranhão	3.038
Paraíba	1.625
Pernambuco	2.797
Piauí	1.460
Rio Grande do Norte	833
Sergipe	776
REGIÃO SUDESTE	18.498
Espírito Santo	867
Minas Gerais	6.264
Rio de Janeiro	3.981
São Paulo	7.386
REGIÃO SUL	8.575
Paraná	3.705
Rio Grande do Sul	3.175
Santa Catarina	1.695
REGIÃO CENTRO-OESTE	3.916
Distrito Federal	422
Goiás	1.922
Mato Grosso	845
Mato Grosso do Sul	727

No Brasil inteiro, já foram distribuídos **57.395** kits.

ANEXO G

CURSO TV NA ESCOLA E OS DESAFIOS DE HOJE

Estado	Inscrição	Matrícula*	Matrícula	Matrícula
		2000	2001	2002
Acre	237	294	500	300
Alagoas	634	625	1.003	700
Amapá	313	220	500	400
Amazonas	1.130	640	1.000	700
Bahia	25.796	2.781	2.113	1.500
Ceará	34.657	1.296	5.892	4.100
Distrito Federal	4.279	1.299	1.000	1.100
Espírito Santo	7.331	2.350	1.500	1.100
Goiás	8.551	1.301	1.500	1.200
Maranhão	3.314	1.141	1.500	1.000
Mato Grosso	7.063	2.120	2.000	1.200
Mato Grosso Sul	2.144	964	1.500	1.000
Minas Gerais	35.202	1.912	12.500	1.700
Pará	381	517	1.000	700
Paraíba	3.397	1.145	1.500	1.600
Paraná	36.110	2.173	2.625	1.500
Pernambuco	1.893	957	3.200	1.200
Piauí	2.318	868	1.000	800
Rio de Janeiro	11.664	2.150	2.401	1.400
Rio Grande do Norte	9.117	986	1.000	700
Rio Grande do Sul	632	1.242	1.300	900
Rondônia	747	676	1.000	700
Roraima	91	136	300	400
Santa Catarina	8.002	2.153	2.500	1.500
São Paulo	44.618	2.582	4.000	4.000

Sergipe	2.746	994	1.000	600
Tocantins	1.951	1.222	1.000	600
TOTAL	254.318	34.740	56.334	32.600

* O eventual número de matrícula maior que o de inscrição, em 2000, resulta de necessidades estratégicas de qualificação de pessoal das secretarias de educação e de novas chamadas para o curso, nos anos de 2001 e 2002.

ANEXO H

MÓDULOS E UNIDADES DO CURSO TV NA ESCOLA

Módulos	Unidades
I. Tecnologias e Educação: desafios e a TV Escola	<p>Tecnologias no cotidiano: desafios para o educador</p> <p>Linguagem da TV e do vídeo e novos modos de compreender</p> <p>Formação do professor e educação a distância: do impresso às redes eletrônicas</p> <p>O projeto TV Escola</p>
II. Usos da televisão e vídeo na escola	<p>Televisão e vídeo na comunicação educativa: concepções e funções</p> <p>Possibilidades pedagógicas de utilização de TV/vídeo nas atividades curriculares</p> <p>TV e vídeo na gestão escolar; construção de parcerias; operacionalização de equipamentos e criação de espaços para gravar e arquivar programas</p>
III. Experimentação: planejando, produzindo, analisando	<p>Analisando e produzindo o audiovisual</p> <p>Como se produz vídeo educativo</p> <p>Planejando a utilização pedagógica de TV e vídeo na escola (orientação sobre projetos)</p> <p>Projeto de utilização de TV e vídeos na prática pedagógica: elaboração de propostas/ trabalho final do curso</p>

ANEXO I

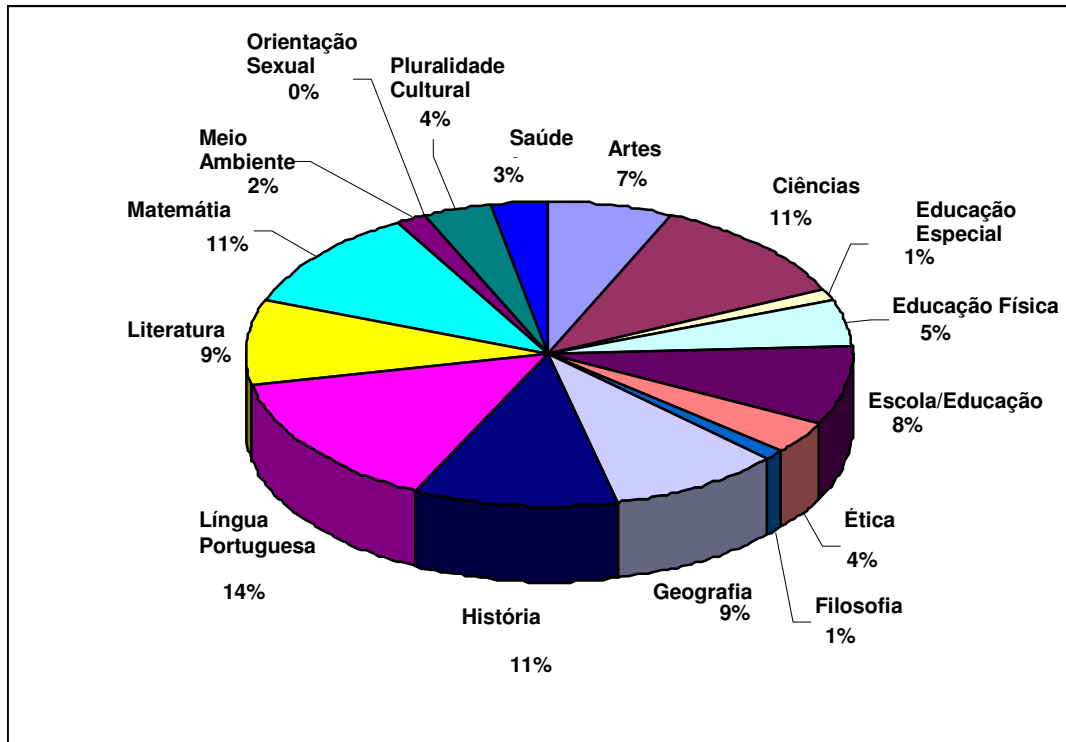
TRANSMISSÃO EM 2006

TV ESCOLA

Mês	Dia	Hora
Janeiro	31	484
Fevereiro	28	438
Março	31	495
Abril	30	468
Maio	31	494
Junho	30	477
Julho	31	487
Agosto *	31	602
Setembro	30	720
Outubro	31	744
Novembro	30	720
Dezembro	31	744
Total	365 dias	6.873

* A partir do dia 21 de agosto, a TV Escola passou a transmitir 24 horas diárias de programação.

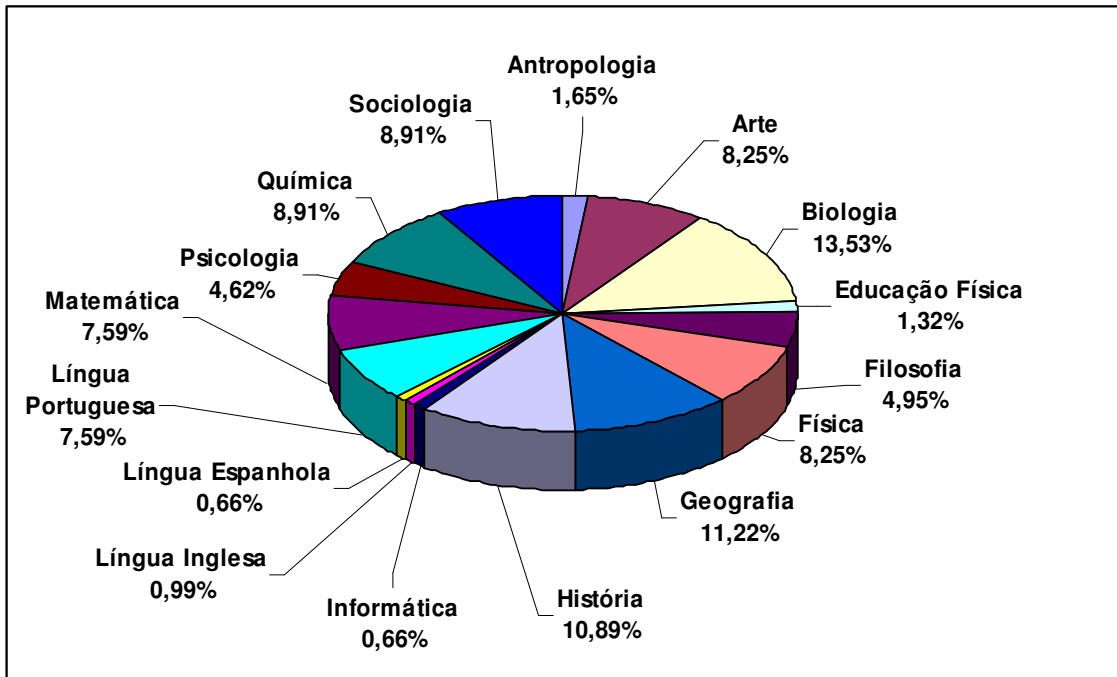
Fonte: Núcleo de Programação da TV Escola

ANEXO J**PRESENÇA DE ÁREAS TEMÁTICAS NA FAIXA DO ENSINO FUNDAMENTAL
TV ESCOLA**

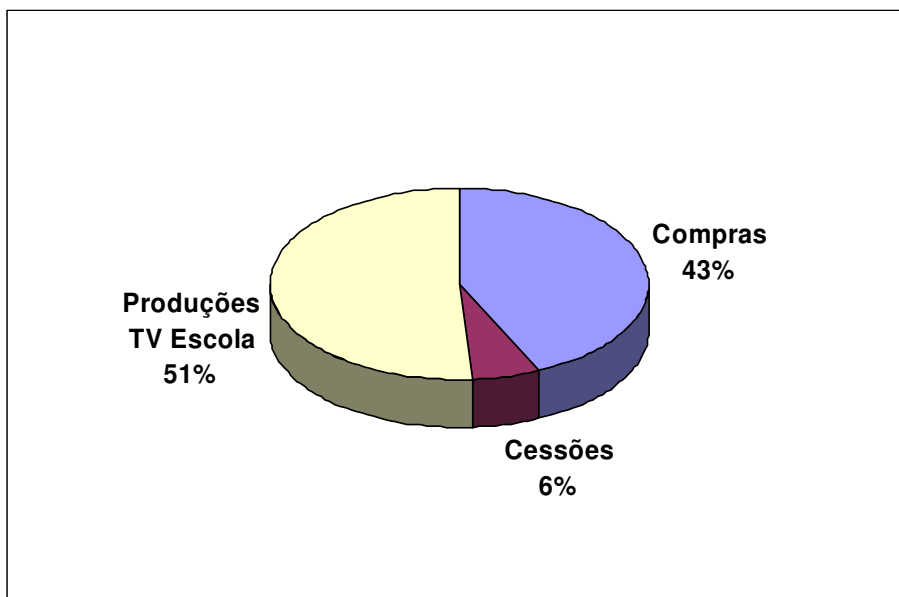
Fonte: Relatório 2006 da TV Escola

ANEXO L

PRESENÇA DE DISCIPLINAS NA FAIXA DO ENSINO MÉDIO TV ESCOLA



Fonte: Relatório 2006 da TV Escola

ANEXO M**PROPORÇÃO NA GRADE DE 2006
TV ESCOLA**

ANEXO N**EVOLUÇÃO DAS AQUISIÇÕES E CESSÕES
2003-2006**

Ano	Aquisição de direitos de exibição	Cessão à SEED de direitos de exibição
2003	38h20'	12h
2004	35h	58h
2005	150h	13h
2006	400h	50h

ANEXO O

Ministério da Educação

SEED - Secretaria de Educação a Distância

Escolha...

episódios

material de pesquisa

na Jogada

links espertos

quiz

tá ligado?

game!

créditos>

GeRação SaúDE

Você Sabia... que quem possui sardas, precisa ter cuidado redobrado ao se expor ao sol?

Na Jogada

Games, quiz e curiosidades para quem curte a Geração Saúde.

ANEXO P

QUESTIONÁRIO DO (A) DIRETOR (A)

Prezado (a) diretor (a),

Este questionário é parte de uma pesquisa que tem como objetivo conhecer melhor o funcionamento do programa TV Escola nas escolas brasileiras. O **seu preenchimento correto é essencial** para que tenhamos resultados que evidenciem a realidade do programa e para que ele possa ser melhorado.

Responda as questões com um “X” dentro do parêntese indicado, com caneta azul ou preta.

Exemplo:

Seu sexo:

Masculino

Feminino

É muito importante que você responda a todas as questões sem deixar itens em branco. Sua colaboração será muito importante para o aperfeiçoamento do programa. Suas respostas **serão analisadas em conjunto**, não sendo necessária a sua identificação.

cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

Para Uso Exclusivo do pesquisador:

Questionário Preenchido

Questionário Não Preenchido

SEQUENCIAL DA ESCOLA: 3400

POLO: 105

UF: PR

Município: IMBITUVA

Nome da Escola: SANTO ANTONIO, CE – E FUND MEDIO

Nesta primeira seção as questões dizem respeito ao programa TV Escola. Elas são compostas por itens sobre o **Kit tecnológico (antena parabólica, televisão e videocassete)** distribuído pelo MEC. Responda de acordo com a realidade da sua escola.

1- A escola recebeu o kit tecnológico para recepção e gravação do canal TV Escola:

- Nenhum dos equipamentos foi recebido.
- Recebeu apenas a antena parabólica.
- Recebeu apenas a televisão.
- Recebeu apenas o videocassete.
- Recebeu a antena parabólica e a televisão.
- Recebeu a antena parabólica e o videocassete.
- Recebeu a televisão e o videocassete.
- Recebeu os três equipamentos que compõe o kit.

2- Em várias escolas do país, a antena parabólica de sinal analógico foi substituída por uma antena de sinal digital. Confirme a posição da escola em relação a essa troca:

- Não houve substituição.
- A antena analógica foi desinstalada e substituída pela digital que está em uso.
- A antena analógica foi desinstalada, mas a antena digital não foi instalada.
- A antena analógica continua funcionando, pois a digital não foi instalada.
- A escola recebeu apenas a digital, mas a mesma não foi instalada.

3- Em que estado se encontra o kit tecnológico para recepção do canal TV Escola?

- Ativo.
- Inativo.

4- Você, como gestor, faz uso dos programas transmitidos pelo canal TV Escola?

- Sim.
- Não.

5- Você, como gestor, incentiva os professores a utilizarem a programação do canal TV Escola?

- Sim.
- Não.

6- De acordo com a sua percepção, quantos professores fazem uso da TV Escola?

- 0%.
- Entre 1% e 10%.
- Entre 11% e 40%.
- Entre 41% e 60%.
- Entre 61% e 90%.
- Entre 91% e 100%.
- 100%.
- Não sei.

7- Existe um profissional na escola responsável por cuidar da seleção e gravação dos programas transmitidos pelo TV Escola?

- Sim.
- Não.

8- Existe um profissional na escola responsável por repassar aos professores e alunos as gravações dos programas transmitidos pela TV Escola?

- Sim.
- Não.

9- Marque “Sim” ou “Não” para outras formas de acesso à programação da TV Escola.

	Sim	Não
9.1- Programas recebidos pelo sinal da antena parabólica.	()	()
9.2- Programas gravados e recebidos com o kit DVD Escola (aparelho de DVD + DVD(s) gravados).	()	()
9.3- Programas recebidos pelo sinal de televisão por assinatura (NET, SKY, DIRECTV, entre outras).	()	()
9.4- Programas gravados emprestados por outra escola.	()	()
9.5- Programas gravados por algum profissional da escola em locais fora da escola..	()	()
9.6- Programas gravados por alunos da escola em locais fora da escola.	()	()
9.7- Programas gravados na coordenação estadual e/ou município da TV Escola e/ou Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE) da região.	()	()
9.8- Programas disponibilizados na Internet, por meio do portal Domínio Público.	()	()

10- Além do canal TV Escola, a antena parabólica permite receber sinais de outros canais educativos. Que canais você faz uso através do sinal recebido pela antena?

- () Apenas TV Escola.
 () Apenas canais estaduais de programação educativa.
 () Apenas canais municipais de programação educativa.
 () Da TV Escola e de canais estaduais de programação educativa.
 () Da TV Escola e de canais municipais de programação educativa.
 () Nenhum dos canais acima citados.

11- A programação do canal TV Escola engloba todos os níveis de ensino da educação básica. Qual a faixa de programação é utilizada pela escola?

	Sim	Não
11.1- Educação Infantil.	()	()
11.2- Ensino Fundamental.	()	()
11.3- Ensino Médio.	()	()
11.4- Salto para o futuro.	()	()
11.5- Curso de Línguas (Inglês, Francês e Espanhol).	()	()
11.6- Escola Aberta.	()	()

12- Você conhece o horário de transmissão dos programas para os níveis de ensino listados abaixo?

	Sim	Não
12.1- Educação Infantil.	()	()
12.2- Ensino Fundamental.	()	()
12.3- Ensino Médio.	()	()
12.4- Salto para o futuro.	()	()
12.5- Curso de Línguas (Inglês, Francês e Espanhol).	()	()
12.6- Escola Aberta.	()	()

13- Você tem acesso à grade de programação do canal TV Escola?

- () Sim.
 () Não.

14- Por quais dos seguintes meios você tem acesso à grade de programação do canal TV Escola?

	Sim	Não
14.1- Pesquisa na internet.	()	()
14.2- Pesquisa no próprio canal TV Escola a grade de programação.	()	()
14.3- Recebo do responsável pela TV Escola dessa escola.	()	()
14.4- Recebo de outro profissional da escola.	()	()
14.5- Recebo da Secretaria Estadual ou Municipal.	()	()
14.6- Recebo do Núcleo de Tecnologia da região.	()	()
14.7- Recebo da equipe da TV Escola pelo Correio.	()	()

15- Para quais os fins a escola utiliza a programação?

	Sim	Não
15.1- Formação de professores.	()	()
15.2- Recurso didático em sala de aula.	()	()
15.3- Preparação de aulas pelos professores.	()	()
15.4- Preparação do Projeto Pedagógico da escola.	()	()

16- Houve alguma atividade de formação continuada relacionada à TV Escola (atualização, treinamento, capacitação, etc.) nesta escola (em caso negativo, passe para a questão 19)?

- () Sim.
() Não.

17- De acordo com a sua percepção, quantos docentes da sua escola participaram das atividades de formação continuada?

- () 0%.
() Entre 1% e 10%.
() Entre 11% e 40%.
() Entre 41% e 60%.
() Entre 61% e 90%.
() Entre 91% e 100%.
() 100%.
() Não sei.

18- De acordo com a sua percepção, quantos professores fazem uso dos conhecimentos adquiridos nas atividades de formação continuada promovidas em relação a TV Escola?

- () 0%.
() Entre 1% e 10%.
() Entre 11% e 40%.
() Entre 41% e 60%.
() Entre 61% e 90%.
() Entre 91% e 100%.
() 100%.
() Não sei

19- A TV Escola está incluída no projeto político pedagógico da escola?

- () Sim.
() Não.

20- Nas reuniões do conselho da escola existe discussão sobre a TV Escola?

- () Sim.
() Não.

21- Nos conselhos de classe são discutidos temas relativos à TV Escola?

- () Sim.
() Não.

23- Avalie o quanto você acredita que os professores aderem à programação do canal TV Escola em cada um dos níveis e disciplinas escolares. Considere “00” quando não é utilizada e “10” quando é muito utilizada.

NOTA MÍNIMA “00” E NOTA MÁXIMA “10”

Educação infantil	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Não existe esse nível de ensino na escola.
-------------------	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	--

23.1- Educação Infantil () () () () () () () () () () () () ()

NOTA MÍNIMA “00” E NOTA MÁXIMA “10”

No Ensino Fundamental	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Não existe essa disciplina na escola
-----------------------	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	--------------------------------------

23.2- Filosofia. () () () () () () () () () () () () ()
 23.3- Artes. () () () () () () () () () () () () ()
 23.4- Geografia. () () () () () () () () () () () () ()
 23.5- História. () () () () () () () () () () () () ()
 23.6- Ciências. () () () () () () () () () () () () ()
 23.7- Matemática () () () () () () () () () () () () ()
 23.8- Língua Portuguesa. () () () () () () () () () () () () ()
 23.9- Educação Especial. () () () () () () () () () () () () ()
 23.10- Escola / Educação. () () () () () () () () () () () () ()
 23.11- Ética. () () () () () () () () () () () () ()
 23.12- Literatura. () () () () () () () () () () () () ()
 23.13- Meio ambiente. () () () () () () () () () () () () ()
 23.14- Orientação Sexual. () () () () () () () () () () () () ()
 23.15- Pluralidade Cultural. () () () () () () () () () () () () ()
 23.16- Saúde. () () () () () () () () () () () () ()

NOTA MÍNIMA “00” E NOTA MÁXIMA “10”

No Ensino Médio	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Não existe essa disciplina na escola.
-----------------	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	---------------------------------------

23.17- Filosofia. () () () () () () () () () () () () ()
 23.18- Artes. () () () () () () () () () () () () ()
 23.19- Geografia. () () () () () () () () () () () () ()
 23.20- História. () () () () () () () () () () () () ()
 23.21- Química. () () () () () () () () () () () () ()
 23.22- Física. () () () () () () () () () () () () ()
 23.23- Biografia. () () () () () () () () () () () () ()
 23.24- Matemática. () () () () () () () () () () () () ()
 23.25- Língua Portuguesa. () () () () () () () () () () () () ()
 23.26- Literatura. () () () () () () () () () () () () ()
 23.27- Sociologia. () () () () () () () () () () () () ()
 23.28- Educação Física. () () () () () () () () () () () () ()

Nessa seção as questões dizem respeito ao perfil profissional e da escola em que você trabalha. Responda algumas questões sobre o seu trabalho na escola a fim de melhorar compreender **o que você e a escola esperam do programa TV Escola**. Responda de acordo com a sua realidade:

34- Seu sexo:

- Masculino.
 Feminino.

35- Sua idade:

- Até 24 anos.
 De 25 a 29 anos.
 De 30 a 39 anos.
 De 40 a 49 anos.
 De 50 a 54 anos.
 55 anos ou mais.

36- Das opções abaixo, assinale a que melhor descreve o seu nível máximo de escolaridade:

- Ensino superior completo – Pedagogia.
 Ensino superior completo – Licenciatura.
 Ensino superior completo – Licenciatura e complementação pedagógica.
 Especialização (mínimo de 360 horas).
 Mestrado.
 Doutorado.

37- Há quanto tempo você exerce a função de diretor nessa escola?

- Menos de 2 anos.
 De 2 a 3 anos.
 De 3 a 5 anos.
 Mais de 5 anos.

38- Dos recursos tecnológicos listados abaixo, quais você possui em sua casa:

	Sim	Não
38.1- Televisão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38.2- Videocassete.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38.3- DVD.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38.4- Computador.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38.5- Internet.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38.6- Antena parabólica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38.7- TV por assinatura.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

39- Qual a sua familiaridade e experiência com tecnologias como recursos didáticos na escola?

	Nenhuma	Pouca	Muita
39.1 Televisão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39.2- Videocassete.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39.3- DVD.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39.4- Computador.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39.5- Internet.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39.6- Antena parabólica	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39.7- TV por assinatura.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

40- Avalie a sua satisfação com o trabalho no que se refere aos itens abaixo:**NOTA MÍNIMA "00" nota máxima "10"**

	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
40.1- Sinto-me entusiasmado (a) com meu trabalho.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
40.2- Posso criar facilmente um ambiente tranqüilo com minha equipe escolar.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
40.3- Sinto que estou influenciando positivamente a vida de outras pessoas por meio do meu trabalho.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
40.4- Trabalhar com pessoas é realmente uma grande satisfação para mim.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
40.5- Tenho realizado muitas coisas importantes neste trabalho.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
40.6- Estou satisfeito (a) com a aprendizagem proporcionada aos alunos dessa escola.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()

41- Quais dos níveis de ensino abaixo existem na escola?

	Sim	Não
41.1- Educação Infantil	()	()
41.2- Ensino Fundamental (séries iniciais).	()	()
41.3- Ensino Fundamental (séries finais).	()	()
41.4- - Ensino Médio.	()	()
41.5- Educação de Jovens e Adultos.	()	()
41.6- Ensino Especial.	()	()

42- Em quais turnos a escola funciona?

	Sim	Não
42.1- Matutino.	()	()
42.2- Vespertino.	()	()
42.3- Noturno.	()	()

43- Quantos alunos estudam na escola?

- () Até 200 alunos.
 () Entre 200 e 500 alunos.
 () Entre 500 e 1000 alunos.
 () Entre 1000 e 1500 alunos.
 () Entre 1500 e 2000 alunos.
 () Acima de 2000.

44- Quantos professores trabalham na escola?

- () Até 10 professores.
 () Entre 10 e 30 professores.
 () Entre 30 e 50 professores.
 () Acima de 50 professores.

45- Em relação ao projeto pedagógico dessa escola (marque apenas UMA alternativa):

- () Foi adotado o modelo encaminhado pela Secretaria da Educação.
 () Foi elaborado por mim.
 () Depois de elaborar uma proposta do projeto apresentei-a aos professores para sugestões e só depois escrevi a versão final.
 () Os professores elaboraram uma proposta e, com base nela, escrevi a versão final.
 () Uma equipe de professores e eu elaboramos o projeto.
 () Não sei como foi desenvolvido.
 () Não existe projeto pedagógico.

55- Avalie as equipes com as quais trabalha quanto à atuação na escola :
NOTA MÍNIMA “00” NOTA MÁXIMA “10”

	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
55.1- Assumem a responsabilidade de melhorar a qualidade do ensino.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
55.2- Estão dispostas a assumir riscos para que a qualidade do ensino melhore.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
55.3- Sentem-se responsáveis pelos resultados dos alunos.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
55.4- Dominam bem as expectativas de ensino e aprendizagem contidas nos referenciais curriculares.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
55.5- Atualizam-se em relação às novidades da área em que atuam.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()

Para finalizar, ajude-nos a identificar os motivos que dificultam a utilização do canal TV Escola na escola em que trabalha.

56- Dos itens citados abaixo, quais você considera um empecilho a esse uso:

	Sim	Não
56.1- Falta de infra-estrutura da escola para o funcionamento do programa.	()	()
56.2- Desinteresse dos professores pela implementação de recursos tecnológicos como meios de instrução.	()	()
56.3- Falta de adequação dos conteúdos transmitidos à área de atuação dos professores.	()	()
56.4- Falta de articulação entre o programa e o currículo da escola.	()	()
56.5- Falta de tempo dos professores para acompanhar a programação.	()	()
56.6- Falta de incentivo das Secretarias Estaduais e/ou Municipais.	()	()
56.7- Falta de incentivo dos Núcleos de Tecnologia Educacionais.	()	()
56.8- Falta de incentivo do Ministério da Educação.	()	()
56.9- Falta de interesse dos alunos por aulas com esse tipo de recurso.	()	()
56.10- Falta de manutenção do equipamento para recepção do canal.	()	()
56.11- Falta de instalação do equipamento para recepção do canal.	()	()
56.12- Falta de uma pessoa responsável trabalhando junto aos professores para a seleção e gravação da programação a ser gravada.	()	()
56.13- A escola tem preferência pela utilização de outro recurso semelhante (DVD Escola e Tele curso, por exemplo).	()	()
56.14- Falta de divulgação da programação.	()	()
56.15- Material explicativo sobre a programação ineficiente.	()	()
56.16- Faltas de fitas para gravação dos programas.	()	()
56.17- Falta de capacitação dos professores para o uso dos equipamentos.	()	()
56.18- Falta de apoio técnico para operação dos equipamentos e realização das gravações.	()	()
56.19- Falta de incorporação do Programa ao Projeto Político Pedagógico da escola	()	()
56.20- Falta de planejamento dos professores.	()	()

ANEXO Q**QUESTIONÁRIO DO (A) PROFESSOR (A)**

Prezado (a) professor (a),

Este questionário é parte de uma pesquisa que tem como objetivo conhecer melhor o funcionamento do programa TV Escola nas escolas brasileiras. O **seu preenchimento correto é essencial** para que tenhamos resultados que evidenciem a realidade do programa e para que ele possa ser melhorado.

Responda as questões com um “X” dentro do parêntese indicado, com caneta azul ou preta.

Exemplo:

Seu sexo:

 Masculino Feminino.

É muito importante que você responda a todas as questões **sem deixar itens em branco**. Sua colaboração será muito importante para o aperfeiçoamento do programa. Suas respostas **serão analisadas em conjunto**, não sendo necessária a sua identificação.

Agradecemos a sua ajuda!

cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

Para Uso Exclusivo do pesquisador: Questionário Preenchido Questionário Não Preenchido**SEQUENCIAL DA ESCOLA: 1889****POLO: 001****UF: MG****Município: FORMIGA****Nome da Escola: EE AURELIANO RODRIGUES NUNES**

Nesta primeira seção as questões dizem respeito ao programa TV Escola. Elas são compostas por itens que dizem respeito ao **Kit tecnológico (antena parabólica, televisão e videocassete)** distribuído pelo MEC. Responda de acordo com a realidade da sua escola.

1- Você tem conhecimento de que a escola recebeu o kit tecnológico para recepção e gravação dos programas do canal TV Escola?

- Não tenho conhecimento.
- Recebeu apenas a antena parabólica.
- Recebeu apenas a televisão.
- Recebeu apenas o videocassete.
- Recebeu a antena parabólica e a televisão.
- Recebeu a antena parabólica e o videocassete.
- Recebeu a televisão e o videocassete.
- Recebeu os três equipamentos que compõe o Kit.

2- Em que estado se encontra a antena parabólica para recepção do canal TV Escola?

- Não foi entregue à escola.
- Encontra-se instalada e em condições de uso.
- Encontra-se instalada, mas sem condições de uso (defeito ou peça faltando).
- Foi desinstalada e não instalaram novamente.
- Foi roubada.
- Não sei sobre as condições de uso da antena dessa escola.

3- Além do canal TV Escola, a antena parabólica permite receber sinais educativos. Que canais você faz uso através do sinal recebido pela antena?

- Apenas TV Escola.
- Apenas canais estaduais de programação educativa.
- Apenas canais municipais de programação educativa.
- TV Escola e canais estaduais de programação educativa.
- TV Escola e canais municipais de programação educativa.
- Todos os tipos de canais citados anteriormente.
- Nenhum dos canais acima citados.
- Não sei.

4- Existe um profissional na escola responsável por cuidar da seleção e gravação dos programas transmitidos pela TV Escola?

- Sim.
- Não.
- Não sei.

5- Existe um profissional na escola responsável por repassar aos professores e alunos as gravações dos programas transmitidos pela TV Escola?

- Sim.
- Não.
- Não sei.

6- Você assiste programas transmitidos pelo canal TV Escola (se você não assiste, siga para questão 10)?

- Sim.
- Não.

7- Diga para quais fins você utiliza a sua programação:

	Sim	Não
7.1- Utilizo apenas como uma forma de passar o tempo.	()	()
7.2- Utilizo como recurso para minha formação profissional.	()	()
7.3- Utilizo como recurso didático em sala de aula.	()	()
7.4- Utilizo como recurso para preparar as aulas expositivas.	()	()
7.5- Utilizo como recurso para transmitir conteúdos que os alunos têm maior dificuldade de entendimento.	()	()
7.6- Utilizo como recurso para dar aulas sobre temas transversais de ensino.	()	()
7.7- Utilizo como recurso para das aulas quando não tive tempo para prepará-la anteriormente.	()	()

8- Se você assiste o canal TV Escola, indique em quais lugares você tem acesso a essa programação:

	Sim	Não
8.1- Na minha casa.	()	()
8.2 - Durante as aulas que leciono na escola.	()	()
8.3- Na escola em horários alternativos às aulas.	()	()
8.4- Na casa de amigos.	()	()
8.5- Na casa de professores da escola.	()	()
8.6- Na secretaria municipal ou estadual de educação.	()	()
8.7- No Núcleo de Tecnologia Educacional.	()	()

9- Marque “Sim” ou “Não” para outras formas de acesso à programação da TV Escola:

	Sim	Não
9.1- Programas recebidos pelo sinal da antena parabólica.	()	()
9.2- Programas gravados e recebidos com o Kit DVD Escola (aparelho de DVD + DVD(s) gravados).	()	()
9.3- Programas recebidos pelo sinal de televisão por assinatura (NET, SKY, DIRECTV, entre outras).	()	()
9.4- Programas gravados emprestados por outra escola.	()	()
9.5- Programas gravados por algum profissional da escola em locais fora da escola.	()	()
9.6- Programas gravados por alunos da escola em locais fora da escola.	()	()
9.7- Programas gravados na coordenação estadual e/ou municipal da TV Escola e/ou Núcleo de Tecnologia Educacional (NET) da região.	()	()
9.8- Programas disponibilizados na Internet, por meio do portal Domínio Público.	()	()

10- Ainda sobre a forma como você assiste o canal TV Escola, responda à questão abaixo:

- () Assisto apenas programas gravados.
 () Assisto os programas apenas no momento em que eles são transmitidos.
 () Assisto das duas formas descritas nos itens anteriores.

11- Você conhece o horário de transmissão dos programas para os níveis de escolaridade listados abaixo?

	Sim	Não
11.1- Educação Infantil.	()	()
11.2- Ensino Fundamental.	()	()
11.3- Ensino Médio.	()	()
11.4- Salto para o Futuro.	()	()
11.5-Curso de Línguas (Inglês, Francês e Espanhol).	()	()
11.6-Escola aberta.	()	()

12- A programação do canal TV Escola engloba todos os níveis de ensino da educação básica. Qual faixa de programação você assiste e faz uso?

	Sim	Não
12.1- Educação infantil.	()	()
12.2- Ensino Fundamental.	()	()
12.3- Ensino Médio.	()	()
12.4- Salto para o Futuro.	()	()
12.5- Curso de Línguas (Inglês, Francês e Espanhol).	()	()
12.6- Escola Aberta.	()	()

13- Você tem acesso à grade de programação do canal TV Escola?

- () Sim.
() Não.

14- Por quais meios você tem acesso à grade de programas do canal TV Escola?

	Sim	Não
14.1- Pesquisa na internet.	()	()
14.2- Pesquisa no próprio canal TV Escola a grade de programação.	()	()
14.3- Recebo do responsável pela TV Escola dessa escola.	()	()
14.4- Recebo de outro profissional da escola.	()	()
14.5- Recebo da Secretaria Estadual ou Municipal.	()	()
14.6- Recebo do Núcleo de Tecnologia da região.	()	()
14.7- Recebo da equipe da TV Escola pelo correio.	()	()

15- Você participou ou teve conhecimento de algum curso de formação relacionado à TV Escola (em caso negativo, passe para questão 17)?

- () Sim.
() Não.

16- Em que medida o curso de formação lhe ajudou no uso da TV Escola na sua prática pedagógica?

- () Pouco.
() Médio.
() Muito.

17- Você acredita que a sua disciplina é contemplada pela programação oferecida pelo canal TV Escola?

- () Sim.
() Não.

18- Em sua opinião, o canal TV Escola apóia a escola na construção do seu Projeto Político Pedagógico?

- () Sim.
() Não.

Nessa seção, gostaríamos que você respondesse, questões específicas sobre “ **Geração Saúde**”, transmitida pelo canal TV Escola.

30- Você conhece a série “Geração Saúde”, que estreou ano passado na TV Escola? (Em caso negativo, passe para a próxima seção, questão 34).

- Sim.
 Não.

31- O modelo da série “Geração Saúde”, com pequenos vídeos que antecedem o programa e a disponibilização de conteúdo extra na Internet, facilita a utilização em sala de aula?

- Sim.
 Não.

32- A série tem maior potencial pedagógico em relação às outras séries exibidas no canal?

- Sim.
 Não.

33- Qual nota você atribui ao novo modelo?

- 00 06
 01 07
 02 08
 03 09
 04 10
 05

Nessa seção as questões dizem respeito ao seu perfil profissional e da escola em que você trabalha. Responda algumas questões sobre o seu trabalho na escola a fim de podermos compreender melhor **o que você e a escola esperam do Programa TV Escola**. Responda de acordo com a sua realidade:

34- Seu sexo:

- Masculino.
 Feminino.

35- Sua idade:

- Até 24 anos.
 De 25 a 29 anos.
 De 30 a 39 anos.
 De 40 a 49 anos.
 De 50 a 54 anos.
 55 anos ou mais.

36- Dos recursos tecnológicos listados abaixo, quais você possui em sua casa:

	Sim	Não
36.1- Televisão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36.2- Videocassete.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36.3- DVD.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36.4- Computador.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36.5- Internet.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36.6- Antena parabólica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36.7- TV por assinatura.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

37- Qual a sua familiaridade e experiência com tecnologias em sala de aula?

	Nenhuma	Pouca	Muita
37.1 Televisão.	()	()	()
37.2- Videocassete.	()	()	()
37.3- DVD.	()	()	()
37.4- Computador.	()	()	()
37.5- Internet.	()	()	()
37.6- Antena parabólica	()	()	()
37.7- TV por assinatura.	()	()	()

38- Há quantos anos você leciona?

- () Há menos de 1 ano.
 () De 1 a 2 anos.
 () De 3 a 5 anos.
 () De 6 a 9 anos.
 () De 10 a 15 anos.
 () De 15 a 20 anos.
 () Há mais d 20 anos.

39- Há quantos anos você leciona nesta escola?

- () Há menos de 1 ano.
 () De 1 a de 2 anos.
 () De 3 a 5 anos.
 () De 6 a 9 anos.
 () Há mais 10 anos.

40- Em que área você leciona (Marque mais de uma alternativa, se for o caso)?

Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio
()	() Filosofia.	() Filosofia.
	() Artes.	() Artes.
	() Geografia.	() Geografia.
	() História.	() História.
	() Ciências.	() Química.
	() Matemática.	() Física.
	() Língua Portuguesa.	() Biologia.
	() Educação Especial.	() Matemática.
	() Escola / Educação.	() Língua Portuguesa.
	() Ética.	() Literatura.
	() Literatura.	() Sociologia.
	() Meio Ambiente.	() Educação Física.
	() Orientação Sexual.	
	() Pluralidade Cultural.	
	() Saúde.	

41- Em que séries você leciona (Marque mais de uma alternativa, se for o caso)?

- () Educação Infantil.
 () 1ª Série do Ensino Fundamental.
 () 2ª Série do Ensino Fundamental.
 () 3ª Série do Ensino Fundamental.
 () 4ª Série do Ensino Fundamental.
 () 5ª Série do Ensino Fundamental.
 () 6ª Série do Ensino Fundamental.
 () 7ª Série do Ensino Fundamental.
 () 8ª Série do ensino Fundamental.
 () 9ª Série do Ensino Fundamental.
 () Ensino Médio.

Para finalizar, ajude-nos a identificar os motivos que dificultam a utilização do canal TV Escola no exercício docente.

52- Dos itens citados abaixo, quais você considera um empecilho a esse uso:

	Sim	Não
52.1- Falta de infra-estrutura da escola para o funcionamento do programa.	()	()
52.2- Desinteresse pessoal pela implementação de recursos tecnológicos como meios de instrução.	()	()
52.3- Falta de adequação dos conteúdos transmitidos à área de atuação dos professores.	()	()
52.4- Falta de tempo para acompanhar a programação.	()	()
52.5- Falta de incentivo da gestão escolar.	()	()
52.6- Falta de incentivo das Secretarias Estaduais e/ou Municipais.	()	()
52.7- Falta de incentivo dos Núcleos de Tecnologia Educacionais.	()	()
52.8- Falta de incentivo do Ministério da Educação.	()	()
52.9- Falta de interesse dos alunos por aulas com esse tipo de recurso.	()	()
52.10- Falta de manutenção do equipamento para recepção do canal.	()	()
52.11- Falta de instalação do equipamento para recepção do canal.	()	()
52.12- Falta de uma pessoa responsável trabalhando junto aos professores para a seleção e gravação da programação.	()	()
52.13- Preferência pela utilização de outro recurso semelhante (DVD Escola e Tele curso, por exemplo).	()	()
52.14- Falta de divulgação da programação.	()	()
52.15- Material explicativo sobre a programação insuficiente.	()	()
52.16- Falta de fitas para gravação dos programas.	()	()
52.17- Falta de capacitação para o uso dos equipamentos.	()	()

ANEXO R

QUESTIONÁRIO DO (A) ALUNO (A)

Prezado (a) aluno (a),

Este questionário é parte de uma pesquisa que tem como objetivo conhecer melhor o funcionamento do programa TV Escola nas escolas brasileiras. O **seu preenchimento correto é essencial** para que tenhamos resultados que evidenciem a realidade do programa e para que ele possa ser melhorado. Também fazem parte deste questionário perguntas que evidenciam o seu perfil e o perfil da escola que estuda, a fim de entendermos como o canal TV Escola poderá ser melhor ajustado à sua realidade.

Responda as questões com um “X” dentro do parêntese indicado, com caneta azul ou preta.

Exemplo:

Seu sexo:

Masculino

Feminino.

É muito importante que você responda a todas as questões **sem deixar itens em branco**. Sua colaboração será muito importante para o aperfeiçoamento do programa. Suas respostas **serão analisadas em conjunto**, não sendo necessária a sua identificação.

Agradecemos a sua ajuda!

cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

Para Uso Exclusivo do pesquisador:

Questionário Preenchido

Questionário Não Preenchido

SEQUENCIAL DA ESCOLA: 001

POLO: 001

UF: AC

Município: CRUZEIRO DO SUL

Nome da Escola: ESC 7 DE SETEMBRO

Nessa primeira seção, as questões dizem respeito ao seu perfil e ao da escola em que você estuda. Responda algumas questões sobre suas aulas na escola, a fim de podermos compreender melhor **o que você e a escola esperam do programa TV Escola**. Responda de acordo com a sua realidade:

1 – Seu sexo:

- Masculino.
 Feminino.

2 – Sua idade:

- Até 10 anos.
 De 11 a 15 anos.
 De 16 a 20 anos.
 21 anos ou mais.

3 – Das opções abaixo, assinale a série em que você se encontra:

- Ensino Fundamental – 5ª Série.
 Ensino Fundamental – 6ª Série.
 Ensino fundamental – 7ª Série.
 Ensino Médio – 1ª Série.
 Ensino Médio – 2ª Série.
 Ensino Médio – 3ª Série

4 – Dos recursos tecnológicos listados abaixo, quais você possui em sua casa:

	Sim	Não
4.1 Televisão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.2 – Videocassete.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.3 – DVD.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.4 – Computador.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.5 – Internet.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.6 – Antena parabólica.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.7 –TV por assinatura.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5 – Até que série sua mãe (ou outra pessoa que cuida de você, por exemplo, madrasta, mãe de criação, avô) estudou (marque a alternativa que contém a última série que ela fez)?

- Nunca estudou.
 Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.
 Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série.
 Ensino Médio (antigo 2º grau, Curso Técnico, Curso Normal).
 Faculdade (Ensino Superior).
 Pós-graduação.
 Não sei.

6 – Até que série seu pai (ou outra pessoa que cuida de você por exemplo, padrasto, pai de criação, avô) estudou (marque a alternativa que contém a última série a que ele chegou.)?

- Nunca estudou.
 Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série.
 Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série.
 Ensino Médio (antigo 2º grau, Curso Técnico, Curso Normal).
 Faculdade (Ensino Superior).
 Pós-graduação.
 Não sei.

19.19- Os alunos da sua classe têm facilidade para entender o que o professor ensina.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
19.20- Seus professores elogiam ou dão os parabéns para os alunos da sua classe quando vocês realizam as atividades corretamente.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
19.21- Seus professores ajudam os alunos da sua classe a estudar quando vocês têm dificuldades com o que foi ensinado.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
19.22- Seus professores preocupam-se com os problemas que podem estar atrapalhando estudos dos alunos de classe.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()

20. Recursos didáticos são materiais e ações utilizados pelos seus professores para ensinarem os conteúdos. Avalie o quanto cada recurso listado abaixo contribui para seu aprendizado:

NOTA MÍNIMA “00” E NOTA MÁXIMA “10”

	00	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	Não tenho aulas com esse recurso
20.1- Aulas com atividades em grupo.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
20.2- Aulas com uso de vídeos sobre o assunto que você está estudando.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
20.3- Aulas com o livro didático.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
20.4- Aulas usando textos de jornais ou revistas.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
20.5- Aulas com jogos e Brincadeiras.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
20.6- Aulas com atividades individuais.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()
20.7- Aulas com uso do computados.	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()	()

21-Você lê ou faz consulta na biblioteca da escola?

- () Somente quando o(a) professor(a) pede algum trabalho.
 () Pelo menos uma vez no mês.
 () Pelo menos uma vez na semana.
 () Nunca faço.
 () Não há biblioteca na minha escola.

22- Você gosta dos livros da biblioteca da escola?

- () Muito.
 () Mais ou menos.
 () Pouco.
 () Nada.
 () Não há biblioteca na minha escola.

23- Você lê ou faz consulta na sala de vídeo da escola?

- Somente quando o(a) professor pede algum trabalho.
 Pelo menos uma vez no mês.
 Pelo menos uma vez na semana.
 Nunca faço.
 Não há sala de vídeo na minha escola.

24- Você gosta dos vídeos da sala de vídeo da escola?

- Muito.
 Mais ou menos.
 Pouco.
 Nada.
 Não há sala de vídeo na minha escola.

25- Quantas vezes você utiliza a sala de informática da sua escola?

- 1 vez por semana.
 2 vezes por semana.
 3 vezes por semana ou mais.
 Nenhuma vez.
 Não há sala de informática na minha escola.

26- Com relação à disponibilidade para estudo nos espaços físicos e com equipamentos da sua escola, avalie os itens abaixo:

	Disponível apenas para uso dos professores	Disponível para os alunos apenas em horários de aula	Disponível para alunos em horários alternativos às aulas, com a supervisão de um funcionário	Disponível para que os alunos façam consultas sozinhas em horários alternativos às aulas
26.1- Sala de vídeo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26.2- Biblioteca.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26.3- Livros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26.4- Vídeos educativos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26.5- Computadores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26.6- Sala de informática.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Nessa seção **você irá avaliar os estudos e aulas por meio de vídeos educativos.** Mesmo que você não assista o canal, sua contribuição será importante para entendermos os pontos do programa que beneficiam a escola e aqueles que precisam ser aprimorados para atender melhor os alunos.

27- Você assiste ou já assistiu vídeos educativos com a marca abaixo:

TV ESCOLA

- Sim. Não.

28- Em quais lugares você assiste ou já assistiu os programas com as marcas apresentadas:

	Sim	Não
28.1- Na minha casa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28.2- Nas aulas da escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28.3- Na escola em horários alternativos às aulas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28.4- Na casa de amigos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28.5- Na casa de professores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28.6- Nos núcleos de Tecnologia Educacional –NTE.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Para finalizar, ajude-nos a identificar os motivos que dificultam a utilização de aulas com vídeos educativos.

36- Dos itens citados abaixo quais você considera um empecilho a esse uso:

	Sim	Não
36.1- Falta de interesse dos professores.	()	()
36.2- Falta de interesse da direção.	()	()
36.3- Falta de interesse dos alunos.	()	()
36.4- Falta de equipamentos na escola para passar os vídeos em aula.	()	()
36.5- Programação sem assuntos interessantes.	()	()
36.6- Falta uma pessoa responsável para gravar e exibir os vídeos na escola.	()	()



267 do Ministério da Educação, de 26 de março de 2007, publicada no DOU de 27 de março de 2007, e em conformidade com a Portaria nº 3.803 do Ministério da Educação, de 01 de novembro de 2005, resolve:

- 1 - Prorrogar a partir de 26 de outubro de 2007, por igual período, a validade do Concurso Público de que trata o Edital nº 02, de 27 de abril de 2006, publicado no DOU de 28 de abril de 2006, homologado através do Edital nº 19, de 20 de outubro de 2006, publicado no DOU de 26 de outubro de 2006.
- 2 - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

JOAREZ VRUBEL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

PORTARIA Nº 171, DE 16 DE OUTUBRO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria GM nº 1089, de 04 de abril de 2005, publicada no Diário Oficial da União, de 06 de abril de 2005 e tendo em vista o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 27, X, "c", da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, no art. 25 do Anexo I ao Decreto nº 5.139, de 28 de julho de 2004, e no Decreto nº 3.622, de 19 de dezembro de 2005, resolve:

Art. 1º Instaurar o Programa de Formação Continuada Mídias na Educação, com a finalidade de capacitar profissionais da educação

das redes públicas de ensino para o uso de mídias no processo de ensino e aprendizagem de forma articulada e integrada.

Parágrafo único. As ações do programa serão desenvolvidas pela Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação em articulação com as Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com as instituições representativas dessas Secretarias e com as Instituições Públicas de Ensino Superior qualificadas como parceiras do Programa.

Art. 2º O Programa será estruturado em três ciclos, com certificações específicas:

- I - Ciclo Básico, com duração total de 120 horas e certificação de Estudante;
- II - Ciclo Intermediário, com duração total de 180 horas e certificação de Aperfeiçoamento;
- III - Ciclo Avançado, com duração total de 360 horas e certificação de Especialização.

Art. 3º A definição de estratégias de implementação, acompanhamento e avaliação do Programa, assim como a atualização dos conteúdos educacionais, ficará a cargo de um Comitê Gestor, composto por 9 (nove) membros especialistas na matéria.

Parágrafo único. O Comitê Gestor será instituído por ato do Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação.

Art. 4º Compete à Secretaria de Educação a Distância do Ministério da Educação definir os critérios para a oferta dos ciclos no que diz respeito ao número de vagas a serem disponibilizadas e a sua distribuição pelas unidades da federação.

Parágrafo único. Por ocasião da oferta dos ciclos, o Secretário de Educação a Distância do Ministério da Educação informará formalmente os Secretários de Educação das unidades fe-

deradas acerca do quantitativo de vagas destinado a cada Secretaria, das normas e critérios para a seleção dos participantes, do cronograma de atividades e das providências necessárias à execução do Programa.

Art. 5º As Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal e as Secretarias Estaduais do União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME deverão indicar os participantes para o preenchimento das vagas.

Art. 6º As Secretarias de Educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios deverão manter condições mínimas para a participação dos profissionais no Programa.

Art. 7º As Instituições Públicas de Ensino Superior qualificadas como parceiras do Programa deverão:

- I - participar da formação dos módulos e da elaboração dos conteúdos;
- II - inscrever os participantes mediante a comprovação do atendimento aos critérios estabelecidos;
- III - implementar, apoiar e certificar os estudos, de acordo com as especificações do ciclo ofertado.

Art. 8º Os módulos do Programa, uma vez disponibilizados em portal de acesso público na rede mundial de computadores - Internet, poderão ser utilizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, no todo ou em parte, em cursos de graduação, extensão ou especialização, observada a legislação específica acerca de matérias e preservados a integridade dos materiais e os respectivos direitos de propriedade intelectual.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS EDUARDO BIELSHOWSKY

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 524, DE 10 DE OUTUBRO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 524, de 29 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: artigo 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, a Lei 11.451, de 07 de fevereiro de 2007, o Decreto nº 5.139, de 28 de julho de 2004, o Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, o artigo 12 da IN nº 01 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN/MF, de 15 de janeiro de 1997 e a Súmula da Coordenação Geral de Normas e Avaliação e Execução da Despesa - CONED nº 04/2004/STN/MF, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário das ações 6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e 3687 - Implementação do Sistema de Informações da Educação Profissional, para fins de apoio ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, objetivando dar continuidade às ações do Projeto SIEP, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.363.1062.6380.0001 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional - P/RSE 001744. Fonte de Recursos: 0112915016, e 12.363.1062.3687.0001 - Implementação do Sistema de Informações da Educação Profissional - P/RSE 002564. Fonte de Recursos: 0112915173.

Art. 2º - A descentralização do crédito orçamentário será efetuada em parcela única e o recurso financeiro será liberado mediante a liquidação dos empenhos emittidos a conta do crédito descentralizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 6.046, de 22/02/2007.

Parágrafo Único - o saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido à SETEC, no exercício financeiro de 2007.

Art. 3º - O monitoramento da execução referente às ações 6380 e 3687, será realizado por equipe designada pela SETEC.

Parágrafo Único - A instituição deverá, no fim da execução física e financeira, apresentar à Coordenação Geral de Orçamento, Planejamento e Gestão, relatório gerencial nos moldes de formulários disponibilizados por esta SETEC.

Art. 4º - A prestação de contas dos créditos descentralizados por destaque deverá integrar as contas anuais das Instituições Federais de Educação Tecnológica a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIEZER MOREIRA PACHECO

ANEXO I

INSTITUIÇÃO BENEFICIÁRIA	PROCESSO	NOTA DE CREDITO	VALOR
1 Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará	23000.024962/2007-34	000458	51.000,00
2 Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará	23000.024777/2007-32	000457	35.200,00
3 Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	23000.024726/2007-18	000458	71.100,00
TOTAL			157.300,00

PORTARIA Nº 525, DE 10 DE OUTUBRO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 524, de 29 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: artigo 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, a Lei 11.451, de 07 de fevereiro de 2007, o Decreto nº 5.139, de 28 de julho de 2004, o Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, o artigo 12 da IN nº 01 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN/MF, de 15 de janeiro de 1997 e a Súmula da Coordenação Geral de Normas e Avaliação e Execução da Despesa - CONED nº 04/2004/STN/MF, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 6380 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional, para fins de apoio ao desenvolvimento da educação profissional e tecnológica, em instituições federais de educação profissional e tecnológica, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.363.1062.6380.0001 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional - P/RSE 001744. Fonte de Recursos: 0112915016.

Art. 2º - A descentralização do crédito orçamentário será efetuada em parcela única e o recurso financeiro será liberado mediante a liquidação dos empenhos emittidos a conta do crédito descentralizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 6.046, de 22/02/2007.

Parágrafo Único - o saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido à SETEC, no exercício financeiro de 2007.

Art. 3º - O monitoramento da execução referente à ação 6380, será realizado por equipe designada pela SETEC.

Parágrafo Único - A instituição deverá, no fim da execução física e financeira, apresentar à Coordenação Geral de Orçamento, Planejamento e Gestão, relatório gerencial nos moldes de formulários disponibilizados por esta SETEC.

Art. 4º - A prestação de contas dos créditos descentralizados por destaque deverá integrar as contas anuais das Instituições Federais de Educação Tecnológica a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIEZER MOREIRA PACHECO

ANEXO I

INSTITUIÇÃO BENEFICIÁRIA	PROCESSO	NOTA DE CREDITO	VALOR
1 Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina - BR	23000.027800/2007-13	000459	252.000,00
2 Escola Agrícola Federal de Colômbia	23000.001241/2007-36	000460	269.055,95
3 Universidade Federal de Roraima - Escola Técnica	23000.003854/2007-30	000461	140.000,00
TOTAL			661.055,95

PORTARIA Nº 526, DE 10 DE OUTUBRO DE 2007

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 524, de 29 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: artigo 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, a Lei 11.451, de 07 de fevereiro de 2007, o Decreto nº 5.139, de 28 de julho de 2004, o Decreto nº 6.046, de 22 de fevereiro de 2007, o artigo 12 da IN nº 01 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN/MF, de 15 de janeiro de 1997 e a Súmula da Coordenação Geral de Normas e Avaliação e Execução da Despesa - CONED nº 04/2004/STN/MF, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 6383 - para fins de apoio ao desenvolvimento da educação profissional nas instituições federais de educação profissional e tecnológica, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.363.1062.6383.0001 - Ampliação dos Alencamentos das Escolas Agrícolas Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional - P/RSE 001745. Fonte de Recursos: 0112915017.

Art. 2º - A descentralização do crédito orçamentário será efetuada em parcela única e o recurso financeiro será liberado mediante a liquidação dos empenhos emittidos a conta do crédito descentralizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas no Decreto nº 6.046, de 22/02/2007.

Parágrafo Único - o saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido à SETEC, no exercício financeiro de 2007.

Art. 3º - O monitoramento da execução referente à ação 6383, será realizado por equipe designada pela SETEC.

Parágrafo Único - A instituição deverá, no fim da execução física e financeira, apresentar à Coordenação Geral de Orçamento, Planejamento e Gestão, relatório gerencial nos moldes de formulários disponibilizados por esta SETEC.

Art. 4º - A prestação de contas dos créditos descentralizados por destaque deverá integrar as contas anuais das Instituições Federais de Educação Tecnológica a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo, nos termos da legislação em vigor.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIEZER MOREIRA PACHECO

ANEXO I

INSTITUIÇÃO BENEFICIÁRIA	PROCESSO	NOTA DE CREDITO	VALOR
1 Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - RS	23000.001182/2007-34	000462	70.000,00
2 Universidade Federal de Pelotas - Campus Agrícola	23000.024766/2007-60	000463	70.000,00
TOTAL			140.000,00

ANEXO T

INSCRIÇÕES DA PRIMEIRA OFERTA DO CICLO BÁSICO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA MÍDIAS NA EDUCAÇÃO

UF	SEDUC	UNDIME
AC	75	75
AL	250	200
AM	200	200
AP	140	72
BA	700	517
CE	449	451
DF	400	
GO	177	141
MA	250	256
MG		1000
MS	225	225
MT	218	274
PA	135	87
PB	200	250
PE	425	425
PI	150	150
PR	375	352
RJ	675	675
RN	149	251
RO	171	104
RR	110	111
RS	475	601
SC	225	225
SE	147	92
SP	1315	1315
TO	111	103
Total	7747	8152
Geral	15899	

Fonte:
Coordenação-geral de Capacitação
SEED/MEC